

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ANGELA CAROLINE SZYCHOWSKI

**COLONOS BRASILEIROS NO PARANÁ DA SEGUNDA METADE DO
SÉCULO XIX: A EXPERIÊNCIA DE ASSUNGUI**

CURITIBA
2016

ANGELA CAROLINE SZYCHOWSKI

**COLONOS BRASILEIROS NO PARANÁ DA SEGUNDA METADE DO
SÉCULO XIX: A EXPERIÊNCIA DE ASSUNGUI**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História, no curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof. Dra. Joseli Maria Nunes Mendonça

Coorientador: Prof. Dr. Sergio Odilon Nadalin

CURITIBA
2016

Catálogo na publicação
Mariluci Zanela – CRB 9/1233
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Szychowski, Angela Caroline
Colonos brasileiros no Paraná da segunda metade do século
XIX: a experiência de Assungui / Angela Caroline Szychowski –
Curitiba, 2016.
142 f.

Orientadora: Profa. Dra. Joseli Maria Nunes Mendonça
Coorientador: Prof. Dr. Sergio Odilon Nadalin
Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas
da Universidade Federal do Paraná.

1. Colonização. 2. Colonos – Brasil. 3. Imigrantes - Paraná. 4.
Colônia Assungui - Paraná – História. 5. Política imigratória. I. Título.

CDD 333.38162



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA


Rua Gal. Carneiro, 460, 7º andar, sala 716, fone/fax + 55 (41) 3360-5086,
80.060-150, Curitiba, PR, Brasil.


E-mail: cpghis@ufpr.br **Website:** www.poshistoria.ufpr.br


PARECER DA BANCA EXAMINADORA

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PPGHIS/UFPR) para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **ANGELA CAROLINE SZYCHOWSKI**, intitulada: **Colonos brasileiros no Paraná da segunda metade do século XIX: a experiência de Assungui**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua *aprovação*, completando-se assim todos os requisitos previstos nas normas desta Instituição para a obtenção do Grau de **Mestre em História**.

Curitiba, vinte e dois de julho de dois mil e dezesseis.


Prof.ª Dra. Joseli Maria Nunes Mendonça (orientadora)
Presidente da Banca Examinadora


Prof.ª Dra. Ana Maria Rufino Gillies (UNICENTRO)
1º Examinador


Prof. Dr. Antonio Cesar de Almeida Santos (UFPR)
2º Examinador

AGRADECIMENTOS

Chegando ao fim desse trabalho de pesquisa, tenho a plena certeza de que se cheguei até aqui, foi porque pude contar com a ajuda de pessoas muito especiais, às quais expresso meu mais sincero agradecimento.

Em primeiro lugar, aos meus pais, Venceslau e Maria Alice, que com seu apoio e amor incondicional fizeram com que eu me sentisse segura para sempre seguir em frente. Agradeço também pela compreensão diante de tantos finais de semana que não pude estar junto a vocês, por estar me dedicando à pesquisa. Saibam que meus pensamentos sempre estavam com vocês. Por tudo que já fizeram e por tudo que significam pra mim, muito obrigada! Agradeço também ao meu irmão Rafael e à minha cunhada Heloisa, que com todo o seu bom humor deixam nossas vidas mais leves.

Ao meu companheiro de vida, João Fernando, o qual sempre estive ao meu lado, me fazendo acreditar em mim mesma, demonstrando imenso carinho, compreensão e, quando preciso, paciência. Espero sempre ter você ao meu lado.

A minha grande amiga de mais de uma década, Cris, por sempre se mostrar muito prestativa quando precisei de sua ajuda em momentos fundamentais do desenvolvimento desse trabalho e, além disso, pela paciência em ouvir meus desabafos.

Aos funcionários do Arquivo Público do Paraná, que sempre se mostraram muito prestativos e receptivos durante as manhãs e tardes que passei em sua companhia. Agradeço também à CAPES pelo financiamento que em muito colaborou para a efetivação desta pesquisa de Mestrado.

Aos professores que estiveram na minha banca de qualificação, Maria Luiza Andreazza e Antonio Cesar de Almeida Santos, cujos apontamentos foram essenciais para a continuidade e desenvolvimento da pesquisa. Agradeço ainda à professora Ana Maria Rufino Gillies, por ter aceitado compor a banca de defesa. Sou também muito grata ao professor Sergio Odilon Nadalin, coorientador deste trabalho, que com toda sua sabedoria e serenidade muito contribui em questões essenciais da pesquisa.

Por fim, agradeço especialmente à minha orientadora Joseli Nunes Mendonça, que confiou em mim desde a Iniciação Científica, estando ao meu lado durante todo o trajeto dessa pesquisa. Sua amabilidade, compreensão, dedicação, sabedoria e paciência foram essenciais para mim. Espero que ainda possamos desenvolver outros projetos juntas. Com toda a certeza, o uso do “nós” não foi em vão. Do fundo do coração, obrigada!

RESUMO

Estando inserida na temática da Colonização da Província do Paraná, esta dissertação tem como objeto a Colônia Assungui e principalmente os colonos brasileiros nela inseridos, entre os anos de 1860 e 1882, anos de criação e de emancipação da colônia, respectivamente. Propondo-se a caracterizar esse grupo, apresentamos uma abordagem que difere da maior parte dos estudos sobre a colonização no Paraná. Em sua maior parte, a historiografia que se dedicou aos estudos referentes a essa temática na província paranaense manteve seu foco no processo colonizatório desenvolvido a partir do último quartel do século XIX, principalmente após o governo do presidente Adolpho Lamenza Lins, que priorizou a instalação de núcleos mais próximos à capital e aos mercados consumidores. Esses estudos mostram que o imigrante era considerado o principal agente colonizador, assumindo o papel de “colono ideal”, capaz de levar a província ao tão desejado progresso, principalmente através do desenvolvimento da agricultura. A ênfase que a historiografia deu aos imigrantes não se deu por acaso, afinal, não foram poucas as autoridades que depositaram grande expectativa com a vinda dos europeus. Porém, verificando a documentação referente à província do Paraná, encontramos registros em relação a brasileiros em colônias paranaenses. Então, tomando Assungui como principal objeto, por ser esta uma colônia oficial instituída e administrada pelo Estado, esta pesquisa pretende inserir um novo grupo no contexto colonizatório, buscando caracterizar quem eram esses colonos chamados de “nacionais”, de que maneira se inseriram na colônia, qual era sua relação com as autoridades administrativas e como essas encaram sua inserção no núcleo; quais as sociabilidades entre esses sujeitos e os imigrantes europeus, qual o significado das evasões dos estrangeiros que rumavam para a capital, deixando a colônia quase que completamente nas mãos dos brasileiros. Enfim, por meio da análise de documentos históricos referentes à colônia Assungui, bem como da bibliografia existente sobre a temática, esta dissertação se propôs a tratar de sujeitos que até então estiveram como que “à sombra” do imigrante, que foi tomado como o principal, se não o único, personagem da história da colonização no Paraná.

Palavras-chave: Colonização - Paraná - Colônia Assungui. Nacionais - Colonos brasileiros. Política colonizatória - Política imigratória.

ABSTRACT

Inserted in the theme of colonization of Paraná Province, this dissertation has as its object the Colony Assungui and especially the Brazilian colonists inserted in it, between the years 1860 and 1882, years of creation and emancipation of the colony, respectively. For the purpose to characterize this group, we present an approach that differs from most studies on the colonization in Paraná. For the most part, the historiography devoted to studies related to this theme in Parana province maintained its focus on the colonizing process developed in the second half of the nineteenth century, especially after the government of President Adolpho Lamenza Lins, that prioritized the installation closest to the capital core and consumer markets. These studies show that the immigrant was considered the main "colonizing agent", capable of leading the province to progress as desired, particularly through the development of agriculture. This conception did not occur by chance, after all, there were not a few authorities that have placed great expectation with the coming of the Europeans. However, checking the documentation for the province of Parana, we find records related to the Brazilians in Paraná colonies. Then, taking Assungui as main object, for this is an official colony, established and administered by the state, this research represented an attempt to insert a new group in the colonizing context, understanding who these colonists called "national" were, how they were inserted in the colony, how was their relationship with the government authorities and how these authorities faced their insertion in the colony; which sociabilities there was between these Brazilians colonists and European immigrants, the meaning of the evasions of foreigners who were heading to the capital, leaving the colony almost completely in the hands of Brazilians. Finally, through the analysis of historical documents relating to the Assungui colony, as well as the existing literature on the subject, this dissertation aimed to characterize these Brazilian colonists, given that, so far, this group was "under the shadow" of the immigrant, which was taken as the main, if not the only character in the history of colonization in Parana.

Keywords: Colonization - Paraná - Assungui Colony. National - Brazilian Colonist. Colonizing Policy - Immigration Policy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

MAPA 1 – MAPA TOPOGRÁFICO DA PROVÍNCIA DO PARANÁ INDICANDO A LOCALIZAÇÃO DA COLÔNIA ASSUNGUI – 1881	49
TABELA 1 – PROFISSÕES DOS COLONOS INGLESES RELATADAS PELO CÔNSUL LENNON HUNT – 1874.....	67
GRÁFICO 1 – NACIONALIDADE DOS COLONOS EM ASSUNGUI EM 1876.....	72
GRÁFICO 2 – COLONOS BRASILEIROS E ESTRANGEIROS EM ASSUNGUI EM 1876	73
GRÁFICO 3 – NACIONALIDADE DOS COLONOS ENTRADOS EM ASSUNGUI DE 1860 A 1865	74
GRÁFICO 4 - NACIONALIDADE DOS COLONOS ENTRADOS EM ASSUNGUI DE 1866 A 1870	74
GRÁFICO 5 - NACIONALIDADE DOS COLONOS ENTRADOS EM ASSUNGUI DE 1871 A 1875	75
GRÁFICO 6 - NACIONALIDADE DOS COLONOS ENTRADOS EM ASSUNGUI DE 1876 A 1881	76
GRÁFICO 7 - NACIONALIDADE DOS COLONOS ENTRADOS EM ASSUNGUI DE 1860 A 1881	77
GRÁFICO 8 – POPULAÇÃO BRASILEIRA EM ASSUNGUI NOS ANOS DE 1864, 1870, 1875, 1876, 1878, 1881 E 1882 EM NÚMEROS ABSOLUTOS.....	78
MAPA 2 – MAPA DEMONSTRANDO A DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DA REGIÃO DE CURITIBA EM 1830.....	88
FOTOGRAFIA 1 – PÁGINA DO LIVRO DE MATRÍCULA DA COLÔNIA ASSUNGUI.....	92
GRÁFICO 9 – FAIXA ETÁRIA DOS COLONOS MATRICULADOS, BRASILEIROS E ESTRANGEIROS, QUANDO FORAM REGISTRADOS EM ASSUNGUI, NO PERÍODO DE EXISTÊNCIA DA COLÔNIA (1860 – 1882), EM NÚMEROS PERCENTUAIS	93
TABELA 2 – ESTADO CIVIL QUE TINHAM OS COLONOS MATRICULADOS, BRASILEIROS E ESTRANGEIROS, QUANDO FORAM REGISTRADOS EM ASSUNGUI (1860 – 1882).....	94

GRÁFICO 10 – ESTADO CIVIL DOS COLONOS BRASILEIROS E ESTRANGEIROS QUANDO FORAM MATRICULADOS EM ASSUNGUI (1860 – 1882), EM PERCENTUAL	95
GRÁFICO 11 – NÚMERO DE MEMBROS DAS FAMÍLIAS DE ESTRANGEIROS E BRASILEIROS QUANDO FORAM MATRICULADOS EM ASSUNGUI (1860 – 1882)	96
GRÁFICO 12 – CONDIÇÃO CIVIL DAS MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA QUANDO DERAM ENTRADA EM ASSUNGUI NO PERÍODO DE 1860 A 1882, EM NÚMEROS ABSOLUTOS	102
MAPA 3 – MAPA REFERENTE À POSIÇÃO DOS LOTES DOS BRASILEIROS E ESTRANGEIROS EM ASSUNGUI NO MOMENTO DE SUA MATRÍCULA NA COLÔNIA.....	110

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 COLONIZAÇÃO NO PARANÁ: CONTINUIDADES, RUPTURAS E CONVERSAS COM A HISTORIOGRAFIA	21
1.1 A COLONIZAÇÃO E SUAS “FASES”	21
1.2 COLONIZAR COM ESTRANGEIROS	25
1.3 AS VÁRIAS FACETAS DO PROJETO COLONIZADOR NO PARANÁ PROVINCIAL	29
1.4 OS “POBRES DO SERTÃO DA PROVÍNCIA”, TAMBÉM CHAMADOS “NACIONAIS”	36
1.5 ASSUNGUI: COLONIZAR PRA QUÊ E COM QUEM?	41
1.5.1 Nasce uma colônia no sertão de Assungui	48
2 ASSUNGUI: COLÔNIA DE ESTRANGEIROS OU DE BRASILEIROS?	54
2.1 ESTRANGEIROS E BRASILEIROS CHEGAM A ASSUNGUI	54
2.2 A “AVENTURA IMIGRATÓRIA”: EXPECTATIVAS, CONTRATOS E DIFICULDADES	56
2.3 O ÊXODO DOS IMIGRANTES E AS FRUSTRAÇÕES DAS AUTORIDADES	65
2.4 OS BRASILEIROS EM CENA	71
2.5 AS AÇÕES DOS GOVERNANTES DIANTE DA INSERÇÃO DE BRASILEIROS NA COLÔNIA ASSUNGUI.....	79
3 ASSUNGUI: UMA COLÔNIA DE BRASILEIROS	86
3.1 ORIGENS DA POPULAÇÃO “NACIONAL” DE ASSUNGUI.....	86
3.2 BRASILEIROS EM ASSUNGUI: ALGUMAS CARACTERÍSTICAS.....	91
3.3 CONDIÇÕES ECONÔMICAS DOS BRASILEIROS EM ASSUNGUI.....	104
3.4 SOCIABILIDADES ENTRE BRASILEIROS E IMIGRANTES NA COLÔNIA ASSUNGUI	113
3.5 EMANCIPAÇÃO DA COLÔNIA ASSUNGUI E A PERMANÊNCIA DOS BRASILEIROS.....	122
CONCLUSÃO.....	126
FONTES E BIBLIOGRAFIA	131
1 Fontes	131
2 Referências Bibliográficas	137
APÊNDICES	141

INTRODUÇÃO

O núcleo de Assungui foi um grande empreendimento colonial projetado e implementado pela administração da província do Paraná, em conjunto com o governo imperial, a partir de 1858, portanto, cinco anos após a emancipação da província. Desde 1853, quando da autonomização político-administrativa da província, a colonização fazia parte dos planos dos governantes, sendo uma das urgências apontadas como necessárias para o desenvolvimento da região. Acreditava-se que o Paraná, devido as suas terras férteis e seu clima semelhante ao europeu, era o local mais adequado para receber imigrantes, que aqui se instalariam e, aplicando seus métodos de cultivo avançados, levariam a província ao progresso pelo desenvolvimento da agricultura. É nesse contexto que Assungui foi idealizada e fundada oficialmente, em 1860, com grandes expectativas das autoridades em relação aos imigrantes que nela se instalariam, dirigindo-se à província com auxílio do governo. Porém, as fontes nos mostraram um aspecto bastante interessante em relação ao núcleo: apesar de toda a importância dada ao imigrante europeu no projeto colonizatório, o número de brasileiros que se inseriram no núcleo ao longo de sua existência foi bastante significativo, superando em muito o de imigrantes. Esse trabalho tem por objetivo estudar esse núcleo colonial, abordando em especial essa inserção de brasileiros no empreendimento.

O estudo se concentra, principalmente, no período de existência da colônia enquanto tal: de 1858, quando começaram as medições do seu território, até 1882, quando foi emancipada. O percurso de realização da pesquisa teve início em 2011, quando realizamos uma pesquisa de Iniciação Científica e, através da análise dos relatórios dos presidentes de província escritos entre 1854 a 1876, pudemos perceber um grande número de brasileiros inseridos nos três principais núcleos coloniais do Paraná, no período posterior à sua emancipação: a colônia Superagui, a colônia Thereza e a colônia Assungui.¹ A pesquisa continuou a ser desenvolvida no trabalho de conclusão do curso de Graduação em História pela UFPR, realizado em 2013.² Assim, esses trabalhos iniciais mostraram que não foram apenas os imigrantes que protagonizaram o processo de colonização do Paraná, que contou com a participação efetiva de brasileiros, sendo sua presença nos núcleos bastante precoce. O Presidente

¹ SZYCHOWSKI, Angela Caroline. Plano de Trabalho desenvolvido em nível de IC, Edital 2011-2012, com financiamento da CAPES.

² SZYCHOWSKI, Angela Caroline. **Imigração e Colonização no Paraná Provincial (1853 – 1876)**. Pesquisa realizada para Projeto de Iniciação Científica e continuada na Monografia de conclusão de curso de Graduação em História pela UFPR, 2013.

Góes e Vasconcelos, no ano de 1854, relatou que os brasileiros já figuravam na primeira colônia surgida em território que posteriormente faria parte do Paraná:

Em 1828, o Barão de Antonina, cujo nome anda associado às ideias de maior utilidade para esta província, dirigiu o estabelecimento de uma colônia de alemães no Rio Negro. Essa colônia dispersou-se por diversas partes, confundindo-se os alemães, que ali ficaram no Rio Negro, com a população do país, não, todavia, sem proveito do lugar, a que dão o exemplo do amor do trabalho, e a vantagem dos produtos, que levam ao mercado.³

Os dados estatísticos apresentados pelo primeiro presidente da província comprovam a presença majoritária de brasileiros em Rio Negro: existiam 102 alemães e 351 nascidos no Brasil. Góes e Vasconcelos relatou ainda a situação das duas colônias existentes naquele ano de 1854, Colônia Thereza e Colônia Superaguy, em que se nota mais uma vez a presença significativa de colonos brasileiros: “Eis o que são as duas colônias, que há na província, as quais chamei d’estrangerios, porém que, em verdade, contêm em seu seio muitos brasileiros”.

Em 1856, o presidente Pires da Motta também destacou a presença de brasileiros na colônia Thereza, formada em 1847 e localizada nas margens do Rio Ivaí, que tinha Guarapuava como localidade mais próxima:

[...] à proporção que os colonos daquela nacionalidade [franceses] abandonavam o estabelecimento, crescia o número de povoadores brasileiros, pela agregação de famílias habitantes dos municípios de Castro e Guarapuava. Hoje conta a colônia 171 brasileiros, e 19 franceses.⁴

Os brasileiros também apareciam em maior número que os imigrantes na outra colônia existente na província, Superaguy. Em 1857, “constava o pessoal do estabelecimento de 88 famílias, compreendendo todas 403 indivíduos. Nesse pessoal entram 55 estrangeiros e 348 brasileiros”, conforme informou o vice-presidente Vaz de Carvalhaes.⁵ Essa tendência se manteve no ano seguinte, quando “a colônia conta[va] 450 indivíduos que formam 100 famílias das quais 20 francesas e 80 brasileiras”. O mesmo ocorreu na colônia Thereza: “Conta mais de 200 indivíduos, sendo 22 franceses

³ PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná**, Presidente Zacarias de Góes e Vasconcelos na Assembléia provincial em 15 de Junho de 1854. Typ. Paranaense, Curitiba, 1854. A grafia foi atualizada em todas as citações ao longo da dissertação.

⁴ PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná**, Presidente Vicente Pires da Motta na Assembléia provincial em 23 de Setembro de 1856. Typ. Paranaense, Curitiba, 1856.

⁵ PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná**, Vice - Presidente José Antonio Vaz de Carvalhaes na Assembléia provincial S/D. Typ. Paranaense, Curitiba, 1857.

e os mais nacionais”.⁶ Essa predominância de brasileiros, como veremos ao longo desse trabalho, também se constituiu em Assungui.

As informações obtidas a partir dessas primeiras pesquisas junto aos relatórios dos presidentes da província nos levaram a problematizar a relação que a historiografia estabeleceu entre colonização e imigração. Na historiografia sobre o Paraná, esses dois termos tornaram-se praticamente sinônimos. Isso provavelmente se deve ao fato de essa historiografia ter constituído uma estreita relação entre esses dois fenômenos históricos, resultando na concepção de que o primeiro se efetivou por meio do segundo. Nessa província, a imigração estava vinculada à colonização no sentido de preenchimento de espaços considerados demograficamente vazios e o projeto imigratório se atrelou ao da organização da pequena propriedade. Assim, de acordo com Balhana, Machado e Westphalen, um trinômio se constituiu de forma bastante sólida: imigração – colonização – pequena propriedade. Esta conjunção era entendida como facilitadora das transformações almejadas.⁷ Ou seja, a colonização seria realizada pelo imigrante, instalado em pequenas propriedades. Este seria o agente modernizador e transformador, sobretudo nas áreas em que a grande produção de exportação não se desenvolveu, como foi o caso das regiões meridionais da província de São Paulo.⁸

Assim, os imigrantes – especificamente os de origem européia – foram considerados como sujeitos capazes de reverter a situação de despovoamento, promover a colonização, incrementar e modernizar a produção. Como indica Pereira, reiterava-se a ideia de que os imigrantes seriam morigerados e laboriosos e essas eram bandeiras defendidas, principalmente pelos governantes do Paraná: o imigrante morigerado seria aquele que compartilhava do ideário da positividade do trabalho e da acumulação; aqueles que sabiam se portar dentro de determinadas regras de etiqueta consideradas civilizadas.⁹ Balhana, Machado e Westphalen, analisaram que, desde logo, o projeto imigratório no Paraná teria sido colocado no sentido de povoar e produzir para uma agricultura de abastecimento, em resposta à carestia de gêneros agrícolas. Os imigrantes

⁶ PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná**, Presidente Francisco Liberato de Mattos na Assembléia provincial em 7 de Janeiro de 1858. Typ. Paranaense, Curitiba, 1858.

⁷ BALHANA, A. P. MACHADO, B. P. WESTPHALEN, C. M. **Alguns aspectos relativos aos estudos de imigração e colonização**. In *Anais do IV Simpósio Nacional dos professores universitários de História*. São Paulo, 1969. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/?p=16489>>. Acesso em: 13 dez. 2012. pp. 156 – 184.

⁸ Uma leitura crítica dessa relação foi feita por MENDONÇA, J. M. N. **Revisitando a história da imigração e da colonização no Paraná Provincial**. Revista Antíteses, vol. 8. Londrina, 2015.

⁹ PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. **Semeando iras rumo ao progresso**. Ed. UFPR: Curitiba, 1996.

foram considerados agentes privilegiados para realizar o melhor aproveitamento possível de terras disponíveis e do clima favorável que encontrariam.¹⁰

Assim sendo, a década de 1850 seria fortemente marcada pelas expectativas da introdução de europeus que fossem morigerados e laboriosos, que promovessem a colonização por meio da imigração. Desde a fundação da colônia de Rio Negro em 1829, até o estabelecimento da colônia holandesa de Carambeí, em 1911, mais de 100 núcleos coloniais foram fundados no Paraná, com aproximadamente 100 mil colonos.¹¹

Esse grande número de imigrantes que se dirigiu para a região implantou muitas de suas características culturais na sociedade receptora, e acabou fazendo com que imigração e colonização passassem a ser processos tão estreitamente vinculados, ocasionando um “esquecimento” da importância da população local na realização do projeto colonizador. É o caso das análises de Wilson Martins, cuja produção foi bastante importante na constituição de uma narrativa histórica regional e na produção de uma identidade paranaense. Ao debruçar-se sobre a formação do povo paranaense, o autor considerou:

Assim é o Paraná. Território que, do ponto de vista sociológico, acrescentou ao Brasil uma nova dimensão, a de uma civilização original, construída com pedaços de todas as outras. Sem escravidão, sem negro, sem português e sem índio, dir-se-ia que a sua fundação humana não é brasileira.¹²

Para o autor, o Paraná funda-se em um meio social já constituído pela presença dos estrangeiros.¹³ Por isso, para ele, não existe na região um “tipo brasileiro” ou que somente existe com características que são muito pouco “brasileiras.”¹⁴ Usando a categoria analítica da “assimilação”, Martins considerava que aqueles que buscarem “índices de assimilação a esse tipo brasileiro”, na expectativa de encontrar no Paraná homens e mulheres com características semelhantes às aquelas encontradas em pernambucanos ou baianos, verificar[ia] a total inexistência de “assimilação”.¹⁵

Imbuído do objetivo de construir a imagem de um “Paraná diferente”, Martins acabou não observando nas fontes o que elas mostravam de forma evidente. Quando, por exemplo, considerou a colônia Cruz Machado, como sendo uma colônia de

¹⁰ BALHANA, A. P. MACHADO, B. P. WESTPHALEN, C. M. op. cit. pp. 156 – 184.

¹¹ Ibidem.

¹² MARTINS, W. **Um Brasil diferente**: Ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná. 2ª Edição. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1989. p. 439.

¹³ Ibidem. p. 175.

¹⁴ Ibidem.

¹⁵ Ibidem.

predominância polonesa, o autor não levou em conta que ali havia 945 famílias polonesas, com 3.806 pessoas; 328 famílias de alemães natos, com 1.681 pessoas; 421 famílias de brasileiros, com 3.858 pessoas, e mais 63 famílias de diversas nacionalidades, com 323 pessoas em 1928.¹⁶ Ou seja, mesmo o número absoluto de brasileiros sendo superior ao de poloneses, o autor definiu a colônia como sendo de predominância polonesa.

Em Assungui, como veremos, havia uma predominância de brasileiros. Isso obrigou Wilson Martins a considerar a existência deles na análise que realizou sobre o núcleo Assim, ao estudar a colônia, ele destacou que ela foi o cenário de certo “nacionalismo meio desconfiado e malevolente”, sendo este “pouco justificado pela realidade.” Considerou as manifestações a favor da entrega total da colônia às mãos dos colonos “nacionais” como sendo um erro, assim como era aquilo que denominou de “campanha de nacionalização”, que era a criação das colônias mistas.¹⁷ Afirmando haver na história do Paraná uma continuidade da política imigratória inaugurada por seu primeiro presidente de província em 1854, julga como sendo *xenófobos* aqueles presidentes que preferiam o colono brasileiro,¹⁸ como foi o caso do presidente de 1867, Polidoro Cesar Burlamaque, que afirmou que Assungui “estaria em estado florescente, se o pessoal que nela se dedica à agricultura fosse composto unicamente por nacionais, os quais, pelo hábito em que estão, possuem com a indispensável prática dos serviços das matas.”¹⁹ Como veremos, o próprio Lamenha Lins, que Martins julgou como sendo o presidente “mais lúcido”²⁰ se tratando de colonização, considerou a entrega da colônia aos brasileiros como sendo a medida mais acertada para a solução dos problemas enfrentados pelo núcleo.

Mesmo havendo muitas evidências inserindo os brasileiros na colonização, e apontando para o fato de que muitas vezes eles representavam maior número que os próprios imigrantes, a historiografia de modo geral tendeu a negligenciar tais sujeitos, e não por acaso, afinal discursos como o do Presidente Frederico José de Cardoso de Araujo Abranches também trazem a ideia da necessidade da mão de obra estrangeira para o desenvolvimento do projeto colonizatório:

¹⁶ Ibidem. p. 50.

¹⁷ Ibidem. p. 80.

¹⁸ Ibidem. p. 74.

¹⁹ PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná**, Presidente Polidoro Cesar Burlamaque, na Assembléia provincial em 15 de Março de 1867. Typ. Paranaense, Curitiba, 1867.

²⁰ Ibidem. p. 84.

A colonização é um grande problema que o governo brasileiro há procurado resolver desde a independência política do Império [...] É da imigração inteligente e laboriosa que, por assim dizer, depende o futuro do país. Nesta província, onde as riquezas latentes de um solo fecundo, de um clima ameno e admirável, zonas diversas, são seguros garantes de prosperidade para o estrangeiro que vier habitar seus tetos – não há desesperar da colonização.²¹

E, de uma forma ou de outra, a historiografia acabou incorporando esse tipo de discurso que dizia que “a salutar lei da emancipação do escravo nos colocou na dependência do braço europeu”.²² Em uma sociedade que estava em construção, considerou-se que o “imigrante era extremamente necessário”,²³ e afirmações como essa acabam reiterando a ideia de que todo o projeto de construção do Paraná estava nas mãos dos europeus. A crença de que para sair da crise de abastecimento em que se encontrava a sociedade paranaense do XIX se dependia do “milagre que, conforme a elite local, só o braço estrangeiro proprietário e livre, conseguiria”,²⁴ acabou sendo comprada dos discursos das autoridades da época pela historiografia, o que contribuiu para a já citada relação de sinonímia entre colonização e imigração.²⁵

Mesmo quando os brasileiros são incluídos no cenário da colonização, aparecem como coadjuvantes, que deveriam recepcionar os imigrantes europeus da melhor maneira possível, tendo em vista que eles é que trariam progresso e desenvolvimento à província:

[...] o cenário provincial foi continuamente transformado, com a chegada e instalação de contingentes migratórios de procedência bastante variável. [...] Ano após ano, as alterações na composição populacional evidenciavam este incentivo à imigração, levando os brasileiros, em áreas rurais e urbanas, a um convívio cotidiano com franceses, alemães, ingleses, poloneses, italianos, suíços e outros [...] Entre as responsabilidades cabíveis aos nacionais estava a compreensão da necessidade de concessão de privilégios aos imigrantes, devendo estes serem recebidos com a hospitalidade característica dos paranaenses.²⁶

²¹ PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná**, Presidente Frederico José Cardoso de Araujo Abranches na Assembléia provincial em 15 de Fevereiro de 1877. Typ. Paranaense, Curitiba, 1874.

²² PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná**, Presidente Frederico José Cardoso de Araújo Abranches na Assembléia provincial em 15 de Fevereiro de 1875. Typ. Paranaense, Curitiba, 1875.

²³ ANDREAZZA, Maria Luiza. NADALIN, Sérgio Odilon. **O cenário da colonização no Brasil Meridional e a família imigrante**. p. 63.

²⁴ Ibidem, p. 68.

²⁵ Historiadores como Maria Cecília Westphalen, Altiva Pillati Balhana, Sergio Odilon Nadalin e Maria Luiza Andreazza, entre outros, trataram da imigração de um modo geral em seus trabalhos, desenvolvendo estudos sobre grupos imigrantes e sua inserção em determinados núcleos coloniais, sem incluir os brasileiros em suas discussões.

²⁶ LAMB, R. E. **Uma jornada civilizadora: Imigração, Conflito Social e Segurança Pública na Província do Paraná – 1867 a 1882**. Curitiba, 1994. p. 41.

Ou seja, aos brasileiros paranaenses restava a crença de que o futuro recompensaria seus esforços,²⁷ futuro este que seria projetado pelas mãos dos imigrantes laboriosos e morigerados.

Esse trabalho pretende interpretar, em outra perspectiva, a história da colonização na região, buscando a experiência dos brasileiros em um empreendimento específico do processo de colonização na província: a colônia de Assungui.

Algumas pesquisas dedicaram-se de maneira central a Assungui, mas, diferente do que propõe esse trabalho, ocuparam-se em problematizar a presença dos imigrantes na colônia. É o caso do estudo de Roberto Edgar Lamb, que estudou a inserção de ingleses na colônia, observando os conflitos estabelecidos entre eles e as autoridades provinciais e as tensões que acabaram por configurar a identidade étnica no grupo imigrante.²⁸ Também Reinaldo Benedito Nishikawa se dedicou ao estudo dos imigrantes instalados em Assungui, com enfoque nos contratos por eles assinados junto ao governo provincial, e de que forma os termos encontrados nesses documentos e a maneira como eles eram colocados em prática foram decisivos para a evasão ou permanência desses imigrantes no núcleo.²⁹ Ana Maria Rufino Gillies, estudando a trajetória de uma imigrante inglesa, que viveu por um período no núcleo também tratou especificamente de aspectos relativos a Assungui.³⁰ Sua abordagem a respeito da colônia foi feita principalmente através das memórias de Albert Burton Tigar, neto de Caroline Tamplin, sua personagem principal. Assim, o que distingue o trabalho apresentado nessa dissertação, é o estudo de um grupo que até o momento não foi contemplado nas pesquisas: os brasileiros que se inseriram no núcleo colonizatório de Assungui.

É inegável que os imigrantes realmente tiveram um papel fundamental no contexto de colonização no Paraná. Como veremos ao longo dessa dissertação, eles foram muitas vezes considerados pelas autoridades provinciais os sujeitos mais aptos para levar a província ao progresso. O próprio termo “nacional”, com o qual os brasileiros eram referidos, se definiu em razão de um “outro”, no caso, o estrangeiro.

²⁷ Ibidem.

²⁸ LAMB, R. E. op. cit.

²⁹ NISHIKAWA, R. B. **Terras e imigrantes na colônia Assungui**. Paraná, 1854 – 1874. Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

³⁰ GILLIES, A. M. R. **O diário de uma imigrante britânica no Paraná (1860 – 1890)**: Memórias, trabalho e sociabilidades. Coleção Teses do Museu Paranaense, vol. 07. Curitiba, 2014.

Simona Cerutti já chamou atenção para a existência de “descriç[ões] aparentemente neutra[s]”, mas que acabam não correspondendo “necessariamente à experiência dos atores sociais”.³¹ De acordo com Cerutti, a delimitação de grupos sociais em categorias determinadas pode ser problemática porque, por vezes, elas “negligenciam ou, no pior dos casos, ocultam certos componentes fundamentais das sociedades que pretendem analisar.”³² Neste trabalho, optamos por nos referir aos “nacionais” preferencialmente como brasileiros, porque o termo “nacional”, ao definir-se em oposição ao “estrangeiro” ou ao “imigrante” - e muitas vezes ao “europeu” -, estava impregnado de valoração, na maioria das vezes, negativa e desqualificadora.

A valorização dos estrangeiros em relação a esses “nacionais”, entretanto, não foi unânime e foi alterada com o tempo. Conforme veremos ao longo desta dissertação, as enormes dificuldades vivenciadas pelos imigrantes inseridos em Assungui fez com que grande parte deles acabasse não se fixando ali, não correspondendo ao ideal de colono “morigerado e laborioso”, frustrando as expectativas criadas pelas autoridades. Assim, os brasileiros acabaram, em várias ocasiões, sendo considerados “colonos ideais” para o núcleo.

Para a problematização definida, utilizamos principalmente os relatórios dos presidentes da província e os registros de matrículas de colonos em Assungui. Os relatórios foram escritos após a emancipação da Província do Paraná, em 1853. Sua elaboração respondia a uma exigência prevista em um Aviso Circular Imperial, que previa que todo ocupante do cargo de Presidente da Província tinha o dever de apresentar à Assembléia Provincial um relatório, com a exposição da prestação de contas da situação no período anterior. Enfim, esses documentos existiam para expor “o estado dos negócios públicos da província, e as providências que ela há mister para seu melhoramento”.³³ Essas fontes estão disponíveis no formato físico no Arquivo Público do Paraná, e no formato digital no endereço eletrônico dessa mesma instituição; podem ser consultadas também – em melhor qualidade até – na página do *Center for Research Libraries*.³⁴ Elas foram bastante utilizadas por muitos historiadores que estudaram o

³¹ CERUTTI, S. **A construção das categorias sociais**. In BOUTIER, Jean. JULIA, Dominique (orgs). *Passados recompostos: Campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/FGV, 1998. p. 235.

³² Ibidem. p. 236.

³³ PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná**, Presidente Zacarias de Góes e Vasconcelos na Assembléia Provincial em 15 de Junho de 1854. Typ. Paranaense, Curitiba, 1854, p. 1.

³⁴ Relatórios dos Presidentes da província do Paraná, disponíveis em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=44> e <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial>

processo colonizatório, mas não de forma sistemática. Em geral, elas serviam para se extrair, “dados” que de alguma forma comprovavam aspectos indicados no texto historiográfico; por isso, talvez, não tenha tomado relevância o grande número de brasileiros presentes em algumas colônias, que os presidentes de província registravam em seus relatórios, conforme discutimos anteriormente.

Outra importante fonte para a realização deste trabalho foram os três livros que contêm as matrículas dos colonos de Assungui, localizados no Arquivo Público do Paraná. Essas matrículas não eram necessariamente feitas quando da entrada dos colonos ao núcleo, mas quando eram admitidos como colonos efetivamente. Elas apresentam os seguintes dados: nome do colono matriculado, sua nacionalidade, sua idade, religião, seu estado civil, o nome e a nacionalidade de seu cônjuge, os nomes de seus filhos, o número e a localização de seu lote, e algumas observações diversas, como por exemplo, a presença de agregados ou de demais parentes na família matriculada.

Essas fontes permitiram obter informações a respeito das nacionalidades dos colonos admitidos como tal em Assungui durante todo o período de existência da colônia. Além disso, pudemos construir através das informações contidas nas matrículas, uma caracterização da população brasileira, no que diz respeito a seu estado civil, ao tamanho de suas famílias e às relações de agregação que poderiam manter. Essas fontes têm um limite bastante claro: não autorizam tirar conclusões sobre a permanência desses indivíduos na colônia, e como veremos, a evasão de colonos de Assungui foi algo bastante recorrente. Mesmo assim, os registros de matrícula permitem saber quem se dirigia para Assungui e foi admitido no núcleo como colono.

Utilizamos também de outros tipos de fonte, todas do acervo do Arquivo Público do Paraná, como relatórios dos diretores da colônia, correspondências dos mesmos à Presidência da província, correspondências do Ministro dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras públicas ao presidente da província ou ao diretor da colônia. Os ofícios dos diretores da colônia foram especialmente interessantes porque muitos continham solicitações de colonos às autoridades administrativas e assim, mesmo com a mediação da direção do núcleo, permitiram algum acesso à experiência dos colonos no interior do núcleo. Utilizamos ainda publicações que diretores e um engenheiro que trabalhava na colônia fizeram no jornal *Dezenove de Dezembro*. Analisamos também regulamentos e a legislação correspondentes ao núcleo e às questões de imigração e colonização, bem como alguns relatos de viajantes e de colonos imigrantes. Esses

documentos, em geral, nos permitiram perceber o posicionamento de várias autoridades e dos próprios colonos diante da inserção de brasileiros no núcleo.

O trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro traz uma problematização a respeito da já citada sinonímia criada entre colonização e imigração na história paranaense, retomando aspectos dos projetos de ocupação territorial já no século XVIII, que envolviam o território que hoje configura o Paraná. Já no XIX, após a emancipação, investigamos o posicionamento das autoridades provinciais em relação ao projeto de colonização, fazendo com o que mesmo adquirisse diferentes facetas. Uma delas previa a criação de núcleos coloniais para receber imigrantes, como foi o caso de Assungui. A sua formação também foi objeto de análise desse primeiro capítulo.

No segundo capítulo tratamos da entrada dos colonos, tanto estrangeiros quanto brasileiros. Discorremos sobre as condições com que esses sujeitos eram inseridos na colônia, os contratos que assinavam, gerando direitos e deveres perante o governo, as dificuldades que enfrentavam e, principalmente no caso dos europeus, a evasão que estas acabavam motivando. Além disso, nesse segundo capítulo, já observamos o quanto a entrada de brasileiros na colônia foi expressiva, em termos quantitativos, gerando reações das autoridades diante dessa inserção. Sendo a quantidade de brasileiros que ali se inseriam bastante significativa, desde os primeiros anos de existência do núcleo, ela não passou despercebida pelas autoridades, e acabou inclusive motivando alterações nas leis e nos discursos de várias autoridades em relação a quem seria o “colono ideal” para Assungui.

No terceiro e último capítulo, apresentamos uma breve caracterização desse grupo de colonos brasileiros. Por meio dos livros de matrículas e outros documentos referentes ao núcleo, pudemos caracterizar esses sujeitos quando de sua admissão como colonos em relação à sua idade, percebendo que formavam uma população jovem, logo, com grande capacidade produtiva; eram em sua maioria casados, com famílias mais numerosas quando comparadas às dos imigrantes, abrigando inclusive agregados em seus domicílios. Pudemos observar também que tinham condições financeiras variadas, embora predominassem aqueles que dispunham de poucos recursos, bem como as relações que estabeleciam com os imigrantes, concluindo que, quando lhes era conveniente enquanto grupo, poderiam se unir em torno de interesses em comum.

1 COLONIZAÇÃO NO PARANÁ: CONTINUIDADES, RUPTURAS E CONVERSAS COM A HISTORIOGRAFIA

Na história do Paraná, os termos colonização e imigração se aproximam a ponto de quase se confundirem. Isso resulta da grande valorização dada à figura do imigrante europeu no desenvolvimento da província, tanto pelas autoridades da época, quanto pela historiografia. Consideramos, entretanto, que é preciso problematizar a relação de sinonímia criada entre esses dois termos, bem como a equiparação entre os dois processos. Destacamos o fato de que a criação de núcleos coloniais na região teve início antes mesmo de sua emancipação como província, já no século XVIII, e levou em consideração outros personagens, além dos imigrantes europeus: as populações locais, que, de uma forma ou de outra, foram incorporadas nesses projetos. Foram esses aspectos do projeto colonizatório e seus “novos personagens” que analisamos nesse capítulo.

1.1 A colonização e suas “fases”

Analizando o significado etimológico das palavras cultura, culto e colonização Alfredo Bosi³⁵, observa que elas derivam do mesmo verbo latino *colo*, cujo particípio passado é *cultus* e o particípio futuro é *culturus*. Na língua romana, *colo* significou “eu moro, eu ocupo a terra”, e por extensão, “eu trabalho, eu cultivo o campo”. Ainda, *colo* aparece como a matriz de *colonia* como espaço que se está ocupando, a terra que se pode trabalhar. Por sua vez, o *colonus* é o que cultiva a propriedade rural no lugar de seu dono.³⁶ O autor também analisa a diferença entre o “habitar” e o “cultivar” do “colonizar”: concluiu que é o deslocamento que os agentes sociais fazem do seu mundo para outro, no qual irão exercer a capacidade de lavrar ou fazer lavrar o solo alheio, tornando-se então colono.³⁷

O autor identifica, na classificação dos tipos de colonização, dois processos. O primeiro é aquele que se atém ao simples povoamento; o segundo é o que conduz à

³⁵ BOSI, A. **Dialética da Colonização**. Companhia das Letras. São Paulo, 1992.

³⁶ Ibidem, p. 11.

³⁷ Ibidem, p. 12.

exploração do solo. O *colo* aparece em ambos, como “eu moro” e “eu cultivo”.³⁸ Em contextos de grande disponibilidade de terras e pequena ocupação populacional, características da região meridional da capitania de São Paulo em todo o período colonial, a colonização se associou ao objetivo de “domesticar”, “proteger” e “controlar” o território, ou seja, esteve relacionada com a ação de povoar. Antonio Cesar de Almeida Santos afirma que na segunda metade do século XVIII, foi desencadeada uma ação política que objetivava assegurar a conquista e a posse dos domínios da Coroa portuguesa na América. Essas ações por parte da metrópole constituíram uma “institucionalização do povoamento das terras brasileiras”.³⁹ De acordo com o autor, foi apenas no reinado de Dom João V, com a descoberta do ouro, que a Coroa passou a dar maior atenção à América, vendo-a como um território a ser convenientemente explorado e povoado,⁴⁰ efetivando sua ocupação frente aos espanhóis.⁴¹ E esse estado de conflito entre portugueses e espanhóis no sul do Brasil caracterizou a ação urbanística desenvolvida na região por D. Luís Antonio de Souza Botelho Mourão - o Morgado de Mateus,⁴² governador da Capitania de São Paulo de Junho de 1765 a 1775. Nesse contexto, ele expediu a Correia Pinto, povoador do sertão de Curitiba e fundador de Lages, atual município de Santa Catarina, uma ordem na qual considerava:

Porquanto, tendo determinado, em virtude de ordens de S. Majestade, aumentar as povoações desta capitania, e tendo notícia de que na paragem chamada Lajes, sita no sertão de Curitiba, há terras suficientes para se estabelecer uma boa povoação, ordeno ao capitão-mor regente do dito sertão, Antonio Correia Pinto, sirva de diretor, fundador e administrador da dita povoação.⁴³

Para essa autoridade do século XVIII, a criação de povoamentos fazia parte da estratégia de defesa ou expansão territorial em relação às demandas e investidas dos espanhóis, com quem os portugueses disputavam terras na região. Considerando que essa instalação de povoações tinha objetivo estratégico-militar, Santos chamou atenção para o fato de elas terem sido acompanhadas de perto pela metrópole. O autor observou

³⁸ BOSI, loc. cit.

³⁹ SANTOS, A. C. de A. **Para viverem juntos em povoações bem estabelecidas**. Um estudo sobre a política urbanística pombalina. Tese de Doutorado. Curitiba, 1999. p. 10.

⁴⁰ Ibidem, p. 62.

⁴¹ Ibidem, p. 85.

⁴² Ibidem, p. 216.

⁴³ D. Luis Antonio de Souza Botelho Mourão - o Morgado de Mateus *apud* VIANNA, O. **Populações Meridionais do Brasil**. Populações rurais do Centro-Sul. EDUFF. 7ª edição. Rio de Janeiro, 1987, p. 79.

que até 1766, a vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, atual Curitiba, era a mais ocidental do sul do Brasil.⁴⁴ As demais estavam situadas na costa ou então acompanhavam o curso do rio Tietê até Itu e, mais ao sul, até Sorocaba. Tanto a oeste como ao sul, essas ações de povoamento estiveram voltadas à ocupação territorial expressa tanto na construção da Fortaleza do Iguatemi, iniciada em 1765, e nas expedições de povoação do Sertão do Tibagi e dos Campos de Guarapuava (segunda metade do século XVIII, a partir de 1766),⁴⁵ quanto na fundação do povoado de Lages, anteriormente referida.

As autoridades que organizavam estas ações de colonização dispunham para seu empreendimento, dos próprios homens da terra. Nesse sentido, na ordem para a construção do povoado de Lages, o Morgado de Mateus considerou:

E lhe permito convoque para o dito efeito [o de fundar a povoação referida] todos os forros carijós administrados que tiver notícia andam vadios, e não têm casa nem domicílio certo, nem são úteis à República, e os obrigue a ir povoar as ditas terras.⁴⁶

Como observou Belotto nessa “política de urbanização”, tratava-se de agregar a “gente dispersa”, entre as quais havia aqueles que

tinham atividades definidas: em lavouras, em pousos, no comércio ou nas expedições de exploração. Mas, havia ainda os realmente vadios, vivendo da coleta e caça, sem rendimento e sem ocupação alguma. Era principalmente contra estes que se voltavam as autoridades, procurando disciplinar-lhes a forma de vida e conduta.⁴⁷

Assim, destaca-se outro aspecto que se pode observar: a colonização implicava não somente ocupar o território, mas também controlar e direcionar a população para os objetivos pretendidos: a defesa militar e a produção, nessa região, a de alimentos principalmente. Essas pretensões expressavam-se na comunicação que o Morgado de Mateus fez à Câmara de Iguape, em 1767, quando considerou que era necessário:

Multiplicarem os colonos, de que há falta grande, e para que os poucos que há se possa fazer bom uso e melhor utilidade, é preciso congregá-los o mais que se puder, em Povoações Civas, fundando-se de novo, e acrescentando

⁴⁴ SANTOS, A. C. de A. op. cit.

⁴⁵ BELLOTTO, H. L. **Autoridade e conflito no Brasil Colonial**: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765 – 1775). Ed. Alameda, 2ª edição. São Paulo, 2007. pp. 104 – 145.

⁴⁶ D. Luis Antonio de Souza Botelho Mourão - o Morgado de Mateus *apud* VIANNA, O. op. cit., p. 79.

⁴⁷ BELLOTTO, op. cit. p. 150.

aquela que já temos, porque sem isso nem pode haver comércio nem riqueza permanente.⁴⁸

Tratava-se, portanto, de colonizar também os “habitantes dispersos”, pondo a produzir os “vadios”; fixando os que “laboravam”, mas o faziam em “sítios volantes”; agregando os índios que, tendo se tornado administrados “andavam em casas alheias”.⁴⁹ Esses – os indígenas – eram especialmente considerados nos projetos de colonização do Morgado de Mateus, que defendia a conveniência de se formarem povoações indígenas (aldeamentos) que pudessem atingir paulatinamente o estatuto de vila.⁵⁰

As expedições organizadas pelo Morgado de Mateus eram feitas na forma de “bandeiras”, sob o comando de militares e compostas por “voluntários”, que eram alistados nos corpos de ordenanças e tropas auxiliares. A arregimentação desses “voluntários” era encargo dos capitães mores.⁵¹ Para evitar que esses sujeitos se dispersassem, a autoridade paulista passou a exigir que aqueles que fossem partir com as expedições se casassem. Para D. Luís, a dispersão da população era algo a ser evitado e combatido, afinal, ela facilitava a presença de “vadios e facinorosos”, que prejudicavam o bem estar dos demais moradores. Então, sua ação urbanística veio desde o início acompanhada de diversas ordens “forçando que as pessoas dispersas ou ‘estabelecidas em sítios volantes’, se congregassem, preferencialmente, nas povoações que estavam sendo criadas sob a direção de capitães-mores povoadores.”⁵²

Essas considerações permitem concluir que esse projeto de colonização agregava aquilo para o que Bosi chamou atenção no texto já mencionado: não se pode entender “colonização” somente como fluxo migratório. Ao contrário, ela implica “resolução de carências” e abrange o “domínio sobre a natureza”, mas também sobre o “semelhante”.⁵³ Assim, os planos colonizatórios realizados na região estudada nesse trabalho compreendiam não só a ocupação do território, como também a reunião da “gente da terra” e a adequação do seu modo de viver às “necessidades” de produção e defesa.

Essas iniciativas e ações de colonização empreendidas na região por nós estudada são, em geral, desconsideradas na produção historiográfica sobre a mesma.

⁴⁸ D. Luis Antonio de Souza Botelho Mourão - o Morgado de Mateus *apud* BELLOTTO, op. cit. p. 151.

⁴⁹ BELLOTTO. op. cit. pp. 160-162. Os termos são indicados pela autora a partir de correspondência emitida pelo Morgado de Mateus.

⁵⁰ *Ibidem*, p. 164.

⁵¹ SANTOS, op. cit. p. 218.

⁵² *Ibidem*.

⁵³ BOSI. op. cit. p. 13.

Essa produção, em geral, considera que a colonização teve início a partir dos fluxos migratórios para a região, na segunda metade do século XIX. É nesse sentido, por exemplo, que o historiador Antunes dos Santos, ao referir-se à colonização da região, considerou que foi empreendida em duas fases. A primeira delas seria aquela empreendida desde a emancipação até o início da década de 1870, com colônias e aldeamentos no interior da província, que introduziram uma produção agroalimentar, propiciando “novas rotas de abastecimento e criação de um mercado interno”.⁵⁴ A segunda etapa, chamada pelo autor “a nova fase”, teria se dado a partir do governo de Lamenha Lins que estabeleceu núcleos agrícolas nos arredores de Curitiba, nos quais imigrantes produziam gêneros de abastecimento, o que constituiu um “cinturão verde” ao redor da capital.⁵⁵

Fazendo essas considerações sobre as políticas de colonização para a região que posteriormente constituiu o Paraná, pretendemos relativizar essa ideia, muito forte na historiografia, de que as políticas de colonização na região foram inauguradas com a imigração. Elas, ao contrário, foram encaminhadas em período anterior e visavam não apenas preencher demograficamente a região e viabilizar a produção, mas também integrar e adequar a população local aos objetivos da ocupação para produção e defesa.

1.2 Colonizar com estrangeiros

É comum que se considere que a Provisão Régia de 09 de agosto de 1747, que tratava da condução e do estabelecimento de casais açorianos em terras brasileiras, tenha inaugurado a política imigratória na América Portuguesa. Porém, vale ressaltar que esse movimento migratório não envolveu exatamente “estrangeiros”, porque os açorianos eram súditos portugueses.⁵⁶ Então, as medidas visando a efetiva introdução de estrangeiros como elemento viabilizador da colonização teve início no Brasil do século XIX, no período joanino, sendo o Decreto de 25 de Novembro de 1808, que permitia a concessão de sesmarias aos estrangeiros residentes no Brasil “o primeiro ato regular de

⁵⁴ SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. **Vida material, vida econômica**. Curitiba: SEED, 2001. p. 80.

⁵⁵ Ibidem.

⁵⁶ IOTTI, Luiza Horn. **Imigração e colonização**. Artigo de 13 de Janeiro de 2003. Disponível em: https://www.tjrs.jus.br/export/poder_judiciario/historia/memorial_do_poder_judiciario/memorial_judiciario_gaucho/revista_justica_e_historia/issn_1676-5834/v3n5/doc/07-Luiza_Iotti.pdf Acesso em: Março de 2014. p. 2.

colonização de estrangeiros”.⁵⁷ Outro importante decreto foi o de 06 de Maio de 1818, que ordenava a compra de uma fazenda do Morro Queimado, em Cantagalo, no Rio de Janeiro, local escolhido para a criação de uma colônia de suíços, a de Nova Friburgo, oficialmente criada com o objetivo de “povoar e fazer produzir terras despovoadas e fornecer alimentos para a cidade do Rio de Janeiro que estava crescendo e que constantemente era castigada por crises de abastecimento”.⁵⁸ Esse assentamento de colonos suíços na Serra Fluminense se deu entre 1819 e 1820. O processo teve início já em 1818, quando da criação da Inspetoria de Colonização Estrangeira, à qual era subordinado um tradutor no Porto do Rio de Janeiro e o diretor da colônia Nova Friburgo, resultado de um acordo entre Dom João e Sebastião Gachet. Este acordo previa a introdução de cem famílias de suíços no local adquirido, no Cantagalo. As condições apresentadas pelo acordo eram altamente vantajosas para os colonos, ficando o Governo Português responsável pelo pagamento das passagens, alojamentos, terras, sementes, animais, alimentos e ajuda de custo diária para cada colono, entre outros benefícios. Gachet encheu os navios na Holanda, enviando para o Brasil mais de dois mil colonos, entre os quais 531 faleceram durante a viagem ou logo após a sua chegada em Nova Friburgo, devido às péssimas condições encontradas no navio. Algumas famílias, porém, prosperaram, desenvolvendo atividades artesanais ou de comércio.⁵⁹

Após a independência, os projetos de colonização por meio da imigração prosseguiriam, com Dom Pedro I e seus ministros procurando estimular a introdução de estrangeiros tanto para a formação de núcleos coloniais, como para a organização de batalhões no exército em formação.⁶⁰ A Constituição de 1824 estabelecia que o imperador era o responsável pela colonização por meio da imigração, “interessando-se pessoalmente, pelo povoamento e pela exploração de novas regiões do Brasil por brancos não-portugueses.”⁶¹ É nesse contexto que surge o núcleo de São Leopoldo, no

⁵⁷ DEMORO, L. *apud* IOTTI, L. Horn. **Imigração e colonização**. Artigo de 13 de Janeiro de 2003. Disponível em: https://www.tjrs.jus.br/export/poder_judiciario/historia/memorial_do_poder_judiciario/memorial_judiciario_gaucha/revista_justica_e_historia/issn_1676-5834/v3n5/doc/07-Luiza_Iotti.pdf Acesso em: Março de 2014. p. 2.

⁵⁸ PETRONE, M. T. S. *apud* IOTTI, L. H. **Imigração e colonização**. Artigo de 13 de Janeiro de 2003. Disponível em: https://www.tjrs.jus.br/export/poder_judiciario/historia/memorial_do_poder_judiciario/memorial_judiciario_gaucha/revista_justica_e_historia/issn_1676-5834/v3n5/doc/07-Luiza_Iotti.pdf Acesso em: Março de 2014. p. 2.

⁵⁹ MACHADO, P. P. **A política de colonização do Império**. Editora da Universidade/UFRGS. Porto Alegre, 1999. pp. 18-19.

⁶⁰ Ibidem. pp. 20-21.

⁶¹ IOTTI, op. cit. p. 4.

Rio Grande do Sul. Não havendo condições de assentar no Rio de Janeiro os imigrantes alemães que haviam sido recrutados por Jorge Antonio Schaeffer – nome de confiança de Dom Pedro – foram enviados à província rio-grandense, sob a responsabilidade do presidente da província José Feliciano Fernandes Pinheiro, tendo garantidos os mesmos direitos dados aos suíços de Nova Friburgo. Nessa província também foram formados os núcleos de Três Forquilhas e São Pedro de Alcântara, mas esses não encontraram o mesmo sucesso de São Leopoldo. Entre 1824 e 1830 ingressaram 5.350 alemães na Província do Rio Grande do Sul.⁶²

Foi também durante o Primeiro Reinado que a futura Província do Paraná (nesse período, ainda não emancipada, pertencendo à região meridional de São Paulo) ganhou sua primeira colônia: Rio Negro. Em 1828, o Barão de Antonina tomou frente no estabelecimento de uma colônia para receber alemães na região conhecida por Sertão da Mata (hoje, divisa com o estado de Santa Catarina, no sudeste do Paraná), e em 1829 os primeiros imigrantes ali se estabeleceram e, ao longo de sua existência, o núcleo receberia também imigrantes espontâneos, vindos de colônias catarinenses, como Joinville, Blumenau e São Bento do Sul, bem como do Rio Grande do Sul. Esse núcleo se dispersou e a população alemã que ali permaneceu acabou se confundindo com a população local. Quando da emancipação da província, em 1854, contava Rio Negro com 102 alemães e 351 brasileiros, que davam “exemplo do amor, do trabalho e das vantagens do produto que leva[vam] ao mercado”.⁶³

Toda a política de colonização por imigração desenvolvida no Período Joanino e no Primeiro Reinado seria interrompida antes mesmo da abdicação de Dom Pedro I, que sofreu uma “derrota imposta pela elite política do País”,⁶⁴ contrária ao financiamento da colonização, através da votação de duas leis: a primeira proibia a existência de regimentos estrangeiros, e a segunda foi uma lei orçamentária que não previa nenhum gasto com colonização estrangeira nos anos de 1831 e 1832.⁶⁵ Esse arrefecimento dos projetos de imigração visando a colonização seguiria durante todo o Período Regencial – no Rio Grande do Sul, por exemplo, sabe-se que nesse período não foi registrada a

⁶² MACHADO, op. cit. pp. 20-21.

⁶³ PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná**, Presidente Zacarias de Góes e Vasconcelos na Assembleia provincial em 15 de Junho de 1854. Typ. Paranaense, Curitiba, 1854. p. 59.

⁶⁴ MACHADO, op. cit. p. 21.

⁶⁵ Ibidem.

entrada de nenhum imigrante⁶⁶ e, também, nenhuma colônia foi criada no Brasil durante essa década.⁶⁷

Com o início do Segundo Reinado, iniciou-se também um período de maior estabilidade política, que possibilitou a retomada da imigração de estrangeiros para o Brasil. Aqui, a política de imigração estava ligada tanto à “questão da mão de obra para a grande lavoura, à questão de terras, quanto ao incremento e diversificação do mercado interno brasileiro”.⁶⁸ Foi nesse período que se formaram as primeiras colônias de estrangeiros de maior vulto na região do futuro Paraná. O núcleo de Rio Negro já havia sido formado em 1828 e, quando de sua emancipação, a província já contava com mais dois núcleos: a colônia Thereza e a colônia Superagui. A primeira foi fundada em 1847, às margens do Rio Ivaí nos Campos Gerais, sob a direção do francês Dr. João Mauricio Faivre. Juntamente com o seu fundador, vieram para o núcleo 79 franceses, dos quais a grande maioria se retirou “desanimados pelas dificuldades que encontraram naquele sertão”, tendo seu lugar ocupado pelos brasileiros habitantes dos municípios de Castro e Guarapuava.⁶⁹ A colônia Superagui foi fundada em 1852 pelo suíço Carlos Perret Gentil, e de início contava com uma população de 22 indivíduos emigrados da Europa.⁷⁰ O núcleo estava localizado no litoral paranaense, próximo à Baía de Paranaguá, a uma distância de aproximadamente 145 quilômetros de Curitiba.⁷¹ Assim como ocorreu nas colônias de Rio Negro e Thereza, a população local também passou a fazer parte do núcleo Superagui.⁷²

Vale ressaltar que essas primeiras colônias formadas no território paranaense surgiram da iniciativa privada, com seus próprios fundadores convidando seus conterrâneos europeus a emigrar. Apesar de serem empreendimentos de particulares, esses núcleos puderam contar também, durante sua existência, com algum auxílio do governo provincial paranaense, a quem muito interessava o sucesso dessas colônias. Na verdade, entre 1840 e 1850, foram criadas vinte colônias no Brasil, sendo 33% delas imperiais e 67% de iniciativa privada. Essa presença significativa de colônias

⁶⁶ Ibidem, p. 22.

⁶⁷ IOTTI, op. cit. p. 6.

⁶⁸ MACHADO, op. cit. p. 64.

⁶⁹ PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná**, Presidente Vice Presidente Beaurepaire Rohan na Assembleia provincial em 1º de Março de 1856. Typ. Paranaense, Curitiba, 1856.

⁷⁰ Ibidem.

⁷¹ DYSARZ, C. M. **Superagui**: uma colônia do Paraná Provincial que deitou raízes na experiência da lavoura paulista. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011. p. 12.

⁷² PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná**, Presidente Vice Presidente Beaurepaire Rohan na Assembleia provincial em 1º de Março de 1856. Typ. Paranaense, Curitiba, 1856.

particulares pode ser relacionada à Lei nº 514, de 28 de outubro de 1848, com a qual o Império concedia terras devolutas às províncias para a colonização. Em um contexto de falta de recursos dos governos provinciais, a associação com iniciativa privada para a criação de núcleos e o apoio à atuação de companhias de colonização era considerada vantajosa para essas autoridades.⁷³ Essa lei de concessão de terrenos aos governos provinciais também possibilitou que os interesses regionais fossem considerados no desenvolvimento do processo colonizatório,⁷⁴ originando particularidades nos projetos de cada província. No Paraná, após 1854, com sua emancipação, a formação e o progresso de colônias de estrangeiros para povoar e produzir se tornou um tema ao qual as autoridades passaram a dar grande ênfase.

1.3 As várias facetas do projeto colonizador no Paraná provincial

A colonização passou a ser assunto em pauta dos administradores da Província do Paraná desde a primeira administração, instituída logo após a emancipação. Zacarias de Góes e Vasconcellos, o primeiro presidente da nova província, já observava em 1854 que a colonização era uma medida que “se deseja[va] e que se deve[ria] promover no país”, considerando “digno de proteção e apoio, no que estive[sse] no alcance da assembleia e governo provincial”, os projetos colonizatórios⁷⁵ - como o de Superagui, ao qual se referia nesta citação.

A defesa de que a colonização deveria ser implementada por meio da introdução de imigrantes foi bastante destacada. Alguns viam a colonização promovida pela imigração como sendo um “duplicado empenho de melhorar a sorte do proletário europeu e de dar incremento à nossa lavoura pela aquisição de braços úteis”⁷⁶ e que só quando “colonos morigerados e laboriosos vie[ssem] povoar vossas terras vastas e fecundas, aparecerá a abastança dos gêneros alimentícios e abundantes sobras do

⁷³ IOTTI, op. cit. p. 7.

⁷⁴ Ibidem.

⁷⁵ PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná**, Presidente Zacarias de Góes e Vasconcelos na Assembleia provincial em 15 de Junho de 1854. Typ. Paranaense, Curitiba, 1854.

⁷⁶ PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná**, Presidente Vice Presidente Beaurepaire Rohan na Assembleia provincial em 01 de Março de 1856. Typ. Paranaense, Curitiba, 1856.

consumo ir[iam] dar nova vida ao comércio de exportação dos produtos agrícolas”.⁷⁷ Defendia-se a conveniência de, como afirmou o Presidente Liberato de Mattos em 1858,

promoverdes a migração de colonos morigerados e laboriosos, que, conhecedores dos processos mais acabados, e habituados ao uso de instrumentos mais vantajosos ao manejo de cultura das terras, se empreguem nos vastos campos que possui a província, e cuja prodigiosa fertilidade abrange todo o gênero de produção agrícola⁷⁸

Sendo ainda mais enfático, o Presidente Frederico José de Cardoso de Araujo Abranches afirmou, em 1874, ser “da imigração inteligente e laboriosa que, por assim dizer, depende o futuro do país.”⁷⁹ A crença na inteligência, laboriosidade e superioridade dos estrangeiros parecia definir as preferências expressas pelas autoridades em relação à localização dos núcleos coloniais. Zacarias de Góes e Vasconcelos, por exemplo, defendia que as colônias deveriam estar isoladas “das grandes povoações” porque estas “de ordinário estorvam a prosperidade das colônias e as acabam”. Para ele, devia-se seguir o exemplo da colônia Thereza, que estava afastada da costa do mar e dos grandes centros de população “para que o influxo da escravidão e das tendências mercantis que nelas há, não obrassem malignamente sob seu destino, que é (expressão de seu fundador) tornar o homem feliz e virtuoso”.⁸⁰

Além disso, a implantação de núcleos coloniais distantes dos centros de povoamento já constituídos era considerada vantajosa por proporcionar a ocupação demográfica de locais de baixa densidade populacional e, conseqüentemente, não só o cultivo dos terrenos ainda incultos, mas também a “civilização” das pessoas que os habitavam. A esse respeito, Góes e Vasconcelos destacou a situação das regiões de Guarapuava e Palmas, afirmando que essas regiões apresentavam a “necessidade de promover, pela colonização, a cultura de tanto terreno desperdiçado, e de chamar à civilização milhares de indígenas que ali andam errantes e bárbaros”, sendo

⁷⁷ PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná**, Presidente Francisco Liberato de Mattos na Assembleia provincial em 7 de Janeiro de 1858. Typ. Paranaense, Curitiba, 1858, p. 35.

⁷⁸ PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná**, Presidente Francisco Liberato de Mattos na Assembleia provincial em 07 de Janeiro de 1859. Typ. Paranaense, Curitiba, 1859.

⁷⁹ PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná**, Presidente Frederico José Cardoso de Araujo Abranches na Assembleia provincial em 15 de Fevereiro de 1874. Typ. Paranaense, Curitiba, 1874.

⁸⁰ PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná**, Presidente Zacarias de Góes e Vasconcelos na Assembleia provincial em 15 de Junho de 1854. Typ. Paranaense, Curitiba, 1854.

responsabilidade da província se aproximar “quanto seja possível, desses lugares onde tamanhos interesses tem a fiscalizar e superintender.”⁸¹

Embora fosse forte a defesa da introdução de imigrantes para promover a colonização na província, havia discordâncias em relação à maneira de realizar a imigração. Alguns defendiam que ela deveria ser incentivada e custeada pelo governo. Zacarias de Góes e Vasconcelos, diante do interesse do suíço Guilherme Steger em estabelecer uma colônia destinada à cultura de trigo, garantiu ao empresário que “a presidência não deixaria de proteger sua empresa, com todos os meios a seu alcance.”⁸² Da mesma forma, o presidente de 1858, destacando a “necessidade de promover a imigração de colonos morigerados e laboriosos”, demonstrou entusiasmo ao saber que poderia contar com o apoio do governo imperial para tal projeto; isso porque acreditava estar “fora de dúvida que os recursos da província não bastariam”. Então, relatou que

felizmente os poderes do Estado, compreendendo toda a importância da colonização nas circunstâncias atuais do país, e vendo malogradas as diversas tentativas que têm feito em vários pontos do Império no intento de promover a imigração, habilitaram o governo imperial com amplos meios, para cuidar desse ramo do serviço, a que o mesmo governo acaba de dar valioso impulso, celebrando a Associação Central de Colonização um contrato pelo qual se obriga a importar avultado número de colonos.⁸³

Outros, por sua vez, defendiam que se deveria incentivar a imigração espontânea, levando em consideração o alto custo de se financiar a vinda dos europeus, em especial para uma província recém-emancipada. Como vimos, esse cenário favorecia o apoio do governo a empreendimentos particulares. Então, o presidente Góes e Vasconcelos, em 1854, afirmou que cedia aos pedidos de auxílio à colônia Superagui (núcleo fundado por iniciativa privada), apesar das dificuldades, por estar “compenetrado da necessidade de distribuir com preferência seus auxílios e favores com as empresas de colonização, que se propuserem povoar terras devolutas.”⁸⁴ Porém, o mesmo presidente ponderava que, se era certo que a colonização precisava do impulso do governo

⁸¹ PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná**, Presidente Zacarias de Góes e Vasconcelos na Assembleia provincial em 15 de Junho de 1854. Typ. Paranaense, Curitiba, 1854. p. 10.

⁸² Ibidem.

⁸³ PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná**, Presidente Francisco Liberato de Mattos na Assembleia provincial em 07 de Janeiro de 1858. Typ. Paranaense, Curitiba, 1858.

⁸⁴ PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná**, Presidente Zacarias de Góes e Vasconcelos na Assembleia provincial em 15 de Junho de 1854. Typ. Paranaense, Curitiba, 1854.

não é menos certo que qualquer empenho que seja superior às forças da nascente província, é capaz de desarranjar profundamente suas finanças, e, o que seria um mal gravíssimo, retardar consideravelmente a mesma colonização.

Porém, além do receio de que os elevados gastos pudessem prejudicar o desenvolvimento da província, acreditava-se que esse investimento poderia ser mais proveitoso se disponibilizado para sanar outras necessidades da província. O presidente José Antonio Vaz de Carvalhaes foi categórico ao afirmar que

embora predomine hoje no país a idéia da introdução de colonos seja como for [...] declaro a V. Ex. que nada procurei fazer por este lado [...] porque entendo que os dinheiros públicos despendidos com o sistema atualmente em voga, poderiam ser mais profícuos ao fim que se tem em vista, sendo aplicados à construção de boas estradas, à canalização dos nossos rios, à reorganização da administração da justiça, e à disseminação da instrução profissional.⁸⁵

Embora fosse forte a defesa de que os europeus eram os imigrantes mais capacitados para promover a colonização da província, foi também considerada a possibilidade de que outros grupos étnicos fossem nela introduzidos. Seguindo esta orientação, em 15 de janeiro de 1855, o governo imperial, através de aviso da Secretaria de Estado dos Negócios do Império, anunciou a introdução de imigrantes chineses na província para promoverem o cultivo de chá. O presidente Góes e Vasconcelos assim considerou:

O governo imperial quer estabelecer nas proximidades desta cidade uma colônia de chins, que aplique-se a cultura e fabrico de chá, e nesse sentido acaba de habilitar a presidência a tomar as medidas preliminares indispensáveis, para que, logo que venham os colonos, que o governo mandou contratar possam entregar-se proficuamente a seu mister. Eis mais uma prova do vivo interesse que o governo central toma pelo desenvolvimento dessa província, fadada por certo ao grau de prosperidade, que o vosso patriotismo lhe deseja, e lhe proporcionarão os grandes recursos, com que a natureza mimoseou-a.⁸⁶

O governo provincial, então, efetuou a compra de uma chácara para a qual os imigrantes seriam destinados. Até o ano de 1858, porém, o governo imperial ainda não havia enviado os chineses para a província, e a casa que havia sido preparada para eles

⁸⁵ PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná**, Vice Presidente José Antonio Vaz de Carvalhaes na Assembleia provincial S/D. Typ. Paranaense, Curitiba, 1857.

⁸⁶ PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná**, Presidente Zacarias de Góes e Vasconcelos na Assembleia provincial em 08 de Fevereiro de 1855. Typ. Paranaense, Curitiba, 1855.

já estava se deteriorando, sendo posteriormente transformada em um depósito de pólvora.⁸⁷ Na verdade, a tentativa de introdução de chineses na província rendeu pouquíssimos resultados. Mas o fato de que houve tal tentativa é bastante significativo para a compreensão das diferentes facetas que adquiriu o processo de colonização no Paraná. Reinaldo Benedito Nishikawa observou que os contratos feitos com os chineses tinham a clara intenção de explorar a mão de obra desses sujeitos, sem apresentar a menor pretensão de que estes permanecessem no Brasil e miscigenassem com a população local.⁸⁸ Enquanto os contratos com europeus eram feitos visando fixá-los no território, aquele assinado com os chineses visava à obtenção de “mão de obra barata e descartável”.⁸⁹

Embora colonização e imigração estivessem tão associadas nas expressões das autoridades responsáveis pela administração da província na segunda metade do século XIX, não era incomum que considerassem também as vantagens de se integrar a população local no processo de colonização em curso.

Foi nesse sentido que em 1864, o presidente Sebastião Gonçalves da Silva destacou “a necessidade de fazer-se concessões de terrenos aos pobres nos sertões da província.” A ideia parecia muito vantajosa, porque ele considerava que este era “o único meio talvez de conseguir-se povoar grande quantidade de terreno, ora inculto”,⁹⁰ além de considerar que esta seria uma ação

tão política, quão humanitária. Política porque traz o povoamento das nossas fronteiras, o qual impedirá o esbulho dos vizinhos estados. Humanitária, porque proporciona trabalho aos privados de bens de fortuna – tornando-os proprietários, em vez de criar pauperismo, que deverá nascer da proibição de fazer posses.⁹¹

Goés e Vasconcelos, relatando a situação da colônia Thereza, já havia afirmado que

seria um contra-senso despender dinheiro e esforços em mandar vir de países remotos colonos para cultivar nossas terras devolutas, deixando, no entanto,

⁸⁷ PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná**, Presidente José Francisco Cardoso na Assembleia provincial em 1º de Março de 1860. Typ. Paranaense, Curitiba, 1860.

⁸⁸ NISHIKAWA, Reinaldo Benedito. **Terras e imigrantes na colônia Assunguy**. Paraná, 1854 – 1874. Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007. p. 100.

⁸⁹ Ibidem. p. 109.

⁹⁰ PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná**, Presidente Sebastião Gonçalves da Silva na Assembleia provincial em 21 de Fevereiro de 1864. Typ. Paranaense, Curitiba, 1864.

⁹¹ Ibidem.

entregues ao ócio e à miséria não poucos brasileiros, que talvez, por falta de apoio e direção, não se aplicam com proveito a algum ramo da indústria.”⁹²

As colocações do presidente da província evidenciam um aspecto de que já tratamos, quando discorremos sobre a possibilidade de adequação da população que a colonização comporta: a população local, integrada no processo de colonização seria “retirada do ócio e da miséria” e poderia “aplicar-se” adequadamente à “indústria”.

O mesmo processo de “colonização” da população parecia estar sendo pretendido por aqueles que defendiam que se “aproveitasse” o grande número de indígenas que habitavam a província. Foram várias as autoridades que viram os índios como potenciais trabalhadores rurais, bem como elementos de povoação. Para estes, o indígena não era considerado uma ameaça ao projeto colonizatório, como na maioria das vezes foi, mas sim um possível colaborador no empreendimento colonizatório. Em 1859, o presidente Liberato de Matos destacou a importância de se “chamar à vida civilizada o maior número possível de selvagens”⁹³ ressaltando ser este um “dever de caridade” e também algo interessante à sociedade em geral. José Francisco Cardoso, um ano depois, afirmou haver uma “crença geral de que a grandeza futura dessa província pende muito do maior desenvolvimento da catequese”⁹⁴, destacando que esse era um ramo muito importante no que tange ao desenvolvimento da província. O Presidente Antonio Luiz Affonso de Carvalho, em 1870, destacou a necessidade de se aumentar o número de aldeamentos existentes na província, para que dessa forma se tirasse maior proveito da mão de obra indígena: “São necessários outros aldeamentos [...] para aproveitar tantos índios que vagam pelas matas, saindo a infestar, quando podem, as estradas e as povoações vizinhas.”. O presidente, diante do pessimismo de algumas autoridades em relação ao projeto de catequese, considerava que

Suspender as despesas, cessar o serviço é causar ao país intuitivo prejuízo, tanto pela perda de tudo que se há despendido, como desses milhares de indivíduos, que podem ser convertidos à civilização e concorrer pelo aumento da população. De tantos infelizes, que se perdem nas matas, os que se aproveitam, poucos que sejam, compensam os sacrifícios.⁹⁵

⁹² PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná**, Presidente Zacarias de Góes e Vasconcelos na Assembleia provincial em 15 de Junho de 1854. Typ. Paranaense, Curitiba, 1854.

⁹³ PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná**, Presidente Francisco Liberato de Mattos na Assembleia provincial em 07 de Janeiro de 1859. Typ. Paranaense, Curitiba, 1859, p. 14.

⁹⁴ PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná**, Presidente José Francisco Cardoso na Assembleia provincial em 01 de Março de 1860. Typ. Paranaense, Curitiba, 1860, p. 52.

⁹⁵ PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná**, Presidente Antonio Luiz Affonso de Carvalho na Assembleia provincial em 15 de Fevereiro de 1870. Typ. Paranaense, Curitiba, 1870, p. 46-47.

Esses tipos de discursos foram caracterizados por Wittmann como sendo “posições contrárias às comuns”⁹⁶, que não se limitaram apenas aos discursos humanitários em relação aos índios. O próprio Lamenha Lins, nome destacado pela historiografia do estado do Paraná, demonstrou acreditar que os indígenas pudessem constituir verdadeiros sujeitos colonizadores - assim como eram os imigrantes e os brasileiros -, e os aldeamentos como instrumentos de colonização:

Existem nesta província os aldeamentos de São Pedro de Alcântara, São Jerônimo e Paranapanema. Estes estabelecimentos, além dos serviços que prestam à catequese, são excelentes núcleos de colonização nacional, que devem merecer todos os cuidados do governo, como um dos mais poderosos instrumentos de progresso e desenvolvimento de nossa lavoura.⁹⁷

As ponderações até aqui feitas já permitem uma breve conclusão sobre as ações envolvidas nos processos de colonização da região por nós estudada e em relação às construções historiográficas realizadas sobre tais processos. No artigo *O cenário da colonização meridional e a família imigrante*, os historiadores Sergio Odilon Nadalin e Maria Luiza Andreazza chamam atenção para o fato de a história do Paraná estar baseada na ideia da presença de um imigrante que “deu certo”. Tal relação, para os autores, acaba resultando em evidentes deformações, marcadas por exageros que “não resistem a observações um pouco mais críticas.”⁹⁸ Essas deformações estão inseridas na tradição que considera o Paraná como sendo um “Brasil diferente”, com uma população diferenciada e europeizada. Esta caracterização da região, como indicam os autores, considera que no Paraná, a “mancha da escravidão” e mesmo da colonização portuguesa não existiram. Nela teria se instaurado “uma civilização nos moldes idealmente camponeses e europeus.”⁹⁹ Essa construção historiográfica supõe que foi nesse momento, o das imigrações do século XIX, que o Paraná e seu povo começaram a se formar, não havendo aspectos anteriores que fossem relevantes e que pudessem ajudar a compor e até mesmo a compreender a história paranaense. As considerações que fizemos até aqui, ressaltando os projetos colonizadores anteriores à introdução de imigrantes na região e destacando a importância que as populações locais assumiam na

⁹⁶ WITTMANN, L. T. *O Vapor e o Botoque*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007. p. 59.

⁹⁷ PARANÁ. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Presidente Adolpho Lamenha Lins na Assembleia provincial em 15 de Fevereiro de 1876. Typ. Paranaense, Curitiba, 1876, pp. 99-101.

⁹⁸ ANDREAZZA, Maria Luiza. NADALIN, Sergio Odilon. *O cenário da colonização no Brasil Meridional e a família imigrante*. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol111_n1_1994/vol111_n1_1994_5artigo_61_87.pdf> Acesso em: 14 jul. 2014.

⁹⁹ Ibidem.

configuração de projetos que também incluíam os imigrantes, vão ao encontro das observações de Nadalin e Andrezza. Elas sugerem que a sinonímia criada entre colonização e imigração pode ser problematizada, sobretudo pela inserção da população local nos projetos oficiais de colonização da província. Sobre essa população, trataremos a seguir.

1.4 Os “pobres do sertão da província”, também chamados “nacionais”

Como vimos anteriormente, algumas das autoridades que ocupavam o mais alto cargo da administração do Paraná, ao avaliarem os procedimentos mais adequados ao empreendimento da colonização, destacavam a importância de inserção da população local, muitas vezes denominadas “nacionais”, em clara oposição ao outro elemento privilegiado nesses projetos - os estrangeiros.

Ao referirem-se a essa população, as autoridades em geral tinham em mente os brasileiros pobres que habitavam as regiões mais interioranas do império. Márcia Naxara, analisando os pobres da região de São Paulo, afirma que, em geral, existia uma desqualificação desse brasileiro, referido sempre a partir de uma expectativa negativa, ou seja, por aquilo que lhe faltava.¹⁰⁰ Criou-se, pelos homens públicos e literatos, uma imagem do “nacional” como sendo desqualificado, apático, vadio, o que acabou dando ao brasileiro pobre as características da preguiça, do conformismo e da sua inadequação à marcha civilizatória, em contraste de tudo aquilo que era atribuído à figura do imigrante. Acreditava-se que, enquanto os imigrantes podiam viabilizar o desenvolvimento, o brasileiro, estando enterrado na sua pobreza, via impassível os europeus chegarem e se instalarem como colonos nas terras brasileiras.¹⁰¹

Oliveira Vianna, também analisando os paulistas, questiona essa ideia do brasileiro como sendo um sujeito apático e preguiçoso. Para ele o trabalhador rural poderia viver muito bem sem o acolhimento patronal de um fazendeiro, pois com as terras e o clima favorável, viver se tornava fácil.¹⁰² Quanto à moradia, não havia muitas exigências e “nas frutas silvestres, nos legumes variados, nascidos espontaneamente, na

¹⁰⁰ NAXARA, M. R. C. **Estrangeiros em sua própria terra:** Representações do trabalhador nacional. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Unicamp, 1991, p. 9.

¹⁰¹ Ibidem, p. 10.

¹⁰² VIANNA, O. **Populações Meridionais do Brasil:** Populações rurais do Centro-Sul. 7ª edição. Rio de Janeiro: EDUFF, 1987. p. 120.

caça abundante, no pescado dos rios, há para ele um banquete permanente.”¹⁰³ Cultivando ainda uma pequena roça de mandioca, milho e feijão, o brasileiro pobre completava o seu cardápio diário. Não era preciso grande esforço, afinal, a natureza tropical o sustentava. Então Vianna questiona: “para que servirá ao operário rural o salário do patrão? Ele pode dispensá-lo.”¹⁰⁴ De acordo com o autor, teria sido dessa “generosidade da terra” que surgiu aquilo que denominou de “impossibilidade histórica de uma vinculação estreita e permanente entre a classe senhoril e o proletariado dos campos”,¹⁰⁵ da mesma forma que daí surgiu a ideia do brasileiro pouco afeito ao trabalho. Como observou Naxara, qualquer qualidade que o brasileiro apresentasse era considerada insuficiente para os planos de construção de uma nação, ligada ao progresso da produção e ao crescimento econômico.¹⁰⁶ Isso porque todos aqueles que não tentavam interagir ou não se enquadravam aos novos padrões impostos pela sociedade, era “isolado”, era desclassificado da mesma.¹⁰⁷ E foi essa desclassificação do brasileiro pobre que justificou uma valorização extrema do europeu e também a política de imigração. Analisando as fontes administrativas da província do Paraná, entretanto, constatamos que havia na província aqueles que acreditavam que a população local poderia prover as necessidades de mão de obra e serem potenciais colonos, almejando incluir essas populações locais nos projetos colonizatórios.¹⁰⁸

Qual seria essa população à qual essas autoridades se referiam como “nacionais” na região por nós estudada? Podemos fazer isso por meio de registros esparsos. Um deles, o do viajante Saint-Hilaire, naturalista e botânico francês que viajou pelo Brasil entre os anos de 1816 e 1822.¹⁰⁹ A viagem de Saint-Hilaire pela região meridional da província de São Paulo teve início em 1820, quando ele adentrou o território por Itararé, percorrendo então Castro, Curitiba, Paranaguá e Guaratuba. Durante sua passagem, ele descreveu os chamados Campos Gerais, as fazendas e vilas, o aspecto físico da região, os costumes de seus habitantes. Registrou também as características da população, os costumes e a configuração social do planalto de Curitiba e do litoral, deslocando-se posteriormente para o território que hoje

¹⁰³ Ibidem, p. 121.

¹⁰⁴ Ibidem.

¹⁰⁵ Ibidem.

¹⁰⁶ NAXARA, M. R. C. op. cit. pp. 33 – 43.

¹⁰⁷ NISHIKAWA, R. B. op. cit. p. 44.

¹⁰⁸ Ibidem, p. 53.

¹⁰⁹ KURY, L. **Auguste de Saint-Hilaire: um viajante exemplar**. Disponível em: <<http://www.intellectus.uerj.br/Textos/Ano2n1/Texto%20de%20%20Lorelai%20Kury.pdf>> Acesso em: jan. 2016.

compreende o estado de Santa Catarina.¹¹⁰ Foi em relação à população do litoral que Sait-Hilaire observou mais fortemente as características do grupo populacional que mais tarde os administradores da província do Paraná denominariam “nacionais”.

Atingindo a região de Paranaguá, o naturalista francês relatou a presença de um grande número de indivíduos que “pareciam brancos à primeira vista”, mas que, na verdade, deviam a sua origem a “uma mistura de índios com portugueses”. O viajante acreditava que a origem desses mestiços de Paranaguá remontasse à época em que os paulistas chegaram pela primeira vez a esta parte do litoral brasileiro. Afirmou que isso se deu porque esses primeiros exploradores não traziam suas mulheres em seus bandos, e os índios da costa, “de boa vontade”, travavam relações com eles.¹¹¹ Esta região, como observou Saint-Hilaire, era muito pobre e quase despovoada, possuindo então pouca lavoura e poucas casas. A sua população era, em 1820, de aproximadamente 5.000 habitantes, elevando-se para 8.891 em 1838.¹¹² Também na vila de Guaratuba, Saint-Hilaire observou uma população formada, em sua maioria, por descendentes de portugueses e de índias. Considerou que esses eram

preguiçosos, muito pobres e [que viviam] quase unicamente de peixe seco e farinha de mandioca. Consist[ia] o seu vestuário, comumente, em umas calças de tecido de algodão, camisa usada à maneira de blusa, por cima das calças, e chapéu de copa arredondada e aba muito estreita. Passando grande parte do tempo no mar, conduz[iam] suas canoas com extraordinária destreza.¹¹³

Observando a maneira como essa população se relacionava com o trabalho, Saint-Hilaire afirmou que apesar de não terem vergonha de trabalhar, “como em qualquer outra parte do Brasil, se trabalha[va] o menos possível.” Disse o francês que “a vida dos que quase nada têm de seu, muito pouco difere da que levam os índios não domesticados.” Esses caboclos “planta[vam] o estritamente necessário para a subsistência da família e passa[vam] meses inteiros no mato, entregues à caça de animais selvagens”, onde construíam barracas e se alimentavam do que podiam apanhar na natureza.¹¹⁴

¹¹⁰ SAINT-HILAIRE, A. de. **Viagem à Comarca de Curitiba**: 1820. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.

¹¹¹ Ibidem, p. 164.

¹¹² Ibidem, p. 179.

¹¹³ Ibidem, p. 183.

¹¹⁴ Ibidem, p. 17.

Na segunda metade do século XIX, o alemão Gustav Hermann Strobel também registrou impressões relativas à formação étnica e aos hábitos de trabalho da população da região visitada por Saint-Hilaire anos antes e elas não diferiram tanto daquelas feitas pelo francês. Strobel foi um imigrante que se estabeleceu primeiramente na colônia Dona Francisca (atual Joinville, Santa Catarina), e depois em diferentes localidades no Paraná, até se fixar em Curitiba. Sobre a população rural com que teve contato nos anos 1850, Strobel disse que “os nativos brasileiros, chamados *caboclos*, tinham a pele escura, não gostavam de trabalhar e plantavam somente aquilo que lhes era necessário como alimento”,¹¹⁵ não produzindo excedentes que pudessem gerar comercialização.¹¹⁶ Disse ainda serem “gente muito hospitaleira”, que aceitavam “de bom grado” os estrangeiros que por seus casebres passavam.¹¹⁷

A população local foi observada por outro viajante que deixou registros de sua passagem pelo território paranaense, o inglês Thomas P. Bigg-Wither, engenheiro e escritor que viajou pela província entre os anos de 1872 e 1875. O viajante passou um período na Colônia Thereza – anteriormente mencionada – e fez descrições a respeito de seus habitantes que contribuem para a caracterização da população brasileira, que ali habitava em grande número. Mesmo que o núcleo tenha sido criado para receber estrangeiros, principalmente os conterrâneos do “Doutor Faivre”, havia ali “tantos filhos do país, que a denomin[ou] seu fundador colônia Franco – Brasileira”.¹¹⁸ Relatando especificamente a respeito de dois colonos brasileiros, filhos da “Maruca Velha”, apelidada pelo viajante de “mãe da colônia” por estar ligada, por casamento, a todas as famílias da colônia, ele julgou que “como trabalhadores não valiam absolutamente nada, mas na casa de sua mãe, como anfitriões, eram magníficos.”¹¹⁹ De acordo com Bigg-Wither, eles eram muito preguiçosos e “possuíam em tamanha intensidade o orgulho brasileiro contra a classe mais desprezível, isto é, considerando todo trabalho real como derogatório do nascimento livre”.¹²⁰ E as características de “preguiça”, falta de iniciativa e aversão ao trabalho, não considerado digno para quem era livre, não eram

¹¹⁵ NADALIN, S. O. **Memórias de Gustav Hermann Strobel**: Relatos de um pioneiro na imigração alemã no Brasil. Posfácio de Cacilda da Silva Machado e Sergio Odilon Nadalin – Memória Individual e Discurso Social (Curitiba na Passagem do século XIX para o século XX). Curitiba: Instituto Memória, 2014. p. 49.

¹¹⁶ Ibidem, p. 67.

¹¹⁷ Ibidem, p. 48.

¹¹⁸ PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná**, Presidente Zacarias de Góes e Vasconcelos na Assembléia provincial em 15 de Junho de 1854. Typ. Paranaense, Curitiba, 1854.

¹¹⁹ BIGG-WITHER, T. P. **Novo caminho no Brasil meridional**: a Província do Paraná (3 anos em suas florestas e campos). Coleção Brasil Diferente. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1974. p. 177.

¹²⁰ Ibidem.

exclusivas dos filhos da “Maruca Velha”, mas, de acordo com o inglês, eram “o grande mal do povo da colônia, e isso era visível de todos os lados.”¹²¹ Ele destacou ainda o fato de que o solo do núcleo era muito fértil e o clima propício ao cultivo de frutas e legumes, mas os colonos não tentavam plantar coisa alguma. Mostrou-se impressionado pelo fato de que, mesmo não tendo nada com o que se ocupar durante a maior parte do ano, não se via uma horta cultivada: “os colonos tinham o hábito de plantar só o suficiente para suprir os seus gastos durante o ano, não deixando nada de reserva.”¹²² Concluiu que “seus habitantes existiam, mas não viviam”¹²³ e, o que é bastante significativo para a nossa análise, afirmou que essa forma de organização encontrada na colônia Thereza era “típica de muitas outras povoações sertanejas encontradas [n]esta parte do Brasil”.¹²⁴

Os fragmentos recuperados desses registros evidenciam que a população pobre local – a quem, em geral, chamavam de “nacionais” - não diferia da de outras regiões do país: era miscigenada – predominando aqui a de ascendência portuguesa e indígena; dedicava-se ao trabalho agrícola para sustento próprio, sem uma inserção significativa no mercado. Por essas características, poderia ser considerada inadequada aos projetos colonizadores, que buscavam, entre outras coisas, incrementar a produção e inseri-la no mercado.

Assim, a maneira como Saint-Hilaire, Strobel, Bigg-Whiter e provavelmente muitos outros observadores do século XIX avaliavam o comportamento desses indivíduos não difere da que predominou entre as autoridades da segunda metade do século XIX, quando pensavam na conveniência ou na inadequação de contemplar os “nacionais” nos projetos de colonização: a pouca dedicação ao trabalho, a “preguiça” que era considerada sua principal característica. Para os que defendiam que os estrangeiros deveriam ser privilegiados nesses projetos, essa característica evidenciava a inadequação dos brasileiros; para outros, a incorporação dos brasileiros nos projetos colonizadores poderia modificar esses hábitos, corrigindo uma forma de viver que resultava na “ideia de inadequação à civilização em marcha” do brasileiro.¹²⁵

¹²¹ Ibidem, p. 178.

¹²² Ibidem, 175.

¹²³ Ibidem, p. 178.

¹²⁴ Ibidem, p. 166.

¹²⁵ NAXARA, op. cit. p. 10.

1.5 Assungui: colonizar para quê e com quem?

Como vimos anteriormente, os planos de colonização na recém criada província do Paraná assumiam muitas “facetas”. Entre as tantas, às vezes se valorizava a inserção dos estrangeiros; por vezes contemplavam a inclusão dos brasileiros e mesmo de indígenas. Qual teria sido a orientação principal no projeto de construção da colônia de Assungui?

A criação desse núcleo colonial foi, como já dissemos, iniciativa da administração provincial, em associação com o governo imperial. A iniciativa fazia parte de uma política mais ampla, voltada à colonização da província. Distintamente do que ocorria na Província de São Paulo, onde a colonização visava o aumento da mão-de-obra disponível para a produção cafeeira, a política de colonização no Paraná tinha como objeto o desenvolvimento da produção de gêneros agrícolas.¹²⁶ Como indicou o presidente Liberato de Mattos, nessa região não existiam grandes latifúndios, com agricultura extensiva que demandassem grande quantidade de mão de obra, pois predominava a pequena lavoura de subsistência. Dessa forma, a principal motivação para se desenvolver a colonização no Paraná seria o desenvolvimento da agricultura de produção para abastecimento de gêneros alimentícios, afinal, na visão do presidente,

É para lamentar que esta província, cujos terrenos produzem com abundância, a mandioca, o arroz, o café, a cana, o fumo, o milho, o centeio, a cevada, o trigo e todos os gêneros alimentícios, compensando tão prodigiosamente os trabalhos do agricultor, receba da marinha e por preços tão exagerados a mor parte daqueles gêneros.¹²⁷

O presidente também discorreu sobre razões de o projeto de colonização que envolvia a imigração na Província do Paraná ter tomado um rumo diferenciado daquela promovida pelos fazendeiros paulistas:

Não contando a província com proprietários habilitados a receber colonos por salário ou parceria, pois como sabeis sua lavoura é a chamada – pequena – e portanto a que menos se presta à colonização por aqueles meios, é pelo de venda ou aforamento de pequenos lotes de terras por módico preço, que se há de realizar, em meu entendimento, a colonização desta província.¹²⁸

¹²⁶ ANDREAZZA, NADALIN, op. cit.

¹²⁷ PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná**, Presidente Francisco Liberato de Mattos na Assembleia provincial em 07 de Janeiro de 1858. Typ. Paranaense, Curitiba, 1858.

¹²⁸ Ibidem.

O presidente, assim, indicava a significativa diferença que havia entre os objetivos relacionados à colonização nas duas regiões. Na área de produção cafeeira, os latifúndios demandavam uma grande quantidade de mão de obra, e passaram a contratar trabalhadores estrangeiros em regime de parceria. Essa tentativa de colonização foi iniciada por Nicolau de Campos Vergueiro em 1817. Essa experiência acabou sendo frustrada, principalmente porque esses contratos eram muito desvantajosos para os imigrantes, o que gerou revoltas e intervenção dos governos dos países de origem dos mesmos, até mesmo proibindo o fluxo migratório para o Brasil.¹²⁹

Essas motivações foram bastante diversas daquelas que orientaram os projetos de colonização paranaenses. Nessa região, a colonização visava, sobretudo, suprir a escassez e diminuir a carência de gêneros alimentícios na região, que era agravada pelo empenho em apenas um tipo de produção: a erva-mate.¹³⁰ A partir de meados do XIX, registrou-se um aumento muito significativo nos preços do mate no mercado internacional, o que fez que a produção aumentasse significativamente, com a multiplicação do número de engenhos. Inclusive os pequenos proprietários passaram a se dedicar exclusivamente à produção erva-mateira, fazendo com que a agricultura de subsistência praticamente desaparecesse, e junto com ela os gêneros de primeira necessidade. De acordo com Magnus Roberto de Mello Pereira, essa exploração autônoma e sazonal do mate fazia com que os produtores trabalhassem exaustivamente durante alguns meses do ano, o necessário para que garantissem o acesso a produtos europeus. Nos meses restantes do ano, dedicavam-se a uma lavoura de subsistência muito restrita e à criação de animais. Para o autor, esse comportamento fazia com que houvesse um bloqueio para a implementação de uma economia camponesa, resultando também na pobreza da população.¹³¹ Além da produção de erva-mate, a criação e o comércio de gado – que era comprado no sul, inverno na província do Paraná e vendido nas Feiras de Sorocaba -, atraíam outra grande parte da população da província, principalmente na região dos Campos Gerais.¹³² Em 1860, considerava-se a criação de gado como sendo a “paixão dominante”, levando o habitante do campo a trabalhar na

¹²⁹ STOLCKE, V. HALL, M. M. **Introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo**. In: Revista Brasileira de História, n. 6. São Paulo: Editora Marco Zero, set. 1983.

¹³⁰ BALHANA, A. P. MACHADO, B. P. WESTPHALEN, C. M. **Alguns aspectos relativos aos estudos de imigração e colonização**. In *Anais do IV Simpósio Nacional dos professores universitários de História*. São Paulo, 1969. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/?p=16489>>. Acesso em: 13 dez. 2012.

¹³¹ PEREIRA, M. R. de M. **Semeando iras rumo ao progresso**. Curitiba: Editora UFPR, 1996. p. 34.

¹³² BALHANA, A. P., PINHEIRO MACHADO, B., WESTPHALEN, C. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969. pp. 130-133.

terra “o menos que pode, e como meio para alimentar e desenvolver sua indústria predileta, na qual emprega toda a sua atividade e tempo.”¹³³ Considerava-se que, para esse homem do campo, o trabalho na lavoura seria “uma imposição da necessidade”, sendo um “desvio da indústria para a que nasceu, para que tem queda e que ele julga mais belo e nobre.”¹³⁴ Tanto a comercialização de tropas muars como a extração da erva-mate eram negócios lucrativos e fáceis, e acabavam envolvendo a maior parte da população provincial, que abandonava cada vez mais os trabalhos agrícolas.¹³⁵ Ou seja, a agricultura da província estava estagnada e o governo se via obrigado a importar a maior parte dos produtos a serem consumidos.¹³⁶ Esses registros confirmam o que Roberto Lamb concluiu sobre a colonização na região: ela foi definida “com base na necessidade de criação de uma agricultura de abastecimento, em resposta à escassez e à carestia dos produtos agrícolas.”¹³⁷

Apesar da distinção entre objetivos definidos para a colonização na região de cafeicultura de São Paulo e na província do Paraná, havia um elemento comum às duas regiões: a importância dada à imigração, principalmente de europeus, para atingir tais objetivos. Expressando muitas vezes uma visão romantizada do imigrante europeu, as autoridades os consideravam “morigerados e laboriosos”, capazes de, pelo trabalho, solucionar os problemas da carência de alimentos, conforme o presidente Liberato de Matos relatou:

Este estado de cousas [altos gastos com a importação de produtos europeus], porém, tenho que continuará e que só quando colonos morigerados e laboriosos vierem povoar vossas terras vastas e fecundas, aparecerá a abastança dos gêneros alimentícios e abundantes sobras do consumo irão dar nova vida ao comércio de exportação dos produtos agrícolas.¹³⁸

Essa visão dos europeus como capazes de desenvolver a agricultura, tirando proveito de toda a fertilidade dos solos paranaenses, ficou bastante evidente nos discursos de vários presidentes da província. Acreditava-se que “atrair braços para a

¹³³ Memória de José Matias de Ferreira de Abreu, sobre o estado da agricultura no País e na Província do Paraná. 1860. *Apud.* BALHANA, A. P., PINHEIRO MACHADO, B., WESTPHALEN, C. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969. p. 132.

¹³⁴ Idem.

¹³⁵ BALHANA, A. P., PINHEIRO MACHADO, B., WESTPHALEN, C. op. cit. pp. 130-133.

¹³⁶ DOUSTDAR, N. M. **Imigração Polonesa**: Origens de um preconceito. Dissertação (Mestrado em História - UFPR). Curitiba, 1990. p. 29.

¹³⁷ LAMB, R. E. **Uma jornada civilizadora**: Imigração, Conflito Social e Segurança Pública na Província do Paraná – 1867 a 1882. Curitiba, 1994.

¹³⁸ PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná**, Presidente Francisco Liberato de Mattos na Assembleia provincial em 07 de Janeiro de 1858. Typ. Paranaense, Curitiba, 1858, p. 35.

lavoura é promover o progresso da província, fazê-la caminhar rápido para o futuro, desenvolver elementos de sua grandeza.”¹³⁹ Beaurepaire Rohan, vice presidente de 1856, classificou a imigração como sendo um “duplicado empenho de melhorar a sorte do proletário europeu e de dar incremento à nossa lavoura pela aquisição de braços úteis.”¹⁴⁰ O imigrante também aparece como a solução para os problemas agrícolas no discurso de Vaz de Carvalhaes, em 1857, em especial aqueles causados pela produção de erva-mate em larga escala:

O decrescimento da lavoura na província é, devido talvez à aplicação exclusiva de quase todos os braços à produção de erva-mate, cujo aumento coincide sempre com a crescente falta e carestia de gêneros alimentícios. Se tal é a causa do fenômeno, que deixo apontado, deverão seus efeitos diminuir muito com a introdução de colonos europeus, que se mostram mais propensos à cultura dos cereais e de outros gêneros alimentícios do que a exploração de erva-mate, que lhes é desconhecida e estranha a seus hábitos.¹⁴¹

As expectativas em relação aos imigrantes europeus eram ainda maiores porque se considerava que as condições naturais encontradas no Paraná fossem semelhantes às de seu país de origem, facilitando a sua adaptação na nova terra. As exaltações à natureza paranaense e as vantagens que ela traria aos imigrantes eram assuntos recorrentes nos relatórios das autoridades, como por exemplo, no relatório de Antonio Luiz Affonso de Carvalho, em 1870:

Se há província, que deva nutrir animadoras esperanças de obter vantajosos resultados, é sem dúvida esta, tanto pela suas riquezas naturais e situação topográfica, como pelo crédito, que vai adquirindo, principalmente entre alemães, pelo bem estar dos colonos aqui estabelecidos.¹⁴²

Muitos foram os presidentes que acreditavam que o progresso seria atingido se uma população ativa ocupasse o vasto território da província

¹³⁹ PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná**, Presidente Jose Cardoso de Araujo Abranches na Assembleia provincial em 15 de Fevereiro de 1874. Typ. Paranaense, Curitiba, 1874.

¹⁴⁰ PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná**, Vice Presidente Henrique de Beaurepaire Rohan na Assembleia provincial em 01 de Março de 1856. Typ. Paranaense, Curitiba.

¹⁴¹ PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná**, Vice Presidente José Antonio Vaz de Carvalhaes na Assembleia provincial. Sem data. Typ. Paranaense, Curitiba, 1857.

¹⁴² PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná**, Presidente Antonio Luiz Affonso de Carvalho na Assembleia provincial em 15 de Fevereiro de 1870. Typ. Paranaense, Curitiba, 1870.

onde tudo floresce à força da natureza; onde o colono europeu depara com um clima análogo ao do seu país natal e onde, finalmente, a salubridade, que tanto o distingue, é título de mais para confiar do futuro que se antolha.¹⁴³

Foi nesse contexto de expectativa em relação à dinamização de uma agricultura para abastecimento de gêneros alimentícios, com ênfase nas vantagens da introdução de produtores europeus que se desenvolveram as políticas públicas provinciais relativas à colonização. O governo imperial, desde 18 de Setembro de 1850, com a aprovação da Lei de Terras, passou a ter o controle do “processo da legalização e legitimação da terra, bem como o da aplicação de recursos na introdução de imigrantes”.¹⁴⁴ E, em concordância com o que estava previsto na legislação imperial, no Paraná, várias leis passaram a regulamentar as concessões a serem feitas aos colonos estrangeiros, para auxiliá-los em seu estabelecimento na província.¹⁴⁵ As ações do governo provincial em relação à promoção da imigração para realizar a colonização tiveram início oficialmente em 21 de março de 1855, quando passou a vigorar a lei provincial nº 29. Esta lei autorizava o governo a promover a imigração de estrangeiros, podendo lançar mão dos meios que julgasse mais convenientes, dando preferência à atração de colonos que já estivessem em terras brasileiras e se dispusessem a transferir-se para a província (art. 1º). Para por em prática tal disposição, o governo estava autorizado a ter um gasto anual de 10:000\$000 (art. 2º). Já inseridos na província, aqueles colonos que quisessem trabalhar com agricultura, mas que não tivessem condições de o fazer por conta própria, de acordo com a lei, seriam “distribuídos pelos lavradores [...] que se obriga[vam] a pagar por prestações, dentro de três anos e sem juro algum, as despesas que com eles [colonos] houver feito o governo” (art. 4º), estando seguros e garantidos os interesses dos colonos (art. 5º). Por fim, a lei também previa que, em acordo com a assembleia legislativa provincial, o governo analisasse o sistema de colonização que seria mais adequado às circunstâncias da província, atentando também para as dificuldades que poderiam se apresentar à sua execução, propondo alternativas para as solucionar (art. 8º).¹⁴⁶

Logo após a lei começar a vigorar, o vice presidente em exercício convidou aqueles que tivessem a pretensão de contratar colonos ou trabalhadores estrangeiros a se

¹⁴³ PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná**, Presidente José Francisco Cardoso na Assembleia provincial em 1 de Março de 1860. Typ. Paranaense, Curitiba, 1860.

¹⁴⁴ IOTTI, op. cit. p. 04.

¹⁴⁵ LAMB, op. cit. p. 41.

¹⁴⁶ MARTINS, W. **Um Brasil diferente**: Ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná. 2ª Edição. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1989. p. 65.

manifestarem, indicando o número e a nacionalidade dos que se propusessem a contratar e as condições do contrato que pretendiam fazer. Deveriam ainda nomear o agente na Europa encarregado da comissão. Não houve manifestação no prazo de dois meses que foi fixado para apresentação de interesse¹⁴⁷ e, em relação a isso, assim se manifestou a autoridade provincial:

Não há por ora na província estabelecimentos rurais importantes, que demandem para o seu custeio grande número de braços, nem a indústria agrícola se acha ela em tal pé que torne praticável o sistema de parceria, que tão bons resultados têm produzido na província vizinha [...] Assim que, se o governo provincial quizer promover a colonização, na escala em que o autoriza o orçamento vigente, ou há de ser por meio da venda de terras devolutas aos colonos, ou empresas que quizerem importá-los, ou há de tornar-se empreendedor de indústria, montando por sua conta estabelecimentos agrícolas e coloniais aonde os colonos, apenas importados, achem logo trabalho apropriado e lucros correspondentes.¹⁴⁸

Frustradas as expectativas de que imigrantes fossem introduzidos na província como trabalhadores contratados por particulares, as autoridades passaram a demandar do governo imperial uma ação mais direta para que o projeto de colonização pudesse ser colocado em prática. Nesse sentido, foi solicitada ao governo imperial a concessão de uma porção de terreno entre a capital da província e a vila de Antonina, lugar que ele considerava

mui apropriado à colonização, pois que reúne a salubridade e fertilidade à circunstância de se achar vizinho à Estrada da Graciosa, onde os colonos encontrariam trabalho remunerado.¹⁴⁹

É interessante observar que a proximidade da estrada e a possibilidade de empregar nela os imigrantes estavam em consonância com o que determinara a Lei nº 29, de 21 de Março de 1855, acima mencionada. O artigo 3º da lei já previa que os colonos introduzidos na província fossem “principalmente destinados ao serviço das estradas da província, podendo o governo pagar, sem indenização alguma, a metade da

¹⁴⁷ PARANÁ. **Relatório de Presidente da Província do Paraná**, Vice Presidente Henrique de Beaurepaire Rohan na Assembleia provincial em 01 de Março de 1856. Typ. Paranaense, Curitiba, 1856. pp. 40/42.

¹⁴⁸ PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná**, Vice Presidente José Antonio Vaz de Carvalhaes na Assembleia provincial. Sem data. Typ. Paranaense, Curitiba, 1857.

¹⁴⁹ PARANÁ. **Relatório de Presidente da Província do Paraná**, Vice Presidente Henrique de Beaurepaire Rohan na Assembleia provincial em 01 de Março de 1856. Typ. Paranaense, Curitiba, 1856. pp. 40/42.

passagem àqueles que nela se empregarem por espaço de cinco anos”.¹⁵⁰ Tanto o texto da lei como o local inicialmente escolhido para construção do núcleo colonial evidenciam que essa era uma ocupação na qual se pretendia empregar os imigrantes, embora esse tenha sido um aspecto pouco considerado pela historiografia. Como observou Mendonça, ainda que o incentivo à produção de abastecimento por pequenos proprietários tenha sido um objetivo importante nos projetos de colonização da província do Paraná, o emprego de imigrantes em obras públicas e, conseqüentemente, sua proletarianização, foi não só objetivado como praticado amplamente na região desde a sua emancipação.¹⁵¹ Na verdade, o emprego de colonos em empreendimentos públicos foi um elemento central nas políticas provinciais,¹⁵² levando as autoridades a ponderarem se “não seria, pois, de utilidade pública aliciar, ainda com algum sacrifício, a introdução de certo número de colonos para trabalhar em as nossas primeiras estradas [...]”.¹⁵³ O presidente de 1857, Vaz de Carvalhaes, mostrou seu empenho em engajar mão de obra de trabalhadores europeus na construção da estrada da Graciosa, dizendo que

Vendo que tornava-se progressivamente mais escasso o número dos trabalhadores da Graciosa, enviei à colônia D. Francisca o alemão Frederico Dauch, incumbido de contratar 40 colonos, próprios para o serviço daquela estrada, mediante os salários que atualmente se pagam aos jornaleiros que nela servem.¹⁵⁴

Ou seja, além de almejem a vinda de imigrantes europeus “morigerados e laboriosos”, capazes de desenvolver no Paraná a agricultura, as autoridades também viam nesses sujeitos uma fonte de mão de obra para as obras públicas, como estradas, tão importantes para a província em formação.

A resposta do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império à solicitação do Presidente da Província do Paraná por uma porção de terra foi positiva: o governo auxiliaria o estabelecimento de um grupo de casais europeus em um terreno

¹⁵⁰ BRASIL. **Regulamento para Colônias do Estado**. Decreto nº 3.784, de 19 de Janeiro de 1867. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3784-19-janeiro-1867-553854-publicacaooriginal-72121-pe.html>>. Acesso em: 31 ago. 2015.

¹⁵¹ MENDONÇA, J. M. N. **Revisitando a história da imigração e da colonização no Paraná Provincial**. Revista Antíteses, vol. 8. Londrina, 2015. p. 214.

¹⁵² Ibidem, p. 212.

¹⁵³ PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná**, Presidente Zacarias de Góes e Vasconcelos na Assembleia provincial em 08 de Fevereiro de 1855. Typ. Paranaense, Curitiba, 1855. p. 31.

¹⁵⁴ PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná**, Vice - Presidente José Antonio Vaz de Carvalhaes na Assembleia provincial S/D. Typ. Paranaense, Curitiba, 1857. p. 98.

entre a capital da província e a vila de Antonina. Porém, algumas condições eram exigidas: era necessário que a província disponibilizasse uma área de, no mínimo, oito léguas quadradas devolutas e livres de contestação; a área precisaria ser atravessada pela estrada que ligava Curitiba a Antonina, ou não distante da mesma estrada mais de meia légua; as terras deveriam ser férteis e salubres, com capacidade de produzir com abundância, principalmente milho, feijão e batatas; no local designado, deveria ser formada uma povoação, com probabilidade de se tornar próspera, quer pelo comércio, quer pela lavoura, ou qualquer outra indústria.¹⁵⁵ Cumpridas tais condições, o governo imperial mediria e demarcaria lotes que seriam aforados, com “pequeníssima retribuição”, aos primeiros mil colonos que chegassem. Além disso, o governo imperial se comprometeria a auxiliar o governo provincial na introdução de estrangeiros, por intermédio dos ministros e cônsules brasileiros na Europa, e por “quaisquer indivíduos que julgasse próprios para tal fim”. A província, por sua vez, ficaria responsável por promover tal importação de colonos e garantir o que lhes pudesse ser necessário, no primeiro ano de estadia.¹⁵⁶ Estas então, seriam as condições colocadas pelo governo imperial para subvencionar a criação de um núcleo colonial na província.

Essa primeira tratativa da província do Paraná com o governo imperial para a formação de uma colônia de estrangeiros não avançou, pois as condições impostas pelo governo imperial não puderam ser cumpridas. O terreno destinado à formação do núcleo não apresentava as condições exigidas. Então, a partir desse ano de 1856, a região conhecida como “sertão do Assungui” passou a ser considerada como local adequado para instalação do núcleo colonial. E assim, afinal, se fez.

1.5.1 Nasce uma colônia no sertão de Assungui

No mesmo ano de 1856, depois que a primeira proposta de construção de um núcleo colonial próximo à Estrada da Graciosa se mostrou inviável, o projeto de se construir Assungui teve início, com a nomeação de um inspetor geral - Pedro Taulois – para proceder medição do território onde seria instalada a colônia.¹⁵⁷ O núcleo estava

¹⁵⁵ PARANÁ. **Relatório de Presidente da Província do Paraná**, Vice Presidente Henrique de Beaurepaire Rohan na Assembleia provincial em 01 de Março de 1856. Typ. Paranaense, Curitiba, 1856. pp. 40/42.

¹⁵⁶ Ibidem.

¹⁵⁷ Ibidem, p. 82.

Definido o território em que se instalaria a colônia, a próxima providência foi medir os terrenos e atribuir preços a eles. Isso passou a ser feito já no ano de 1858, ordenado por um decreto do presidente da província:

O presidente da Província, de conformidade com as determinações do Governo Imperial, constantes dos avisos de 24 de Janeiro do presente ano, sob nº 2 e 3 o resolve, escolher os dois quartos do 1º território do Assungui entre a 1ª e a 7ª meridiana, isto é, a metade oeste do território medido, sendo o 4º nº para as vendas em particular, todos de terrenos de primeira qualidade e do preço de 2 réis a braça.¹⁶²

Em junho de 1858 estavam concluídas a medição e demarcação dos terrenos em um local que o então presidente da província considerou, “mui próprio para o fim a que se destina”, devido a “sua fertilidade e mais condições.”¹⁶³ O governo imperial também incumbiu a administração provincial de verificar quais as linhas mais curtas e convenientes para a construção de uma estrada que ligasse a futura povoação à estrada principal, que de Antonina vinha para a capital.¹⁶⁴ Além da construção desta estrada citada no primeiro aviso de 1859, a administração provincial, por ordem do governo imperial, ficou responsável por abrir um caminho que ligasse a colônia ao porto mais próximo. O presidente da província considerava que esta medida era

de grande alcance para a futura prosperidade do núcleo, traz[endo] a dupla vantagem de o comunicar com os povoados marítimos, abrindo assim novos mercados à produção agrícola, e facilita[ndo] a introdução do braço colono, não o obrigando a demandar da capital para transportar-se à colônia.¹⁶⁵

Tais considerações permitem compreender a maneira como foram encaminhadas as primeiras ações para instalação do núcleo e como se dividiam as responsabilidades e atribuições entre o governo imperial e a administração provincial no que tangia aos projetos de colonização. O possível terreno no qual se formaria o núcleo era cedido pelo governo imperial, que tinha a responsabilidade de medi-lo e também de fazer a demarcação dos lotes urbanos e rústicos da colônia, que seriam vendidos

¹⁶¹ Disponível em: <http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/livro/mapas_itcg.html>. Acesso em: 31 mar. 2016.

¹⁶² BRASIL. **Coleções das Leis, Decretos, Regulamentos e Deliberações do Governo da Província do Paraná**. Tomo 5º. Tipografia Nacional. Rio de Janeiro: 1858. p. 144

¹⁶³ PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná**, Presidente Liberato de Mattos na Assembleia provincial em 07 de Janeiro de 1858. Typ. Paranaense, Curitiba, 1858. p. 21.

¹⁶⁴ Ibidem. p. 19.

¹⁶⁵ PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná**, Presidente José Francisco Cardoso na Assembleia provincial em 1º de Março de 1860. Typ. Paranaense, Curitiba, 1860. p. 98.

posteriormente. Conforme previsto no regulamento, os terrenos deveriam ser vendidos a 2 réis a braça quadrada (uma braça equivale a aproximadamente 2,20 metros e uma braça quadrada a 4,84 metros quadrados).¹⁶⁶ Por exemplo, o colono alemão Adolph Bichels, em 1865, adquiriu um lote em Assungui de 137.000 metros quadrados, sendo o preço a ser pago por esse lote de 187.500 réis.¹⁶⁷ Também em 1865, o colono brasileiro Antonio Nunes de Azevedo recebeu um lote de terras de 275.000 metros quadrados com valor de 375.000 réis.¹⁶⁸

Como vimos anteriormente, com a lei provincial de 1855, o governo já tinha algumas responsabilidades no que dizia respeito à colonização através da imigração, que se aplicaram em Assungui: o governo provincial deveria auxiliar financeiramente os colonos nos primeiros tempos de sua fixação; convidar particulares interessados em realizar contratos de imigração; promover a vinda dos colonos estrangeiros, suprindo suas maiores necessidades no seu primeiro ano na colônia e construir estradas e caminhos que ligassem a colônia aos centros de comércio e aos portos. Também foi decidido ainda pela Assembleia provincial que os recursos necessários para que a província pudesse colocar em prática as demandas do governo imperial relacionadas à promoção da colonização através da imigração ficassem limitados ao valor de 10:000\$000 anuais.

Definidas as responsabilidades, medidos os terrenos, escolhido o local para a instalação da povoação, iniciada a construção de instalações que acomodassem as famílias que chegassem, parecia que o núcleo ia se configurando como local para fixação de colonos.¹⁶⁹ De acordo com o presidente da Província em 1859, nessa época alguns imigrantes alemães demonstraram interesse em se fixar no núcleo. Havia também colonos interessados em se transferir da Colônia Dona Francisca para lá.¹⁷⁰ Esses primeiros interessados acabaram por não se estabelecerem na região, desistindo da compra por não terem meios de pagarem à vista o valor cobrado pelos lotes, que era

¹⁶⁶ BRASIL. **Coleções das Leis, Decretos, Regulamentos e Deliberações do Governo da Província do Paraná**. Tomo 5º. Tipografia Nacional. Rio de Janeiro: 1858. p. 144.

¹⁶⁷ Em 1865, uma “morada de casa de pedra na rua Fechada desta cidade [no centro do município], com cozinha, poço d’água [ileg], quintal, com frente para Rua da Nogueira” valia 2 contos de réis. Uma “terça parte de quinhentas braças de terras em quadra na paragem Cachoeira”, foi avaliada em inventário por 100 mil réis. ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Auto de Inventário do capitão Joaquim José Ferreira Bello**. Curitiba, 02 jul, 1865. PB.045. PI6553.254.

¹⁶⁸ NISHIKAWA, op. cit. p. 89.

¹⁶⁹ PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná**, Presidente Liberato de Mattos na Assembleia provincial em 07 de Janeiro de 1858. Typ. Paranaense, Curitiba, 1858. p. 19.

¹⁷⁰ Ibidem, p. 18.

de dois réis a braça quadrada.¹⁷¹ Então, o presidente Liberato de Mattos, em 1859, recebeu ordem do governo imperial para reduzir o preço das terras, vendendo a braça quadrada a um real e a meio real. Além disso, houve a recomendação de que não fosse cobrado dos colonos outro preço senão o mínimo, mesmo para as terras de “primeira qualidade”.¹⁷²

Em 1859, afinal, os colonos começaram a chegar. O primeiro registro de entrada é da família Alfredo Von Der Osten, que chegou à colônia com sua esposa Ernestina e mais quatro familiares.¹⁷³ Posteriormente, em 1860, chegaram mais três famílias alemãs e um homem, também alemão, solteiro. Uma delas tinha como chefe de família Francisco Miguel Hann, que chegou ao núcleo com a sua esposa Josephina e mais um familiar, provavelmente seu filho;¹⁷⁴ assim como Gaspar Adam Balles, com sua esposa Verônica e mais dois familiares.¹⁷⁵ Fernandes von Restorff, de 55 anos foi matriculado em Assungui com sua esposa Rita Maria e mais três pessoas.¹⁷⁶ Foi registrado também naquele ano Carlos Kollner, de 70 anos, que, de acordo com a matrícula, chegou à colônia sozinho.¹⁷⁷

Esses indivíduos muito provavelmente tinham feito uma travessia bastante difícil. Não foram encontrados registros específicos sobre a experiência dos colonos que se dirigiram a Assungui, mas sabemos que, de maneira geral, o tempo que os imigrantes passavam no navio poderia ser muito traumático. O alemão Gustav Hermann Strobel relatou sobre sua experiência marítima na barca Florentin, que continha um espaço que o imigrante julgou pequeno para o número de pessoas que nela embarcaram. O imigrante também afirmou que a travessia era demorada, tornando os mantimentos “escassos e quase intragáveis”. Durante a viagem de Strobel, “quase todos os dias ocorriam uma ou duas mortes”, totalizando 36 óbitos ao final da travessia, “que foram

¹⁷¹ Ibidem.

¹⁷² PARANÁ, **Relatório do Presidente de Província do Paraná**, Presidente Francisco Liberato de Mattos na Assembleia provincial em 07 de Janeiro de 1859. Paranaense, Curitiba, 1859. p. 18.

¹⁷³ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Livro de matrículas da colônia Assungui**. Códice 385 - PB 001 DCO 66.385. Registro/página: nº 60.

¹⁷⁴ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Livros de matrículas da colônia Assungui**. Códice 385 - PB001 DCO 69.1021. Registro/página: nº 16.

¹⁷⁵ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Livros de matrículas da colônia Assungui**. Códice 385 - PB 001 DCO 66.385. Registro/página: nº 20.

¹⁷⁶ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Livros de matrículas da colônia Assungui**. Códice 385 - PB 001 DC 059.383. Registro/página: nº 274.

¹⁷⁷ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Livros de matrículas da colônia Assungui**. Códice 385 - PB 001 DCO 66.385. Registro/página: nº 06.

sepultadas no fundo do mar”. A mãe, a irmã mais velha e o irmão mais novo de Strobel passaram a maioria do tempo doentes e acamados.¹⁷⁸

Nem todos os colonos que chegavam em Assungui, entretanto, cruzaram o mar. Alguns dos que se estabeleciam na colônia eram brasileiros, que estavam na região ou que vinham de outros locais do território nacional – provavelmente de regiões próximas. Sobre essa inserção de brasileiros no núcleo colonial que, inicialmente, parecia estar voltado à introdução dos “morigerados e laboriosos” europeus, trataremos no capítulo que segue.

¹⁷⁸ NADALIN, S. O. op. cit. pp. 30 – 38.

2 ASSUNGUI: UMA COLÔNIA DE ESTRANGEIROS OU DE BRASILEIROS?

Desde o início, o núcleo colonial de Assungui recebeu colonos de origem europeia e também brasileiros. Os registros mostram que as dificuldades enfrentadas pelos colonos, sobretudo os europeus, não eram pequenas e acarretaram uma frustração muito grande em relação às expectativas que tinham na “nova terra”. A evasão desses colonos se acentuou em razão dessas dificuldades e isso fez com que os brasileiros ganhassem importância no núcleo, sendo valorizados pelos diretores da colônia e até pela presidência da província, que passaram a incentivar a inserção desses “nacionais” no núcleo. Assim, a despeito de a historiografia não ter problematizado a inserção dos brasileiros no projeto de colonização efetivado por meio da criação de Assungui, esses foram fundamentais na sua realização. São esses os aspectos de que trataremos nesse capítulo.

2.1 Estrangeiros e brasileiros chegam a Assungui

Os primeiros registros de colonos imigrantes em Assungui foram feitos em 1859, quando estavam concluídas as medições e demarcações de terrenos na colônia. Para receber esses primeiros colonos, havia também sido construída uma casa para abrigar os imigrantes, até que obtivessem seus respectivos lotes. A construção dessa primeira habitação já mostrava as dificuldades para a instalação do núcleo. Segundo informou o presidente José Francisco Cardoso, a escolha do local não havia sido “feliz” “por não atender a precisa economia”.¹⁷⁹ Para edificá-la, ele informou, tinha sido preciso fazer uma escavação para tornar o terreno plano e isso poderia tornar o prédio bastante úmido, e conseqüentemente “menos agradável” aos colonos.¹⁸⁰

Em 1861, ainda no início da formação do núcleo, além das estradas e da casa para os colonos, haviam sido construídas duas novas instalações, uma para funcionar como paiol e outra para a administração. Segundo informou o presidente José Francisco Cardoso, eram ambas cobertas com telhas e edificadas com madeiras de lei. Ele também registrou que haviam sido feitos dois fornos, um para telhas e tijolos e outro para cozer

¹⁷⁹ PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná**, Presidente José Francisco Cardoso na Assembléia provincial em 01 de Março de 1860. Typ. Paranaense, Curitiba, 1860. p. 63.

¹⁸⁰ Ibidem.

pão, que tinham sido realizadas algumas derrubadas e que no primeiro ano havia plantações e foram colhidas algumas porções de milho, feijão e abóboras.¹⁸¹

Grandes expectativas giravam em torno do núcleo Assungui e de sua ocupação por colonos estrangeiros. Em 1861, o presidente Cardoso, considerou que o Paraná receberia um grande número de imigrantes, devido ao “atento estudo da província, seus recursos naturais, a fertilidade do solo e a amenidade da temperatura”.¹⁸² Um ano antes dessas considerações do presidente da província, em 1860, já tinham sido inseridas no núcleo quatro famílias alemãs, anteriormente mencionadas, e começava assim a se dar efetivamente a introdução de colonos imigrantes em Assungui.¹⁸³ No ano seguinte, mais um imigrante alemão ingressou na colônia: Miguel Schaefer,¹⁸⁴ viúvo de 73 anos. Em 1862, chegou Marianna Hubert,¹⁸⁵ também alemã e viúva, de 62 anos, acompanhada por mais duas pessoas, cujo grau de parentesco com ela não é possível saber. A primeira família francesa também chegou nesse ano: era um grupo numeroso, com sete pessoas, sendo o chefe da família Pedro Raymundo David,¹⁸⁶ de 60 anos de idade, casado com Rita Theresa. Nesse ano foi registrada a entrada na colônia da primeira família brasileira, de seis membros, chefiada por Eugênio Monarques Monteiro,¹⁸⁷ de 50 anos de idade; sua esposa era Dina Sinhorinha. Em 1864 foi feito o primeiro registro de entrada de imigrantes ingleses na colônia: uma família formada por cinco pessoas, chefiada por James Hart,¹⁸⁸ de 30 anos de idade, casado com Maria Felicia.

A inserção de uma família brasileira na colônia já em 1862 evidencia que, ainda que Assungui tenha sido projetada para ser um núcleo de fixação de estrangeiros, a presença dos chamados “nacionais” ocorreu desde os primeiros anos, embora nesse período, a entrada de estrangeiros ainda fosse mais significativa.

¹⁸¹ Ibidem.

¹⁸² Ibidem.

¹⁸³ É importante destacarmos que “entrada de colonos”, “chegada de colonos” e “matrículas de colonos” estão sendo tomados aqui com o mesmo sentido, qual seja, quando foram feitos os registros dos colonos nos livros de matrículas. Vale reiterar que alguns colonos eram matriculados após já habitarem no núcleo por algum tempo. Livros de matrículas dos colonos de Assungui: ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. BR PRAPPR PB001 DC069.1021 / BR PRAPPR PB0001 DC 059.383 / BR PRAPPR PB 001 DCO 66.385

¹⁸⁴ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Livros de matrículas da colônia Assungui**. Códice 385 - PB 001 DCO 059.383. Registro/página: nº 14.

¹⁸⁵ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Livros de matrículas da colônia Assungui**. Códice 385 - PB 001 DCO 059.383. Registro/página: nº 12.

¹⁸⁶ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Livros de matrículas da colônia Assungui**. Códice 385 - PB 001 DCO 059.383. Registro/página: nº 310.

¹⁸⁷ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Livros de matrículas da colônia Assungui**. Códice 385 - PB 001 DCO 059.383. Registro/página: nº 228.

¹⁸⁸ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Livros de matrículas da colônia Assungui**. Códice 385 - PB 001 DCO 66.385. Registro/página: nº 91.

Nos primeiros tempos da colônia, de 1859 a 1864, com exceção do mencionado registro de 1862, constam apenas os registros de entradas de famílias estrangeiras, principalmente de alemães: nesse intervalo de tempo, foi registrada a chegada na colônia de onze famílias, sendo oito alemãs, uma inglesa, uma italiana e uma francesa. Essa seria a tendência esperada, tendo em vista que a criação do núcleo se deu com a intenção de receber europeus. Isso, entretanto, não ocorreu, talvez em razão das dificuldades na implementação do núcleo, como veremos a seguir.

2.2 A “aventura imigratória”: expectativas, contratos e dificuldades

Como observou Nishikawa, os colonos que chegavam em Assungui assinavam um contrato com um representante legal do governo provincial. Esse contrato definia direitos e deveres para ambas as partes. Aos colonos era garantida a subsistência nos primeiros meses de sua chegada, incluindo a alimentação necessária para eles e suas famílias. Além disso, cabia ao governo fornecer uma casa provisória, um adiantamento dos implementos agrícolas, as sementes indispensáveis ao plantio e o lote de terra demarcado que se tornaria propriedade do colono quando cumpridas todas as pré-disposições contratuais. Esse contrato também garantia ao colono imigrante, caso quisesse, a sua naturalização após dois anos de sua chegada ao Brasil.¹⁸⁹

O contrato também definia obrigações dos colonos, a principal delas, de residir na colônia até pagar as dívidas contraídas com o governo. Os pagamentos, em prestações, deveriam ser iniciados após três anos de instalação nas terras. A partir de 19 de Janeiro de 1867, quando o imperador assina o decreto de número 3.784 - *Regulamento para as Colônias do Estado* -, estava definido que o colono teria dois anos para estabelecer uma cultura efetiva e construir uma casa em seu lote, caso contrário, perderia o direito a ele.¹⁹⁰ Além disso, o colono deveria ser assiduamente dedicado aos trabalhos em sua lavoura ou na indústria, podendo ser repreendido pelo diretor e até mesmo privado de seus direitos coloniais se assim não procedesse.¹⁹¹ Aquele que “por

¹⁸⁹ NISHIKAWA, op. cit. pp. 88-112.

¹⁹⁰ BRASIL. **Regulamento para Colônias do Estado**. Decreto nº 3.784, de 19 de Janeiro de 1867. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3784-19-janeiro-1867-553854-publicacaooriginal-72121-pe.html>>. Acesso em: 31 ago. 2015. Art.12.

¹⁹¹ Ibidem, Art. 36.

ociosidade ou maus costumes” fosse considerado “incorrigível”, deixaria de pertencer ao regime colonial, sendo expulso da colônia pelo Presidente da Província.¹⁹²

Nishikawa analisou os contratos que foram feitos pelos colonos alemães Eduardo Metzner e Adolph Bichels, em 1865. Quando assinou seu contrato, Adolph tinha 21 anos e era solteiro e, assim como Metzner, comprou um lote de terra de 137.000 metros quadrados, contraindo uma dívida de 187.500 réis. No mesmo ano, o imigrante André Rosner também assinou um contrato com o governo provincial. Este colono era casado com Francisca Rosner e tinha quatro filhos: George de 13 anos, Jonhan de 16, Catharina de nove e a caçula Anna Maria de dois anos e 6 meses.

Embora os contratos definissem várias garantias aos colonos, eles acarretaram várias dificuldades. A situação encontrada pelos colonos estrangeiros contrastava com as condições que haviam sido prometidas em seu país de origem. Sabe-se que, já em alto mar, a vida dos imigrantes que vieram para a província não foi fácil durante os meses que se seguiram ao embarque. Contribuíram para isto as condições nem sempre favoráveis do clima e a insegurança diante das doenças surgidas no navio,¹⁹³ inclusive com casos de óbitos, como verificamos anteriormente, através do relato do imigrante alemão Gustav Strobel.¹⁹⁴

Embora várias autoridades tenham considerado Assungui como sendo um excelente local para o desenvolvimento de uma colônia, por estar “situada em terrenos fertilíssimos, de cuja cultura o imigrante laborioso e morigerado pode auferir lucros incalculáveis”,¹⁹⁵ as dificuldades enfrentadas pelos habitantes do núcleo evidenciavam que as condições não eram tão propícias. Algumas diziam respeito às próprias condições naturais, estando a colônia instalada em um terreno de relevo muito acidentado, o que dificultava o desenvolvimento das culturas europeias e o uso do arado, além de estar distante dos centros consumidores, dificultando o escoamento da produção. Este problema se tornava ainda mais sério devido à falta de uma boa estrada que tornasse os mercados da capital acessíveis aos colonos. Como observou o presidente Lamenha Lins, por não contar com uma boa estrada, os colonos não se animavam a plantar além do seu consumo, pois o gasto que teriam com transporte

¹⁹² Ibidem, Art. 37.

¹⁹³ PINTO, D. de O. FOOHS, M. da G. PORTES, M. U. **175 anos da Imigração alemã para Rio Negro**. Rio Negro: Associação Brasileira Alemã Trier, 2007. p. 21

¹⁹⁴ NADALIN, op. cit.

¹⁹⁵ PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná**, Presidente Frederico José Cardoso de Araujo Abranches na Assembléia provincial em 15 de Fevereiro de 1877. Typ. Paranaense, Curitiba, 1874.

absorveria qualquer lucro proveniente da produção.¹⁹⁶ O diretor da colônia no ano de 1870 afirma que

Contrasta[va] realmente ver colonos morigerados e laboriosos como os de que trato [ingleses], estabelecidos em uma floresta virgem, por assim dizer, e sem comunicação por onde possam conduzir seu trabalho. Péssimo era o caminho que lhes dava trânsito.¹⁹⁷

A construção de uma estrada que ligasse a colônia à capital era uma necessidade reconhecida pelas autoridades, sendo considerada assunto de primeira importância, dado que a não resolução desse problema significaria “apertar cada vez mais o círculo de ferro que oprime e aniquila esse esperançoso estabelecimento do Estado”.¹⁹⁸ Por mais que o colono se empenhasse na lavoura e o terreno lhe retribuísse os sacrifícios, estes seriam em vão, pois a produção ficaria retida na colônia por falta de meios de transporte para levá-las aos mercados consumidores.¹⁹⁹ Como outras autoridades da época, o Presidente Abranches acreditava que assim que se realizasse a construção da estrada

uma nova era raiará para o imigrante estabelecido. Seu desalento de hoje se converterá em sanha de cometimentos, em sede de trabalho, em vistas audaciosas de fazer fortuna, e nesse dia a colônia do Assungui será uma realidade.²⁰⁰

Sem estradas e “longe dos centros populosos, em terrenos acidentadíssimos, inacessíveis à cultura européia, nunca poder[ia] oferecer ao colono estrangeiro atrativos que o resolvam a permanecer ali”.²⁰¹ Magnus Pereira analisa que em sua ânsia povoadora, os governantes da província acabaram criando núcleos em locais inacessíveis e desprovidos dos requisitos básicos para a fixação dos colonos. Então, pela carência de recursos e pela falta de um mercado urbano consumidor, muitos imigrantes

¹⁹⁶ PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná**, Presidente Adolpho Laménha Lins na Assembléia provincial em 15 de Fevereiro de 1876. Typ. Paranaense, Curitiba, 1876.

¹⁹⁷ PARANÁ. **Relatório do Presidente da Província**. Vice Presidente Agostinho Ermelino de Leão na Assembléia provincial em 24 de Dezembro de 1870. Relatório do Diretor da colônia Assungui (sem nome). Typ. Paranaense, Curitiba, 1870. p. 23

¹⁹⁸ PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná**, Presidente Frederico José Cardoso de Araújo Abranches na Assembléia provincial em 15 de Fevereiro de 1875. Typ. Paranaense, Curitiba, 1875.

¹⁹⁹ Ibidem.

²⁰⁰ Ibidem.

²⁰¹ PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná**, Presidente Adolpho Laménha Lins na Assembléia provincial em 15 de Fevereiro de 1877. Typ. Paranaense, Curitiba, 1877. p. 10.

acabaram por se instalar na periferia das cidades.²⁰² Lamenha Lins, em seu relatório de 15 de fevereiro de 1877 analisou que

o colono europeu, por via de regra, desanima diante das nossas matas virgens [...] e é por isso que internados nas colônias afastadas dos centros populosos, eles fogem de entregar-se a esse trabalho ímprobo, que lhes é inteiramente desconhecido [...]²⁰³

Além desses problemas relacionados à natureza e à localização, os presidentes da província reconheciam também que a fixação de colonos imigrantes e o desenvolvimento do núcleo também eram prejudicados por defeitos no sistema administrativo²⁰⁴ e por dissensões entre colonos e diretores.²⁰⁵ As divergências entre eles podem ser relacionadas ao não cumprimento dos termos de Regulamento das Colônias do Estado por ambas as partes. Como vimos anteriormente, ao assinarem o contrato, alguns direitos eram garantidos aos imigrantes, como residência temporária imediatamente após chegar à colônia, alimentação nesses primeiros dias, alguns instrumentos agrários para início dos trabalhos e o lote de terra demarcado que se tornaria propriedade do colono quando cumpridas todas as pré-disposições contratuais. Porém, uma série de fatores contribuiu para que essas cláusulas não fossem cumpridas nem pelo governo, nem pelos imigrantes.²⁰⁶ Os relatos desses últimos e até mesmo de algumas autoridades sobre a situação de Assungui não condizem com aquilo que estava previsto pelo *Regulamento para as colônias do Estado*, anteriormente citado.²⁰⁷ De acordo com tal Regulamento, era obrigação do diretor da colônia recepcionar e acolher bem os colonos recém-chegados, providenciando seu estabelecimento,²⁰⁸ porém, como denunciou o “alemão”²⁰⁹ George Brain, que chegou à colônia com sua esposa e três filhos pequenos, os colonos eram colocados em um telheiro no qual mal podiam se

²⁰² PEREIRA, op. cit. p. 132.

²⁰³ PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná**, Presidente Adolpho Lamenha Lins na Assembléia provincial em 15 de Fevereiro de 1877. Typ. Paranaense, Curitiba, 1877. p. 10.

²⁰⁴ PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná**, Presidente Adolpho Lamenha Lins na Assembléia provincial em 15 de Fevereiro de 1877. Typ. Paranaense, Curitiba, 1877.

²⁰⁵ PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná**, Vice Presidente Agostinho Ermelino de Leão na Assembléia provincial em 05 de Novembro de 1866. Typ. Paranaense, Curitiba, 1866. p. 17.

²⁰⁶ NISHIKAWA, op. cit. p. 112

²⁰⁷ BRASIL. **Regulamento para Colônias do Estado**. Decreto nº 3.784, de 19 de Janeiro de 1867. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3784-19-janeiro-1867-553854-publicacaooriginal-72121-pe.html>>. Acesso em: 31 ago. 2015

²⁰⁸ Ibidem.

²⁰⁹ Apesar do nome e da origem (Bristol) sugerirem que se tratava de uma família de ingleses, a nacionalidade foi dessa maneira descrita na fonte.

acomodar, recebendo apenas feijão e farinha para se alimentarem, obtendo carne com intervalos de duas e três semanas.²¹⁰

Quanto aos terrenos a serem distribuídos, o Regulamento previa que os lotes rústicos seriam entregues com a medição da frente e dos fundos realizada, já havendo uma área de 4.840 metros quadrados de derrubada, contendo uma casa provisória com tamanho suficiente para abrigar uma família.²¹¹ Porém, ao contrário do previsto em lei, os colonos recebiam terrenos cobertos pela mata, tendo eles mesmos que fazer as derrubadas caso quisessem cultivar algo.²¹² Além de não estarem prontos para a realização de plantios, os terrenos que os colonos recebiam muitas vezes não eram férteis, sendo inúteis quaisquer esforços e trabalhos de sua parte, o que concorria fortemente para que o colono abandonasse o núcleo em busca de melhores condições.²¹³ Ainda sobre a distribuição de lotes, a lei previa que assim que tomasse posse do seu terreno, o colono receberia do diretor um auxílio gratuito de 20\$000 para se estabelecer em melhores condições.²¹⁴ Porém, os colonos relatavam nunca terem recebido “um real sequer” do governo.²¹⁵

Se impossibilitado de cultivar seu terreno, por qualquer motivo, o Regulamento previa que o colono tinha a garantia de poder se empregar em trabalhos na própria colônia, sendo de competência do diretor do núcleo “empregar em trabalhos coloniais, pagando salários, aqueles que mais carecessem e, de preferência, os recém-chegados.”²¹⁶ Tais trabalhos eram realizados em obras necessárias à colônia, como as de construção de estradas, derrubadas e construção de casas provisórias.²¹⁷ Porém, há relatos de que o diretor não podia empregar os colonos por falta de fundos,

²¹⁰ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Ofício do Ministério dos negócios da agricultura, comércio e obras públicas**. Rio de Janeiro, 08 mai. 1873. AP 409, Vol. 11. pp. 90 – 91. Este ofício contém a tradução de carta de reclamação de imigrante mencionado. Carta de queixa foi enviada pela Legação Britânica ao Governo Imperial. Enviada ao Presidente da Província em caráter de “urgência”.

²¹¹ BRASIL. **Regulamento para Colônias do Estado**. Decreto nº 3.784, de 19 de Janeiro de 1867. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3784-19-janeiro-1867-553854-publicacaooriginal-72121-pe.html>>. Acesso em: 31 ago. 2015. Art. 8.

²¹² ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Ofício do Ministério dos negócios da agricultura, comércio e obras públicas**. Rio de Janeiro, 08 mai. 1873. AP 409, Vol. 11. pp. 90 – 91.

²¹³ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Correspondência do colono inglês John Welsh para o Presidente Adolpho Lamenha Lins**. AP 508. Curitiba, 01 abr. 1876. Vol. 18. p. 18.

²¹⁴ BRASIL. **Regulamento para Colônias do Estado**. Decreto nº 3.784, de 19 de Janeiro de 1867. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3784-19-janeiro-1867-553854-publicacaooriginal-72121-pe.html>>. Acesso em: 31 ago. 2015. Art. 30.

²¹⁵ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Ofício do Ministério dos negócios da agricultura, comércio e obras públicas**. Rio de Janeiro, 08 mai. 1873. AP 409, Vol. 11. pp. 90 – 91.

²¹⁶ BRASIL. **Regulamento para Colônias do Estado**. Decreto nº 3.784, de 19 de Janeiro de 1867. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3784-19-janeiro-1867-553854-publicacaooriginal-72121-pe.html>>. Acesso em: 31 ago. 2015. Art. 26.

²¹⁷ Ibidem, Art. 34.

aconselhando-os ele mesmo a deixarem a colônia.²¹⁸ A esse respeito, logo no ano de 1867, o presidente Polidoro Cesar Burlamaque relatava que

alguns colonos alemães têm abandonado suas habitações, alegando não lhes ser possível obter os indispensáveis meios de subsistência, por falta de trabalho, que lhes garanta um salário regular e diário.²¹⁹

Quase dez anos depois, o presidente Lamenha Lins, em 1876, reiterava a ocorrência de evasão de Assungui, relatando que “o desânimo entre os colonos é geral; nestes últimos meses tem sido freqüente o abandono da colônia por famílias que chegam à capital em procura de trabalho.”²²⁰

Diante de dificuldades relacionadas à natureza do núcleo, à falta de estradas e, conseqüentemente, à falta de mercados para escoar seus produtos²²¹, os colonos abandonavam Assungui. Grande parte deles se dirigia à capital do Paraná ou a outras províncias. Outros retornavam a seus países. De acordo com Nishikawa, a

imagem do retorno fracassado de imigrantes ingleses [...] foi uma constante tanto na America do Sul quanto nos Estados Unidos [...] Os agentes ingleses começaram a jogar a culpa aos países de destino desses imigrantes, que não souberam ‘acolher’ e adaptá-los à nova vida.²²²

Essa desconfiança por parte dos agentes ingleses quanto ao tratamento que os imigrantes estavam recebendo em terras brasileiras se concretizou com a visita do Cônsul Lennon Hunt ao núcleo de Assungui, em Outubro de 1874. O cônsul veio à colônia com o intuito de verificar as condições às quais os imigrantes ingleses estavam sujeitos, escrevendo um relatório de sua visita, contendo considerações próprias a respeito do que ali encontrou, bem como depoimentos de colonos ingleses. Esses relatos reiteram as dificuldades enfrentadas por esses colonos e que contribuíram para o êxodo. Segundo o Cônsul, as terras de Assungui variavam consideravelmente em qualidade, sendo a maior parte fértil. Mas, relata que no interior da província, onde se localizava Assungui, “a ausência de estradas e mercados, a dependência exclusiva dos produtos do

²¹⁸ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Ofício do Ministério dos negócios da agricultura, comércio e obras públicas**. Rio de Janeiro, 08 mai. 1873. AP 409, Vol. 11. pp. 90 – 91.

²¹⁹ PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná**, Presidente Polidoro Cesar Burlamaque na Assembléia provincial em 15 de Março de 1867. Typ. Paranaense, Curitiba, 1867.

²²⁰ PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná**, Presidente Adolpho Lamenha Lins na Assembléia provincial em 15 de Fevereiro de 1876. Typ. Paranaense, Curitiba, 1876.

²²¹ Ibidem.

²²² NISHIKAWA, op. cit. p. 96.

solo, é uma luta das mais severas pela existência.”²²³ Disse achar lamentável os colonos não terem sido assentados no planalto, onde o clima é excelente, mas sim em um vale tropical que faz calor forte o ano todo, especialmente no verão.²²⁴ Nesses vales quentes, explicava ele, “a eletricidade acumula-se como um tubo de Leyden”²²⁵; e quando um estrato de ar frio, carregado com umidade do mar, passa sobre eles, explode em temporais tremendos acompanhados por chuvas torrenciais.”²²⁶ Ele afirmava ainda que, sendo a distância da colônia até Curitiba de aproximadamente 70 milhas, bastaria um dia de viagem com dois cavalos para chegar de uma a outra. Porém, para isso seria necessária uma boa estrada, mas “o que se chama de estrada, por longos trechos, não é nada mais do que um trilha de montanha.” Há trechos da estrada que cortavam a serra, ainda coberta pela mata virgem, e o traçado original – cerca de cinco pés de largura – diminuía em muitos lugares até chegar a um estreito caminho de mulas, tornando-se muito perigoso e impossível de se passar dois animais juntos. O cônsul inglês lamentava também o fato de os rios não possuírem pontes, tornando-se intransponíveis em dias chuvosos, o que suspendia o tráfego por dias.²²⁷ Chamava a atenção para o fato de o Regulamento nem sempre ser cumprido pelas autoridades provinciais e coloniais. De acordo com ele, 500 colonos britânicos que haviam chegado na província paranaense em 1872 foram mantidos por meses próximos a Curitiba, sendo mal alimentados. Quando finalmente foram para Assungui, não encontraram nenhuma preparação para recebê-los. Os colonos, como registrou o cônsul, ficaram aglomerados em construções impróprias para abrigar a todos, recebendo alimentos frequentemente em condições inadequadas para o consumo humano: “os feijões cheios de carunchos, a farinha de trigo embolorada, a carne de porco bichada”.²²⁸

Destacou também que os colonos tinham muita dificuldade para obter seus pedaços de terra, considerando que:

em teoria, um colono poderia escolher sua própria terra. Na prática, ele era mandado para dez ou quinze milhas de distância, em completa ignorância de que ele tinha liberdade para escolher.²²⁹

²²³ PEREIRA, op. cit. 1998.

²²⁴ Ibidem, p. 21.

²²⁵ O tubo de Leyden ou tubo de Leiden é um dispositivo feito com uma garrafa de vidro que permite armazenar cargas elétricas.

²²⁶ PEREIRA, op. cit. p. 26

²²⁷ Ibidem, p. 22.

²²⁸ Ibidem, pp. 26 – 27.

²²⁹ Ibidem.

Os depoimentos dos colonos ingleses dados ao Cônsul expressam a extrema dificuldade que os imigrantes vivenciaram em Assungui. Entre as principais queixas estavam a demora para serem deslocados para a colônia quando da sua chegada na província e a protelação na entrega dos lotes após ingressarem na colônia; a falta de comida ou distribuição de comida estragada, levando muitas crianças à morte por fome; a realização de trabalhos não pagos; a baixa qualidade dos lotes de terra, e a distância entre eles e o centro da colônia; a falta de pontes e estradas, o que ocasionava perda da produção agrícola, por não poder ser escoada; o descumprimento da promessa de construção de Igreja e escola; a falta de trabalho nas estradas, descumprindo o que previa o Regulamento.²³⁰

A péssima situação em que se encontravam os imigrantes se tornava ainda mais agravante quando levadas em conta as propagandas feitas sobre Assungui na Europa. Essas promessas eram importantes porque elas definiam as expectativas que os imigrantes traziam na bagagem. Como considerou Andreazza,

ninguém migra a longa distância sem que exista um impulso, muito subjetivo, da esfera da esperança, chamado por alguns de ilusão migratória. Certamente, a mobilidade social consistia num ingrediente ativo desta ilusão, à medida que “o fazer a América” no século XIX implicava participar de um movimento no qual o fluxo destinava-se para a periferia do mundo industrializado/civilizado. É provável que os participantes daquela aventura imigratória tivessem a firme crença na força de mecanismos compensatórios capazes de lhes garantir melhores posições sociais.²³¹

Enfim, o que se verificou foi a ocorrência simultânea de um impulso de repulsão, ocasionado pela conjuntura do país do qual se deslocavam os imigrantes, e um impulso de atração da imigração, tão desejada e vista como necessária ao Brasil.²³² E de fato, um dos esforços despendidos pelas autoridades provinciais era o de atrair os estrangeiros por meio de agentes de imigração e de propaganda que os convencesse a respeito das vantagens que encontrariam na terra que os aguardava. Assim, muitos europeus acabaram sendo atraídos pelo que Magnus Pereira considerou “o canto da sereia de agentes de imigração inescrupulosos”,²³³ que muitas vezes exageravam as qualidades dos locais e das condições que aqueles que imigrassem poderiam encontrar

²³⁰ PEREIRA, op. cit. pp. 38 – 60.

²³¹ ANDREAZZA, M. L. **O Paraíso das Delícias**: um estudo da imigração ucraniana –1895-1995. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.

²³² Ibidem, p. 40.

²³³ PEREIRA, M. R. de M. **Tess não veio a Curitiba**. Monumenta; Imigração para o Brasil. Ponta Grossa: Aos Quatro Ventos, 1998. p. 1.

aqui. O lucro desmedido e o interesse dos agentes da imigração faziam com que eles, em nome do governo Imperial, promettessem vantagens e facilidades descabidas.²³⁴ A estratégia para atrair o maior número possível de imigrantes e, conseqüentemente, obter mais lucro, usada pelos agentes, era baseada nessa propaganda muitas vezes exagerada ou até mesmo inverídica a respeito da nova terra. A descrição do Brasil feita pelo Cônsul-geral brasileiro em Liverpool exemplifica bem esta questão. Para o europeu que ouvia tal descrição, pareceria impossível recusar o convite a emigrar, afinal teria a chance de reconstruir sua vida em um local que

compreende, como é bem conhecido, territórios imensos, com um solo de maravilhosa fertilidade, possuindo além de todas as vantagens de um bom clima, numerosos e convenientes portos, grandes rios navegáveis, grande riqueza mineral; oferecendo em resumo a mais abundante riqueza dos reinos animal, vegetal e mineral.²³⁵

A propaganda a respeito do núcleo Assungui que percorria a Europa também nos ajuda a entender as muitas expectativas que os imigrantes traziam na bagagem. De acordo com os folhetos propagandísticos, esta colônia seria o local onde o colono encontraria

diamantes, ouro e minas de chumbo, pastagens naturais para a criação de gado, cavalos, mulas e carneiros, terra betuminosa; produz trigo, erva-mate em grande abundância, aveia, cevada e cânhamo, linho, batatas, uvas e quase todas as frutas de climas temperados, algodão tabaco, cana de açúcar e café, e todos os grãos de climas tropicais; tem um bom porto.²³⁶

A alimentação ali seria rica em “carne de gado, carneiro, vitela, porco, galinhas, patos, batatas e vários legumes, etc.”²³⁷ Alguns presidentes da província apoiavam o uso de propagandas como estas para atrair imigrantes. O presidente Antonio Barbosa Gomes Nogueira, na tentativa de atrair alemães para Assungui, afirmava em 1863 que:

o único meio para conseguir esse fim é a imprensa da Alemanha, e é com este intuito que tenho mandado notas e documentos sobre o Assungui para aquela parte da Europa.²³⁸

²³⁴ PINTO, D. de O. FOOHS, M. da G. PORTES, M. U. op. cit. p. 25.

²³⁵ PEREIRA, M. (ORG). op. cit. 1998. p. 61

²³⁶ PEREIRA, M. (ORG). op. cit. 1998. p. 29.

²³⁷ Ibidem.

²³⁸ PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná**, Presidente Antonio Barbosa Gomes Nogueira na Assembléia provincial em 15 de Fevereiro de 1863. Typ. Paranaense, Curitiba, 1863.

Essas publicações em jornais da Alemanha acabavam se tornando fontes de motivação para o deslocamento de alemães rumo ao Brasil. O conteúdo de tais anúncios eram cartas enviadas por emigrantes já estabelecidos no Império, que exaltavam a nova terra e a vida paradisíaca que aqui levavam. Pode-se suspeitar que algumas dessas publicações, na verdade, eram correspondências forjadas pelos próprios agentes com a intenção de aumentar a propaganda da emigração.²³⁹

Como a realidade com que se deparavam os imigrantes era muito diferente do prometido pela propaganda, o que acabava fazendo com que muitos abandonassem a colônia, em 1875, o presidente Lamemha Lins afirmou que o melhor seria “dizer a verdade ao imigrante sobre a nova pátria que vem procurar, em vez de poéticas descrições e exageradas promessas.”²⁴⁰ Dessa forma, o imigrante já viria preparado para o que iria encontrar e estaria mais propenso a cumprir os compromissos que assumia ao emigrar. Por vezes, o não cumprimento desses compromissos por parte do imigrante originou um discurso diferenciado em relação ao caráter do imigrante e de seu papel como colono ideal na visão dos governantes, que assim como os europeus, registraram queixas contra os mesmos. Andreazza analisa que esses discursos díspares emitidos por imigrantes e pelas autoridades provinciais retratam algumas dimensões da realidade migratória européia do final do século XIX para o Brasil. Neles confundem-se as posições do Estado brasileiro, dos agentes de imigração e a dos próprios imigrantes,²⁴¹ conforme veremos a seguir.

2.3 O êxodo dos imigrantes e a frustração das autoridades

O *Regulamento para as colônias do Estado* previa uma série de deveres para o governo imperial, o provincial e a diretoria da colônia em relação aos colonos de Assungui, da mesma forma que a estes também estavam destinadas várias obrigações. O não cumprimento desses compromissos pelos imigrantes, fez com que surgissem tensões entre eles e as autoridades provinciais.

Enquanto os imigrantes e as autoridades europeias, como o Cônsul inglês que visitou Assungui, apresentavam várias queixas a respeito do tratamento que aqui

²³⁹ PINTO, D. de O. FOOHS, M. da G. PORTES, M. U. Op. cit.

²⁴⁰ PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná**, Presidente Adolpho Lamemha Lins na Assembléia provincial em 15 de Fevereiro de 1876. Typ. Paranaense, Curitiba, 1876.

²⁴¹ ANDREAZZA, M. L. op. cit. p. 39.

recebiam, alegando que a realidade encontrada não condizia com as promessas feitas a eles antes de imigrar, os governantes e autoridades brasileiras apresentavam explicações diferentes para os problemas enfrentados. Mesmo reconhecendo que havia dificuldades a serem sanadas e que isso exigia ações como, por exemplo, a construção de estradas, responsabilizavam os próprios imigrantes pela situação desfavorável, considerando que estes tinham caráter duvidoso e não possuíam habilidades necessárias para se ocuparem de trabalho agrícolas.

Esta inabilidade poderia decorrer do fato de, como Willens chamou atenção, muitos desses imigrantes não serem lavradores em seu país de origem. Esse autor, referindo-se ao imigrante de modo mais geral considerou que o grupo de emigrados europeus para o Brasil era bastante heterogêneo.²⁴² Sabe-se então, que não foram apenas europeus agricultores, que conheciam bem as técnicas de produção e as colocariam em prática nas colônias da província, que para cá vieram. Como a administração provincial em seu projeto de colonização tinha em vista a instalação de imigrantes agricultores, os governantes passaram a ver como algo ruim a vinda de um grande número de imigrantes de áreas urbanas, mais aptos a trabalhos mecânicos.²⁴³ Diante do não cumprimento da expectativa em torno do imigrante, o governo acabava encarando esses colonos como inabilidosos, indiferentes em relação às tarefas a serem realizadas e “preguiçosos.”²⁴⁴

Segundo registros que o presidente da província Horta de Araújo fez em 1868, ainda que fosse significativo o número de imigrantes lavradores que haviam chegado à província no ano anterior, a maior parte deles não pretendia realizar trabalhos agrícolas:

Entraram para a província de janeiro a novembro de 1867, 154 estrangeiros [...] com o fim de se aplicarem à agricultura, 68; às artes, onze; à indústria, sete; ao comércio, 53 [...] e a outros misteres, quinze.²⁴⁵

Muitos deles vinham com a intenção de se ocupar de tarefas não relacionadas diretamente à agricultura, visando desempenhar funções de artesões, ferreiros, carpinteiros, etc.²⁴⁶ Entre os ingleses essa tendência era bem pronunciada. Analisando os depoimentos prestados por colonos ingleses ao Cônsul Lennon Hunt, Nishikawa

²⁴² WILLENS, E. **Aculturação dos alemães no Brasil**: Estudo Antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1980, p. 32.

²⁴³ LAMB, R. E. op. cit. p. 43.

²⁴⁴ PEREIRA, Magnus (ORG). 1998. op. cit. p. 145.

²⁴⁵ PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná**, Presidente Bacharel José Feliciano Horta de Araújo na Assembléia provincial em 15 de Fevereiro de 1868. Typ. Paranaense, Curitiba.

²⁴⁶ Ibidem.

afirma que dos 37 colonos depoentes apenas dois declararam agricultura como sendo sua profissão.²⁴⁷ Visualizamos essa questão através da tabela construída pelo autor:

TABELA 1 – PROFISSÕES DOS COLONOS INGLESES RELATADAS PELO CÔNSUL LENNON HUNT – 1874.

<u>profissão</u>	
não informou	6
agricultor	2
construtor naval	1
maquinista	1
cavaliário	1
carpinteiro	4
comerciante	1
pedreiro	1
trabalhador	17
mineiro	1
açougueiro	1
sem ocupação	1
Total	37

Fonte: NISHIKAWA, Reinaldo Benedito. **Terras e imigrantes na colônia Assunguy**. Paraná, 1854 – 1874. São Paulo, 2007. p. 137.

Estes que se declararam como “trabalhadores” muito provavelmente são aqueles que não tinham ofício específico. Lamb afirma que os imigrados tinham variados motivos para optar pela emigração, definidos de acordo com a região de origem e com a época, havendo então aqueles com profissões características do meio rural, assim como outros que tinham profissões especializadas e vinculadas ao meio urbano.²⁴⁸ A tendência desses poderia ser a de não se ocuparem de trabalhos agrícolas.

As autoridades consideravam que havia na colônia muitos “vadios” que teriam se dirigido para Assungui, “com o único propósito de viver às custas do governo.”²⁴⁹ Em visita a Assungui em 1870, o inspetor Lucas Antonio Ribeiro Bhessing, alertou para a

inutilidade dos colonos franceses e mau emprego de dinheiros que com eles faz o governo imperial [...] Sendo, pois inúteis e inaproveitados, como são em geral os colonos franceses [...] releva aqui lembrar que seria conveniente V. Ex^a dirigir-se ao Governo Imperial solicitando a cessação da remessa de

²⁴⁷ NISHIKAWA, R. B. op. cit. p. 135

²⁴⁸ LAMB, R. E. op. cit. p. 4

²⁴⁹ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Ofício do Ministério dos negócios da agricultura, comércio e obras públicas**. Rio de Janeiro, 09 ago, 1875. AP 469, Vol. 14. pp. 90 – 91.

imigrantes franceses para essa província, a fim de evitar a continuação dos estéreis sacrifícios que se hão feitos até o presente.²⁵⁰

Esse registro demonstra a insatisfação das autoridades com alguns imigrantes, nesse caso, com uma nacionalidade específica. Outros tantos registros – muitos deles feitos por autoridades policiais – consideram os imigrantes “causadores de tumultos”,²⁵¹ “perturbadores da ordem pública”²⁵² “de caráter duvidoso” ou “sem moralidade”.²⁵³

A frustração das autoridades também podia decorrer da própria reação dos colonos diante das más condições em que eram colocados. Em relação a isso, Lamb observou o conflito entre a polícia de Curitiba e imigrantes ingleses, que em razão de notícias que ouviam sobre Assungui, recusavam-se a se dirigir para a colônia e pediram repatriação. Lamb afirma que essa situação gerou grande tensão entre os imigrantes, o governo e a polícia.

A evasão dos imigrantes da colônia também acrescentava no descontentamento das autoridades. Uma ordem do Ministro da Agricultura José Fernando da Costa Jr., chegou a eximir o governo provincial de qualquer responsabilidade concernente ao sustento e transporte desses colonos para o novo local que aspiravam:

O governo não tem obrigação de dar passagem de volta à corte, nem sustentar imigrantes que abandonem seus prazos; trate V. Ex^a [Cônsul inglês] de chamar à razão os que saíram de Assungui e, persuadi-los a voltar à colônia, onde lhes serão dados os socorros que lhe mereçam.²⁵⁴

A resposta do Cônsul ao pedido de “chamar à razão os colonos” ingleses que deixaram Assungui, desejando seguir para o Rio de Janeiro, foi em defesa dos imigrantes. Ele afirma que estes não podem ser considerados desertores ou fugidos, como os classificou o Ministro, pelo fato de terem uma licença do Sr. Brandão de Proença, diretor dos imigrantes. Tal licença daria a liberdade de sair da província aos colonos imigrantes. Esse documento teria sido distribuído a vários outros colonos

²⁵⁰ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Ofício do Ministério dos negócios da agricultura, comércio e obras públicas**. Curitiba, 09 ago, 1875. AP 342, Vol. 19. p. 184.

²⁵¹ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Ofício do Delegado de Polícia ao Presidente**. Colônia Assungui, 31 dez, 1874. AP 450, Vol. 22. p. 163.

²⁵²Ibidem.

²⁵³ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Ofício do Engenheiro da Colônia Assungui Raymundo ao Presidente Frederico José Cardoso de Araújo Abranches**. Colônia Assungui, 10 set, 1874. AP 450, Vol. 22. p. 108.

²⁵⁴ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Telegrama do Ministro da Agricultura José Fernando da Costa Pereira Junior ao Cônsul inglês**. Rio de Janeiro, 14 jan, 1874. AP 450, Vol. 22. p. 186.

ingleses.²⁵⁵ Mas, o que importa aqui considerar, é que a ordem do governo elucida mais um aspecto do descontentamento das autoridades brasileiras em relação aos colonos estrangeiros, que não se comportavam de acordo com a expectativa que elas próprias haviam expressado quando defenderam a conveniência de uma colonização realizada por estrangeiros. Os europeus, contrariando as expectativas dos governantes, abandonavam a colônia e impunham suas próprias expectativas.

O tratamento detrator em relação aos imigrantes não estava restrito àqueles que estavam em Assungui. Os termos com que o Padre Mariano Gizianski, que atendia às colônias de Abranches e Pilarzinho, se referiu aos colonos estrangeiros dão uma ideia de como a detração podia estar disseminada. Palavras como “rebeldes”, “ingratos”, mentirosos, velhacos e infamantes foram alguns dos adjetivos escolhidos pelo padre para descrever os colonos. Dirigindo-se ao presidente da província, ele assim reportou sobre os colonos:

Desde a minha chegada a eles [aos colonos], na ausência e a volta do Rio, estão continuando o mal. Espero que V. Ex^a, sendo o chefe digníssimo dessa província, remediará os males que poderão dar triste resultado ao Brasil bondoso ao estrangeiro. O “cabeça” perturbador da colônia é o Francisco Kurovski - discípulos perversos: Ignácio Novak, João Flitta, Martin Zielinski, Pedro Klas, José Flenig, os últimos dois caloteando sem querer trabalhar nas chácaras. [ileg] de tudo o mal é Francisco Kurovski, fugido da Prússia.²⁵⁶

A carta continua com a “descrição” de outros colonos, agora da colônia Pilarzinho:

[...] Andreas Pampuak e sua mulher do inferno, muito bruta e atrevida. Martin Kempa, um velho beberão e provocador de inocentes colonos. Fabião Barack. Acha-se ainda Gregor Hilla de pouca fé. [...] Homens inquietos e ingratos ao Brasil bondoso. Caluniadores do nobre governo brasileiro na Europa. Aplicando V. Ex^a o remédio curativo, a doença desaparece, e os colonos bons e a colônia prosperam. Deixando impunemente, a erva má matará tudo o que é bom.²⁵⁷

Em Assungui, como nos núcleos de Abranches e Pilarzinho, colonos estrangeiros eram considerados “indolentes” e “incapazes”. As tensões entre eles e as autoridades eram constantes. Enquanto alguns sujeitos não reconheciam os esforços do

²⁵⁵ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Resposta do Cônsul ao telegrama do Ministro da Agricultura José Fernando da Costa Pereira Junior, pelo Cônsul inglês.** Curitiba, 27 jan, 1874. AP 450, Vol. 22. pp. 204 – 205.

²⁵⁶ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Ofício do Padre Mariano Gizianski ao Presidente Lamenha Lins.** Colônia Abranches, 11 set, 1875. AP 470, Vol. 15. p. 290.

²⁵⁷ Ibidem.

governo, outros pediam às autoridades que mandassem vir da Europa pessoas de suas famílias para residirem na colônia. Diante dessa situação controversa, o diretor da colônia julga que aqueles que se retiram da colônia, não reconhecendo o empenho da província em bem recebê-los, vieram para lá apenas “para desfrutar os favores do governo e nunca com intenção firme de dedicar-se à lavoura”.²⁵⁸ Ou seja, de acordo com o posicionamento das autoridades em relação aos problemas enfrentados por Assungui, o governo cumpria sua parte, garantindo aos imigrantes aquilo que necessitavam, dando a eles a oportunidade de progredirem na colônia, contanto que eles cumprissem também seu papel, que era o de trabalhar, cultivar a terra e produzir na lavoura. Esses conflitos, de acordo com Lamb, tinham como justificativa, para os primeiros, a tentativa de conduzir a implementação de seus ideais civilizadores com o mínimo de contratempos. Já para os segundos, o que motivava o seu envolvimento em conflitos era a sobrevivência material.²⁵⁹ Para as autoridades, o projeto colonizatório teria garantia de sucesso se, além das melhorias reconhecidamente necessárias – como as estradas – viessem para cá colonos afincos ao trabalho, porque, de acordo com o presidente Abranches,

tanto vale também não ter colônias como tê-las habitadas por gente que aceita a condição de colono como um meio fácil e econômico de se transportar para a América no intuito de entesourar sem trabalho, ou mesmo sem intuito algum, a não ser o de uma diversão na vida miserável senão crapulosa que leva além mar e que as leis repressivas das sociedades européias cerca de dificuldades.²⁶⁰

Podemos concluir, concordando com Lamb, que “a figura do imigrante adquiriu uma dupla face: ou o imigrante era laborioso, respeitador da lei e, assim, um ‘bom’ imigrante; ou ele era indolente, agitador e descumpridor do compromisso assumido para com a nação que o recebeu, tendo se mostrado um ‘mau’ imigrante”.²⁶¹

Os dados até aqui apresentados nos permitem considerar que *pari passu* com o descontentamento dos imigrantes em relação às condições em que foram colocados no núcleo e das autoridades com o comportamento dos colonos estrangeiros, os brasileiros se mostravam interessados em ingressar na colônia. E, cada vez mais, foram tomando a

²⁵⁸ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Ofício do diretor da Colônia Assungui Pedro d’Alcântara Buarque ao Presidente Lamemha Lins.** 04 nov, 1875. AP 474, Vol. 19, p. 135.

²⁵⁹ LAMB, R. E. op. cit. p. 22.

²⁶⁰ PARANÁ. **Relatório de Presidente da Província do Paraná.** Presidente José Cardoso de Araújo Abranches na Assembleia provincial em 15 de Fevereiro de 1874. Typ. Paranaense, Curitiba. 1874.

²⁶¹ LAMB, R. E. op. cit. pp. 35 – 36.

cena naquele projeto colonial que se realizava em Assungui. Essa questão será analisada a seguir.

2.4 Os brasileiros em cena

Como já observamos no capítulo anterior, a inserção dos brasileiros na colônia Assungui se deu logo nos primeiros anos de existência do núcleo, em 1862, quando ocorreu o primeiro registro de entrada da família de Eugênio Monarques Monteiro e Dina Sinhorinha.²⁶² Logo em 1864, a população estrangeira que habitava na colônia era pequena, mas a brasileira ia “afluindo e tomando prazos urbanos e sub-urbanos”.²⁶³ De um total de 197 habitantes, que ocupavam 45 fogos, 50 eram alemães, três suíços, um francês e 143 eram brasileiros.²⁶⁴ E a partir de 1865, o quadro começou a se modificar ainda mais, transformando os “nacionais” no principal grupo de colonos de Assungui. Nesse ano já haviam entrado no núcleo cinco famílias brasileiras, juntamente com mais onze alemãs. Entre os anos de 1866 e 1873, Assungui recebeu um total de 34 famílias inglesas, 32 famílias brasileiras, sete alemãs, cinco suíças, 15 francesas.²⁶⁵ Enquanto o número de brasileiros instalados em Assungui aumentava, a entrada de imigrantes na província em geral era bastante limitada, conforme vemos pelo relatório do Presidente da Província Horta de Araújo, em 1868:

Entraram para a província de janeiro a novembro de 1867, 154 estrangeiros e entre eles 12 famílias compostas de 46 indivíduos [...] Por esta estatística vedes que durante o ano de 1867 foi insignificantíssimo o número de colonos que tocaram a esta província.²⁶⁶

Em 1874 entraram na colônia 33 famílias brasileiras no núcleo. No mesmo ano chegaram 15 famílias francesas, oito suíças, sete alemãs, três inglesas e uma italiana. Os

²⁶² ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Livros de matrículas da colônia Assungui**. Códice 385 - PB 001 DCO 66.385. Registro/página: nº

²⁶³ PARANÁ. **Relatório do Presidente da Província do Paraná**. Presidente Vice Presidente Sebastião Gonçalves da Silva na Assembleia provincial em 21 de Fevereiro de 1864. Typ. Paranaense, Curitiba. 1864.

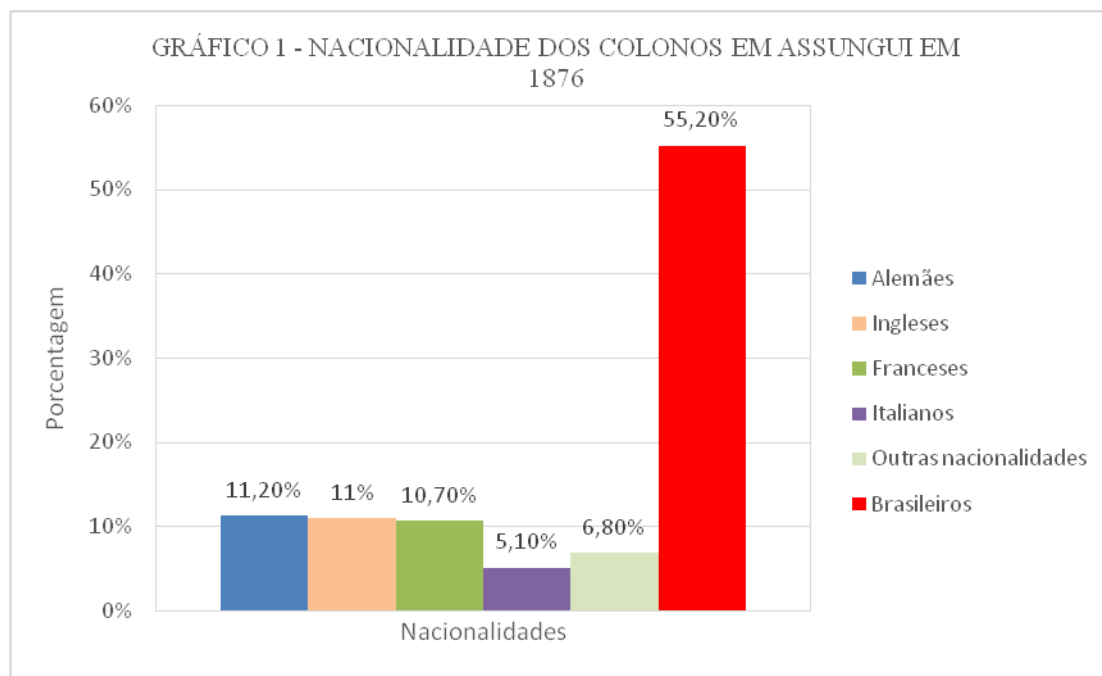
²⁶⁴ PARANÁ. **Relatório do Presidente da Província do Paraná**. Presidente José Joaquim do Carmo na Assembleia provincial em 18 de Novembro de 1864. Typ. Paranaense, Curitiba. 1864.

²⁶⁵ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Livros de Matrícula dos colonos de Assungui**, disponíveis para consulta no Arquivo Público do Paraná, sob as referências: BR PRAPPR PB001 DCO69.1021 / BR PRAPPR PB0001 DC 059.383 / BR PRAPPR PB 001 DCO 66.385

²⁶⁶ PARANÁ. **Relatório do Presidente da Província do Paraná**. Presidente Bacharel José Feliciano Horta de Araújo na Assembleia provincial em 15 de Fevereiro de 1868. Typ. Paranaense, Curitiba. 1868.

registros do ano seguinte seguiram uma tendência semelhante, com a entrada de 34 famílias brasileiras, 19 italianas, 11 suíças, 10 francesas, quatro alemãs, uma família austríaca e uma inglesa.²⁶⁷

Em 1876 foi ainda maior o afluxo de colonos brasileiros para Assungui. Entraram na colônia 99 famílias brasileiras, que se estabeleceram no núcleo durante esse ano. Um número muito significativo, principalmente quando comparado com os registros de entrada de imigrantes no mesmo período: temos apenas oito famílias alemãs, três francesas, duas italianas e duas espanholas.²⁶⁸ Além disso, nesse ano, o número de colonos brasileiros já residentes na colônia superava significativamente o número de colonos de qualquer outra nacionalidade:

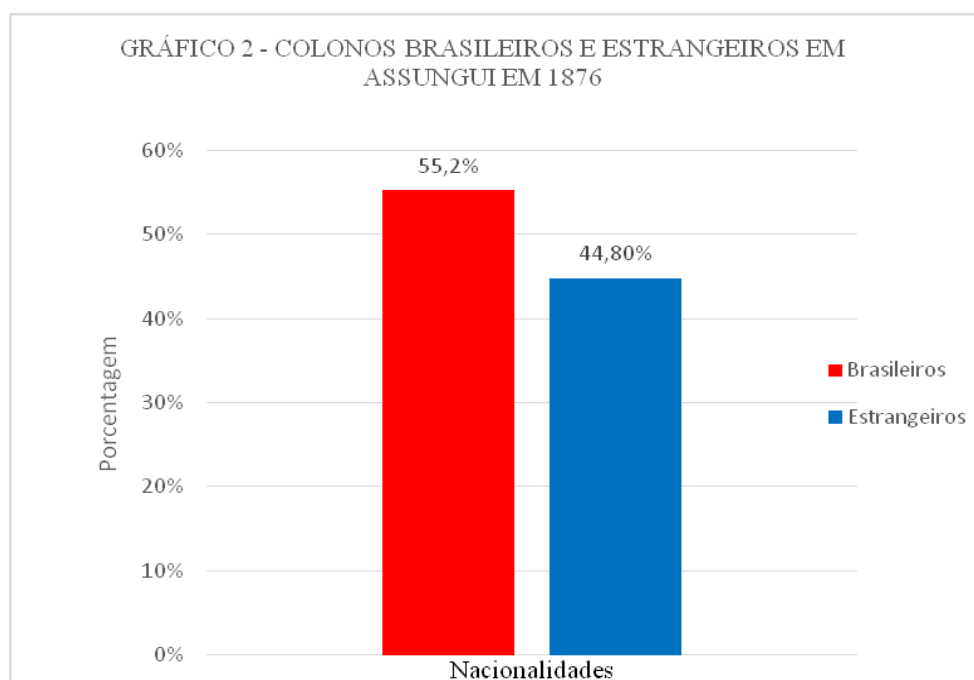


Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Relatório do diretor M. T. ao presidente Lamenha Lins. Volume 25, AP. 506. pp. 78-177. 1876.

Ainda que o número total de imigrantes fosse quase equiparável à quantidade de brasileiros, estes ainda eram maioria:

²⁶⁷ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Livros de Matrícula dos colonos de Assungui**, disponíveis para consulta no Arquivo Público do Paraná, sob as referências: BR PRAPPR PB001 DC069.1021 / BR PRAPPR PB0001 DC 059.383 / BR PRAPPR PB 001 DCO 66.385

²⁶⁸ Ibidem.



Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Relatório do diretor M. T. ao presidente Lamenha Lins. Volume 25, AP. 506. pp. 78-177. 1876.

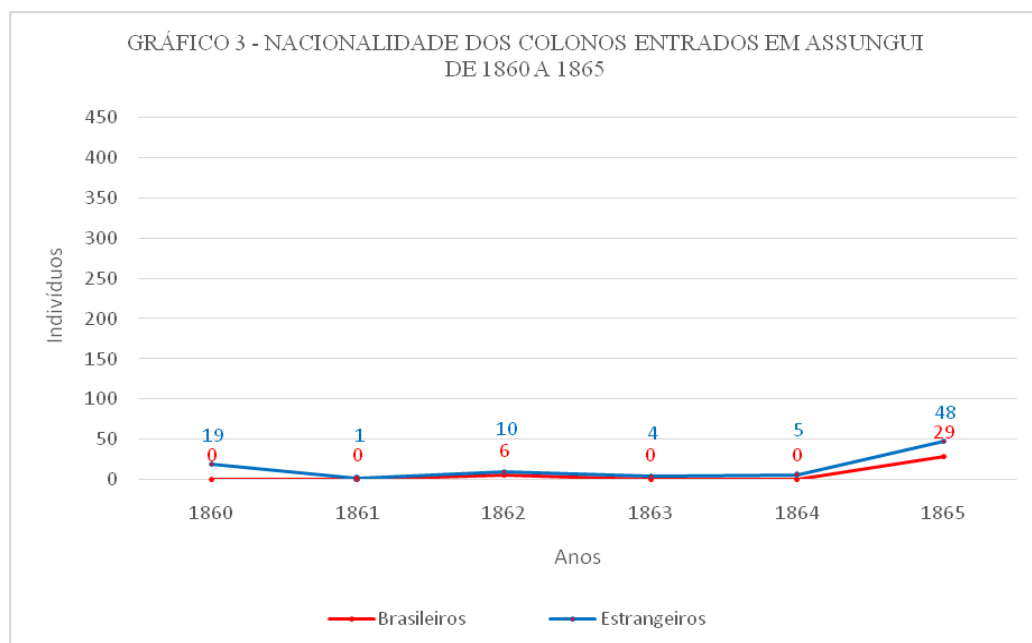
Em 1878, a diferença entre o número de colonos estrangeiros e de colonos brasileiros continuou sendo bastante significativa: de um total de 3082 habitantes, apenas 1069 eram estrangeiros e 2013 eram brasileiros.²⁶⁹ Além disso, assim como 1876, esse foi um ano em que muitos “nacionais” entraram na colônia: de um total de 101 famílias de colonos matriculadas, 94 eram brasileiras. Essa situação seguiu até a emancipação da colônia em 1882. Nesse intervalo de quatro anos, registrou-se a entrada de mais 105 famílias brasileiras, enquanto que apenas 29 famílias estrangeiras, divididas em 15 alemãs, quatro inglesas, quatro francesas, três italianas, duas suíças e uma espanhola, adentraram na colônia.²⁷⁰ Quando da emancipação, em 1882, a população existente em Assungui era composta por um total de 3.000 habitantes, dos quais dois terços eram brasileiros, sendo os demais habitantes 290 alemães, 250 ingleses, 200 franceses, e ainda suíços, italianos e espanhóis em menor número.²⁷¹ Os gráficos a seguir, divididos em períodos de cinco e seis anos, abrangendo todo o período de

²⁶⁹ PARANÁ. **Relatório do Presidente da Província do Paraná**. Presidente Joaquim Bento de Oliveira Junior na Assembleia provincial em 07 de Fevereiro de 1878. Typ. Paranaense, Curitiba. 1878.

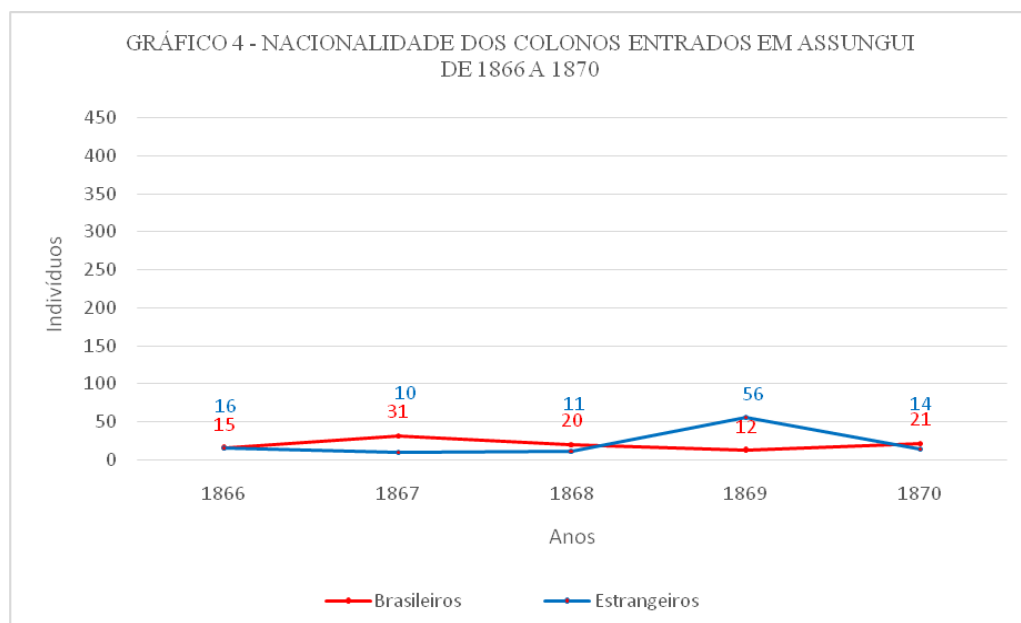
²⁷⁰ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Livros de Matrícula dos colonos de Assungui**, disponíveis para consulta no Arquivo Público do Paraná, sob as referências: BR PRAPPR PB001 DC069.1021 / BR PRAPPR PB0001 DC 059.383 / BR PRAPPR PB 001 DCO 66.385

²⁷¹ BRASIL. **Guia do Imigrante para o Império do Brasil pelo Inspetor Geral das terras e colonização**. F. de B. e Accioli de Vasconcellos – Tenente Coronel honorário do Exército. Rio de Janeiro, 1884.

existência de Assungui enquanto colônia, agregam os dados fornecidos pelas matrículas referentes às famílias entradas no núcleo e ilustra claramente a preponderância dos brasileiros no momento da matrícula na colônia:

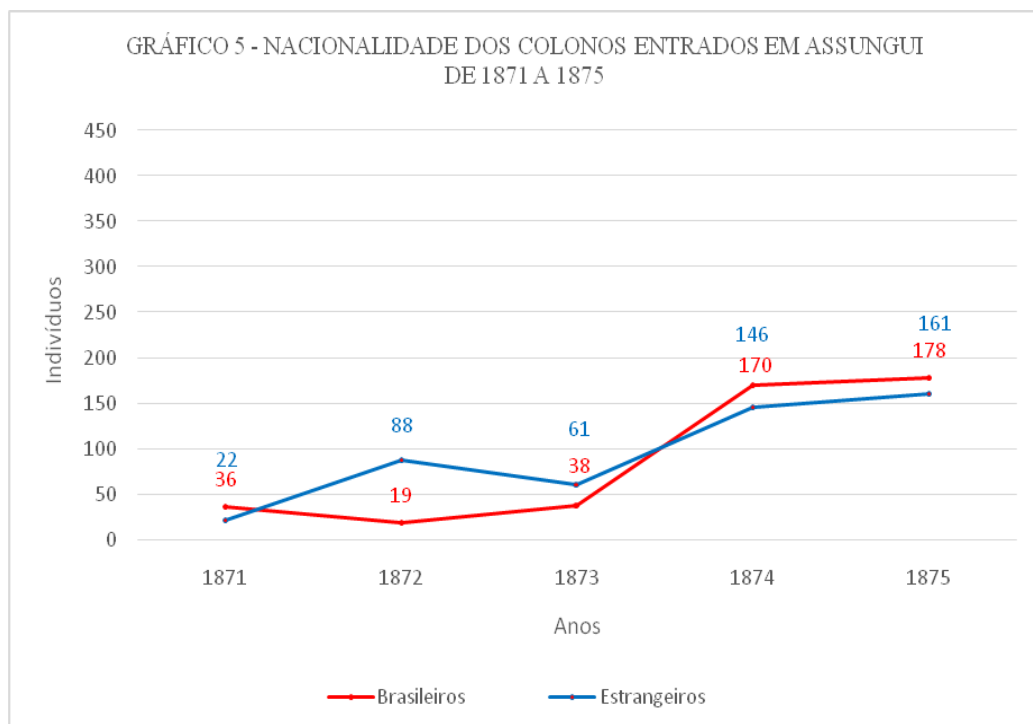


Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Livros de matrículas dos colonos de Assungui.²⁷²



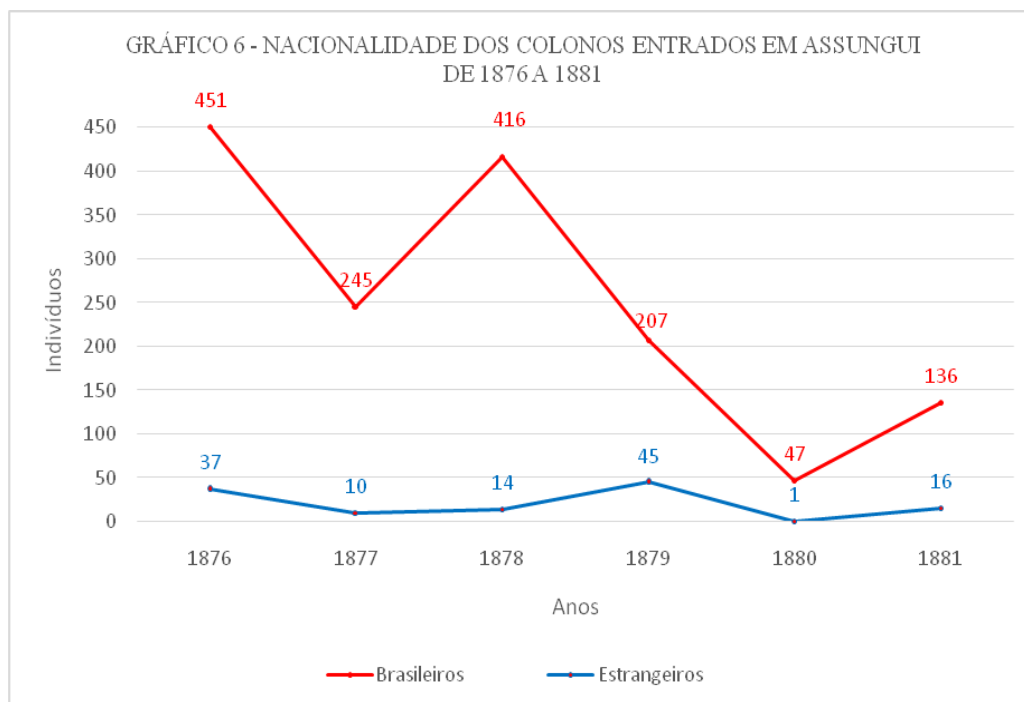
Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Livros de matrículas dos colonos de Assungui.

²⁷² Todas as informações utilizadas para compor os gráficos referentes à entrada de colonos foram retiradas dos Livros de Matrícula dos colonos de Assungui, disponíveis para consulta no Arquivo Público do Paraná, sob as referências: BR PRAPPR PB001 DC069.1021 / BR PRAPPR PB0001 DC 059.383 / BR PRAPPR PB 001 DCO 66.385



Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Livros de matrículas dos colonos de Assungui.

Os gráficos 3, 4 e 5 mostram que de 1869 a 1875 ocorreu uma alternância na intensidade da entrada de brasileiros e estrangeiros na colônia. Verificamos também que nos primeiros cinco anos de existência da colônia, foram matriculados poucos brasileiros, que passaram a ter sua matrícula realizada de maneira mais significativa a partir do ano de 1866. No período de 1866 a 1870, o número de brasileiros e estrangeiros matriculados foi muito semelhante, com pequena preponderância de estrangeiros. A situação começa a se inverter no ano de 1873, quando o número de brasileiros matriculados ultrapassa o de estrangeiros. Essa tendência se mantém até 1875 e, a partir de 1876, a preponderância de brasileiros nas matrículas se efetiva de maneira muito forte, como mostra o gráfico a seguir.



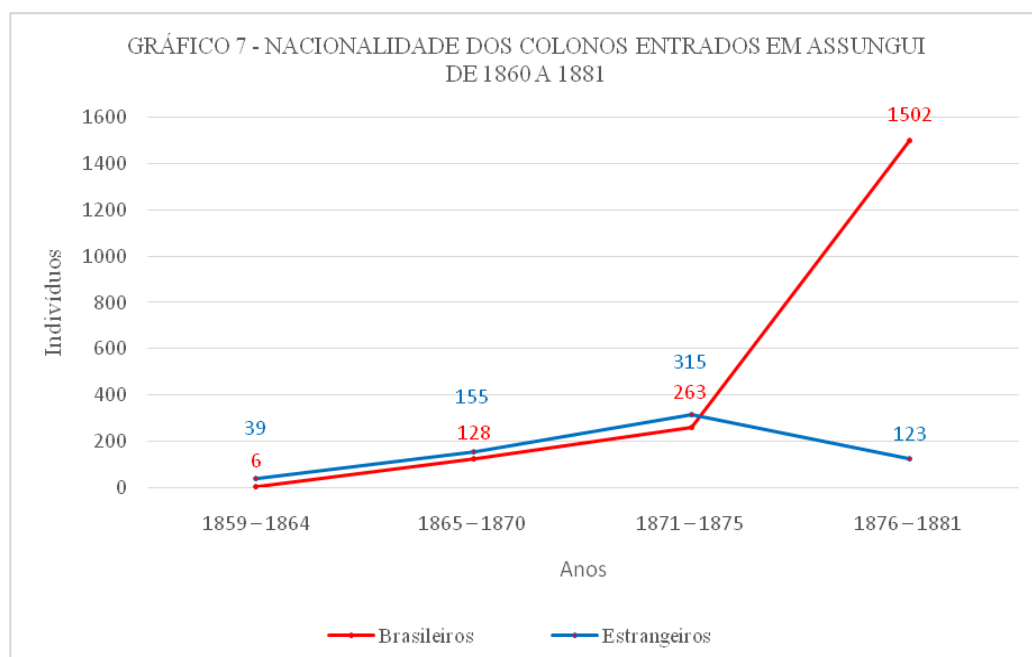
Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Livros de matrículas dos colonos de Assungui.

Conforme já mencionamos, o ano de 1876 foi muito importante para aqueles brasileiros que desejavam se tornar colonos em Assungui. O gráfico nos mostra que este foi o ano com o maior número de “nacionais” sendo matriculados na colônia durante todo o seu período de existência, superando em muito todos os anos anteriores e também o número de imigrantes entrados no mesmo período. E essa tendência seguiu até a emancipação do núcleo em 1882. A grande diferença no número de brasileiros e estrangeiros matriculados na colônia nesse momento, sendo o dos primeiros muito mais significativo que o dos segundos, talvez possa ser explicada pela nova política de colonização que estava sendo implantada pelo presidente Lamenha Lins na província, que organizava a instalação de colônias próximas à capital Curitiba, as quais passaram a receber um grande número de imigrantes, alguns deles, talvez, oriundos de Assungui. Isso fica mais evidente quando atentamos para o fato de que de 1878 a 1882, apenas 29 famílias estrangeiras foram a Assungui, enquanto que o banco de dados de Registros de Imigrantes traz 97.727 registros de desembarques no Porto de Paranaguá, entre 1876 e 1879 e 1885 e 1896.²⁷³

No gráfico abaixo, reunimos as informações da entrada dos colonos, também divididas em períodos de cinco e seis anos. Através dele podemos verificar a mudança

²⁷³ Informação sobre Registros de Imigrantes do Arquivo Público do Paraná: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=78> Acesso em: Maio de 2016

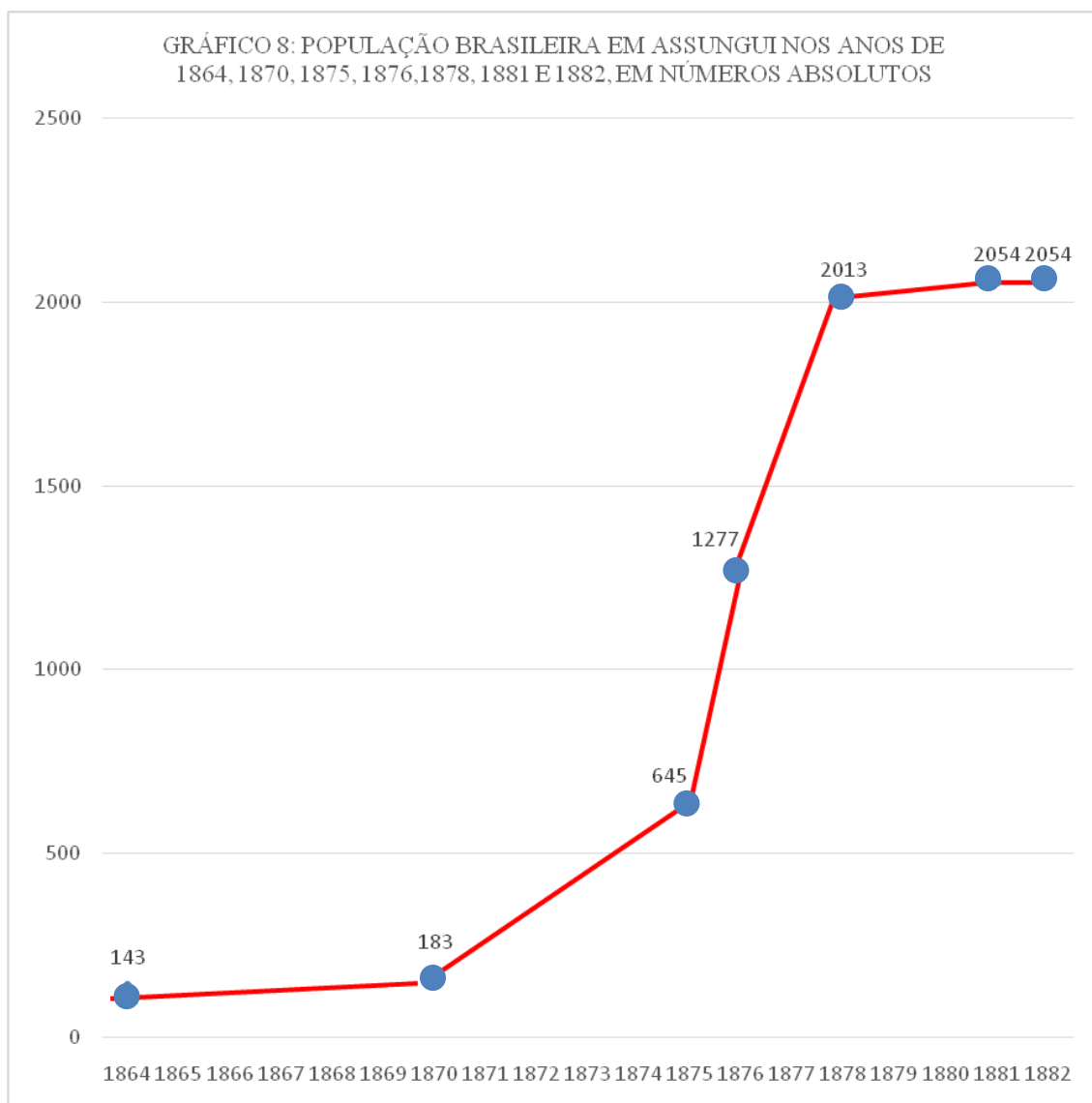
ocorrida a partir de 1876, quando os brasileiros se tornaram protagonistas na colônia, superando em muito o número de imigrantes que chegavam ao núcleo:



Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Livros de matrículas dos colonos de Assungui.

O gráfico a seguir mostra que, além de entrarem em maior quantidade no núcleo que os estrangeiros, os brasileiros permaneciam no território da colônia:²⁷⁴

²⁷⁴ Aparentemente, o número de habitantes brasileiros diminuiu entre os anos de 1878 e 1882. Porém, a informação da fonte não traz um número exato, informando apenas que a colônia tinha “uma população de cerca de 3.000 habitantes, dos quais *dois terços* são nacionais, sendo os demais habitantes alemães em número de 290, ingleses, 250 franceses, 200, suíços, italianos e espanhóis em menor número.” Seguindo a informação da fonte, o número de brasileiros seria de 2000 habitantes (13 a menos que no ano anterior); mas pela maneira com que foram apresentados os dados, podemos inferir que esses números são apenas aproximações. Logo, pode-se considerar que o número de brasileiros nesse intervalo de tempo (1878 – 1882) permaneceu quase inalterado, variando pouco para mais ou para menos. Fonte: Guia do Imigrante para o Império do Brasil pelo Inspetor Geral das terras e colonização. F. de B. e Accioli de Vasconcellos – Tenente Coronel honorário do Exército. Rio de Janeiro, 1884.



Fontes: PARANÁ. Relatório do Presidente da Província. Presidente José Joaquim do Carmo. Curitiba, 18 de Novembro de 1864.

PARANÁ. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Presidente Frederico José Cardoso de Araújo Abranches na Assembléia provincial em 15 de Fevereiro de 1875. Typ. Paranaense, Curitiba, 1875.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Relatório do diretor M. T. ao Presidente Adolpho Lamenha Lins**. Colônia Assungui, 1876. Volume 25, AP. 506. pp. 78-177.

PARANÁ. **Relatório do Presidente da Província do Paraná**. Presidente Joaquim Bento de Oliveira Junior na Assembleia provincial em 07 de Fevereiro de 1878. Typ. Paranaense, Curitiba, 1878.

BRASIL. **Guia do Imigrante para o Império do Brazil pelo Inspetor Geral das terras e colonização**. F. de B. e Accioli de Vasconcellos – Tenente Coronel honorário do Exército. Rio de Janeiro, 1884.

Os dados apresentados até aqui evidenciam a importância que os brasileiros assumiram na ocupação de Assungui. Essa importância, certamente, foi reconhecida pelas autoridades, que passaram a expressar expectativas bem positivas em relação ao “colono ideal” para aquele núcleo colonial, além de buscarem melhorar as condições de inserção e permanência deles na colônia, como veremos a seguir.

2.5 As ações dos governantes diante da inserção de brasileiros na colônia Assungui

Além de ter tido um grande ingresso de colonos brasileiros em Assungui, o ano de 1876 também merece destaque pelas posições favoráveis à fixação deles no núcleo, expressas pelas autoridades provinciais. Por um lado, havia a queixa de que não poucos europeus representavam um enorme gasto ao Estado, sem darem o retorno esperado, retirando-se do núcleo logo após sua chegada ou dedicando-se ao comércio ao invés de cultivar a terra, como deles se esperava. Por outro, havia a exaltação ao colono “nacional”, considerado o primeiro a se dedicar sem medir esforços à limpeza das florestas virgens e à construção de caminhos provisórios, facilitando a vinda dos estrangeiros, sendo também aquele que abastecia os mercados com os gêneros de subsistência através do seu interrupto trabalho.²⁷⁵

Para o diretor da colônia em 1876, o brasileiro era quem “tem sido e será sempre, com seus filhos, aquele que acode a todas as necessidades da Nação”.²⁷⁶ Ainda nesse mesmo ano, o engenheiro Lamoeiro, encarregado pelo governo imperial de proceder os estudos da estrada de rodagem entre a capital e Assungui, considerou medida essencial para o desenvolvimento da colônia o aproveitamento de todo colono brasileiro, que recebendo os mesmos favores dados aos estrangeiros, se tornaria “o meio mais poderoso para o progresso e desenvolvimento da colônia Assungui”.²⁷⁷ A admissão de brasileiros “morigerados e trabalhadores” – termos que eram constantemente usados para descrever os imigrantes – foi defendida também pelo

²⁷⁵ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Relatório do diretor M. T. ao Presidente Lamenha Lins.** Colônia Assungui, 1876. Vol. 25, AP. 506. pp. 78-177.

²⁷⁶ Ibidem.

²⁷⁷ **A Província** – assina Engenheiro Lamoeiro. Curitiba, 13 set, 1876. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=704768&PagFis=146&Pesq=ASSUNGUY>> Acesso em: 03/2014

presidente Lamenha Lins, em 1876, que considerou essa medida sábia e patriótica, além de ser a única salvação possível para Assungui.²⁷⁸

A consideração da adequação dos brasileiros para compor o núcleo, entretanto, não iniciou em 1876. A defesa da pertinência dessa inserção foi expressa desde as primeiras entradas deles na colônia. Logo em Junho de 1861, diante da expectativa dos brasileiros de adquirirem lotes em Assungui, a venda de terrenos no território da colônia para os “nacionais” foi autorizada, e deveria ser feita com “mesmos favores” concedidos aos imigrantes.²⁷⁹ Três meses depois, o diretor da colônia, Joaquim Correa, reforçou o apoio aos brasileiros enviando um comunicado ao Delegado de Terras afirmando que havia ali famílias brasileiras com a intenção de se estabelecerem como colonos, e solicitou “autorização para mandar medir as *parcelas* para os mesmos se estabelecerem desde já, independente de requererem, e sim como se fez aos colonos alemães.”²⁸⁰ O presidente da província na ocasião julgou essa medida de extrema importância, confiando em seus resultados futuros pelo fato de que “as famílias pobres brasileiras conhecem a vantagem da aquisição de terras medidas e livres de contestação.”²⁸¹ Em 1867, foi posto em prática o já citado *Regulamento para as Colônias do Estado*²⁸², que, ao referir-se a “colonos”, não contemplava apenas os estrangeiros, considerando que eles poderiam ser tanto estrangeiros como “nacionais”. Somente os trechos da lei que faziam menção à possibilidade de nacionalização dos estrangeiros é que faziam referência explícita a estes. Certamente, esse regulamento já foi criado levando em consideração os brasileiros que estavam se tornando colonos, fazendo crer que as autoridades administrativas do Império consideravam adequada sua incorporação nos projetos colonizatórios públicos, colocando brasileiros e estrangeiros sob a mesma legislação.

Não só a admissão de colonos “nacionais” em Assungui ocorreu precocemente, como também o reconhecimento de que esta medida era acertada. Quase dez anos depois, a entrada de brasileiros no núcleo já havia aumentado significativamente,

²⁷⁸ PARANÁ. **Relatório do Presidente da Província do Paraná**. Presidente Adolpho Lamenha Lins na Assembleia provincial em 15 de Fevereiro de 1877. Typ. Paranaense, Curitiba, 1877.

²⁷⁹ PARANÁ. **Relatório do Presidente da Província do Paraná**. Presidente Antonio Barbosa Gomes Nogueira na Assembleia provincial em 15 de Fevereiro de 1862. Typ. Paranaense, Curitiba, 1877.

²⁸⁰ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Carta do Diretor Joaquim Correa ao Delegado de Terras**. Curitiba, 1861. PB 001 DCO 52.72.

²⁸¹ PARANÁ. **Relatório do Presidente da Província do Paraná**. Presidente Antonio Barbosa Gomes Nogueira na Assembleia provincial em 15 de Fevereiro de 1862. Typ. Paranaense, Curitiba, 1877.

²⁸² REGULAMENTO PARA AS COLÔNIAS DO ESTADO in PEREIRA, Magnus. **Tess não veio a Curitiba**. Monumenta. Imigração para o Brasil. Ponta Grossa: Aos Quatro Ventos, 1998, pp. 64 – 73.

estando mais uma vez alicerçada pela lei, conforme destacou o Inspetor Sebastião José Cavalcante ao Presidente Lamenha Lins:

Qualquer indivíduo nacional ou estrangeiro, que quiser estabelecer-se como colono no Assungui, tem direito aos mesmos favores que se há dispensado aos imigrantes remetidos pelo governo com destino àquela colônia.²⁸³

Os colonos brasileiros podiam ser admitidos e receber lotes de terra, “sob as condições prescritas no Regulamento de 19 de Janeiro de 1867, uma vez que [fossem] chefes de família e se mostr[assem] por sua moralidade e aptidão, capazes de se dedicarem ativamente ao trabalho rural”,²⁸⁴ ou seja, o mesmo que se esperava dos colonos estrangeiros. Em 1875, diante da intenção de inserção do brasileiro José Ricardo Guimarães Alves, o diretor da colônia solicitou ao presidente Lamenha Lins permissão para autorizar a entrada na colônia dele e de sua família, que pretendia ali se instalar. Em seu pedido, ele argumentou que a permissão atendia o que dispunha o aviso de Junho de 1861, que garantia que os brasileiros fossem admitidos na colônia, com as mesmas condições previstas para os imigrantes. Como disse o diretor Pedro d’Alcântara Buarque, a solicitação, afinal, era de um “chefe de família, desejando fixar sua residência aqui e tendo já mostrado boa intenção de dedicar-se à lavoura”.²⁸⁵ O diretor acreditava que cumprir aquele regulamento era essencial porque Assungui era “colônia mista” e, além disso,

à colonização estrangeira o governo tem, como deve e é sabido, estimulado com convenientes favores, que muitas vezes infelizmente não são aproveitados convenientemente, ao passo que os colonos brasileiros, embora trabalhando em terras alheias como tem acontecido ao peticionário, não tendo recebido estímulo algum do governo, e embora lutando com muitos obstáculos, mostram sempre dedicação à lavoura e colhem dela resultado vantajoso.²⁸⁶

Em resposta, o presidente disse concordar com todas as ponderações feitas pelo diretor da colônia, principalmente porque “tem sido sempre a colônia Assungui considerada mista”, não havendo razão para que os estrangeiros fossem mais

²⁸³ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Ofício do Inspetor Sebastião José Cavalcante ao Presidente Adolpho Lamenha Lins**. Curitiba, 21 jul, 1875. AP 468, Vol. 13. p. 207.

²⁸⁴ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Ofício do Ministro dos negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas para o diretor da colônia Thomas José Coelho de Almeida**. Colônia Assungui. 30 dez, 1876. AP. 529, Vol. 19, p. 173.

²⁸⁵ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Ofício do diretor da Colônia Assungui Pedro d’Alcântara Buarque ao Presidente Lamenha Lins**. Colônia Assungui. 04 nov, 1875. AP 474, Vol. 19, p. 135.

²⁸⁶ Ibidem.

favorecidos que os “nacionais”.²⁸⁷ Tanto o presidente da província, quanto o diretor da colônia eram favoráveis à admissão de brasileiros como colonos em Assungui, nos mesmos termos em que eram admitidos os estrangeiros, afirmando que o núcleo sempre fora misto. Essas declarações nos permitem concluir que, desde o início, os brasileiros já faziam parte dos projetos da colonização no Paraná: a colônia foi pensada para receber imigrantes europeus, porém, os brasileiros não foram descartados; ao contrário, já no primeiro momento em que se mostraram dispostos a participar do projeto, foram incorporados, tendo o respaldo das autoridades governamentais, conforme o presidente Horta de Araujo relatou em 1868, explicando que a colônia se tornara mista legitimamente:

A colônia que a principio foi destinada a estrangeiros tornou-se mista por força do aviso do ministério da agricultura de 6 de junho de 1861 que mandou admitir nacionais, concedendo-lhes os mesmos favores que aqueles²⁸⁸

Sendo assim, Assungui significou para os brasileiros uma oportunidade de se tornarem lavradores proprietários de terra, e para a administração da colônia a inserção desses sujeitos significou uma medida

de sumo proveito, pois que assim estimulados, os brasileiros mais contentes desenvolverão a sua lavoura, apresentarão por isso maior quantidade de produtos aos mercados e consequentemente mais fácil será o pagamento de suas dívidas.²⁸⁹

A concessão de “favores” aos brasileiros pelo governo era considerada um investimento cujo retorno era promissor.²⁹⁰ Instalando-se em Assungui como colonos, eles foram considerados merecedores da mesma, se não maior, atenção ofertada aos estrangeiros.²⁹¹ É preciso considerar que nesse período – meados dos anos 1870 – o projeto de fixar imigrantes nos arredores de Curitiba, para produzirem gêneros alimentícios em pequenas propriedades já estava em pleno curso. Núcleos formados no rocio da capital, ou por iniciativa dos próprios colonos ou por impulso do governo, começaram a se desenvolver, sendo “causa essencial desse esplêndido resultado, a

²⁸⁷ Ibidem.

²⁸⁸ PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná**, Presidente Bacharel José Feliciano Horta de Araujo na Assembléia provincial em 15 de Fevereiro de 1868. Typ. Paranaense, Curitiba, 1868.

²⁸⁹ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Relatório do diretor M. T. ao Presidente Lamenha Lins**. Colônia Assungui, 1876. Vol. 25, AP. 506. pp. 78-177.

²⁹⁰ Ibidem.

²⁹¹ Ibidem.

proximidade em que esta[va] o colono de um grande centro populoso”.²⁹² Lamenha Lins, presidente responsável por dinamizar a implementação de núcleos próximos à capital, formando o chamado “cinturão verde”,²⁹³ considerou que

o progresso e bem estar que se nota no núcleos que fundei nos arredores desta cidade, são provas suficientes das vantagens do sistema que tenho adotado [ficando o colono] perfeitamente estabelecido e habilitado a dedicar-se à lavoura e à indústria certo de que encontra mercado fácil para vender o produto de seu trabalho.²⁹⁴

Assim, ainda mais importante se tornava a participação de brasileiros em uma colônia mais distante do centro urbano, como era Assungui.

Considerava-se necessário que o governo dispensasse “os maiores esforços para chamar ao Assungui, mediante favores conhecidos, o maior número de colonos nacionais.” As autoridades chegaram a argumentar que os terrenos da colônia, por serem em sua maior parte acidentados e cobertos de matas virgens, eram mais apropriados para a cultura brasileira.²⁹⁵ Logo em 1867, o presidente Cesar Burlamaque julgou que a colônia estaria em estado próspero

se o pessoal que nela se dedica a agricultura fosse composto unicamente de nacionais, os quais, pelo hábito em que estão, possuem a indispensável prática dos serviços das matas.²⁹⁶

E levando em conta que o europeu não sabia fazer a derrubada das pesadas matas virgens, o engenheiro Lamoeira afirma que

não podemos deixar de notar que o colono nacional, principalmente sob esse ponto de vista, é indispensável no Assungui, e que a prosperidade desse estabelecimento a eles muito deverá.²⁹⁷

²⁹² PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná**, Presidente Frederico José Cardoso de Araújo Abranches na Assembléia provincial em 15 de Fevereiro de 1875. Typ. Paranaense, Curitiba, 1875.

²⁹³ SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. **Vida material, vida econômica**. Curitiba: SEED, 2001. p. 80.

²⁹⁴ PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná**, Presidente Adolpho Lamenha Lins na Assembléia provincial em 15 de Fevereiro de 1876. Typ. Paranaense, Curitiba, 1876.

²⁹⁵ **A Província** – assina Engenheiro Lamoeiro. Curitiba, 13 set, 1876. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=704768&PagFis=146&Pesq=ASSUNGUY>> Acesso em: 03/2014

²⁹⁶ PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná**, Presidente Polidoro Cezar Burlamaque na Assembléia provincial em 15 de Março de 1867. Typ. Paranaense, Curitiba, 1867.

²⁹⁷ **A Província** – assina Engenheiro Lamoeiro. Curitiba, 13 set, 1876. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=704768&PagFis=146&Pesq=ASSUNGUY>> Acesso em: 03/2014

O engenheiro considerava ainda errônea a ideia de que Assungui não prosperava pelo relevo acidentado de seus terrenos, queixa muito recorrente entre os colonos estrangeiros. Justificava seu argumento afirmando que os esplêndidos cafezais de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais eram “plantados em encostas inclinadíssimas, os terrenos acidentadíssimos, e o solo preparado ou pelo braço escravo ou pelo nacional com o simples emprego de rudimentares instrumentos”, sem a utilização do arado. Ele questionava se estaria

então a província do Paraná tão adiantada, em tão grau de prosperidade, que julgue desdouro lavrar os seus terrenos empregando a tradicional enxada que até hoje tem produzido a riqueza da nossa pátria?

Não acreditava nisso, da mesma forma que não achava correto considerar os terrenos de Assungui como sendo de difícil manuseio devido a sua característica montanhosa, que não permitia o uso do arado. Para ele, isso constituía “uma das razões mais poderosas porque julgamos um dos meios de salvação e prosperidade para a colônia do Assungui o estabelecimento em grande escala dos colonos nacionais.”²⁹⁸ O próprio Cônsul inglês Lennon Hunt, em sua visita de inspeção da colônia, afirmou que os brasileiros “não eram tolos [...] Eles selecionam e limpam um pedaço da floresta, queimam a mata rasteira, e uma ou duas colheitas maravilhosas são feitas”, ou seja, sabiam como melhor cultivar as terras de Assungui.²⁹⁹

Em 1876, o jornal *A Província* publicou o discurso do diretor da colônia. A análise que esta autoridade fez sobre o processo de colonização que estava sendo posto em prática em Assungui e no Paraná em geral, é muito esclarecedora e importante para melhor problematizarmos o papel do brasileiro no mesmo. Diz ele:

Pela palavra colonizar geralmente se entende o povoamento do país por estrangeiros. Não foi nessa estrita acepção que a empregamos no princípio desse toco escrito. O termo colono não significa só novo povoador, mas também agricultor.³⁰⁰

E tendo essa percepção sobre quem seria “colono”, continua:

²⁹⁸ Ibidem.

²⁹⁹ PEREIRA, Magnus (ORG). 1998. op. cit. p. 25.

³⁰⁰ **A Província.** Curitiba, 09 jan, 1876. p. 01. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=704768&PagFis=146&Pesq=ASSUNGUY>> Acesso em: 12 de Março de 2015.

Reunir nacionais dispersos, constituindo-os em centros de atividade e trabalho; dar-lhes estradas que facilitem suas permutas; elevá-los a seus próprios olhos na escala social e moral, também é colonizar, também é promover o desenvolvimento da população do país. Não é isto uma quimera que inventamos: é um fato afirmado pela ciência psicológica, pela economia e comprovado pela estatística.³⁰¹

Indo além, o diretor considerava que era preciso conter a colonização estrangeira, não permitindo que esta se tornasse uma invasão. Era preciso que o “elemento nacional” preponderasse, sendo ele o responsável por mostrar ao imigrante quais as culturas mais adequadas à terra da província, quais eram os costumes e qual era o estilo de vida da sociedade brasileira. A criação de núcleos nacionais acarretaria benefícios incalculáveis para a prosperidade da pátria.³⁰² A imigração, por sua vez, deveria ser freada, contendo-se os significativos gastos que ela trazia ao governo. Para o diretor, era preciso “mudarmos de rumo, e de não empenharmo-nos tão diretamente numa imigração que cada vez mais se mostra esquiva.”³⁰³ A colonização “nacional” não deveria apenas ser encorajada efetivamente no núcleo Assungui, mas sim ser ensaiada em todo o Brasil.³⁰⁴

Então, a percepção de que os brasileiros seriam mais aptos a desenvolver a agricultura em Assungui chegou a levar o diretor da colônia a propor uma reformulação no próprio conceito de colono. E os dados apontam que realmente os colonos “nacionais” acabaram tomando o lugar que fora dantes reservado aos imigrantes. Isso não passara despercebido pelas autoridades. Sendo esta a realidade de Assungui, alguns desses homens do governo passaram a ponderar quem seria o colono ideal para aquele núcleo, levando muitos à conclusão de que, apesar da intenção inicial de criar um núcleo para estrangeiros, eram os brasileiros os mais preparados para levar a colônia ao progresso. E são esses colonos “nacionais” que caracterizaremos no próximo capítulo.

³⁰¹ Ibidem.

³⁰² Ibidem.

³⁰³ Ibidem.

³⁰⁴ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Relatório do diretor M. T. ao Presidente Lamenha Lins.** Colônia Assungui, 1876. Vol. 25, AP. 506. pp. 78-177.

3 ASSUNGUI: UMA COLÔNIA DE BRASILEIROS

Como vimos no capítulo anterior, os brasileiros passaram a integrar a colônia Assungui desde o início de seu funcionamento. Em 1862, alguns já haviam ali se instalado e passaram a constar nas matrículas de forma mais significativa a partir de 1874.

Neste capítulo procuraremos caracterizar esses sujeitos, as famílias que compunham, a condição econômica que tinham, entre outras características. Tudo indica que vários brasileiros viram na colônia uma oportunidade de se tornarem proprietários de terras, diminuindo a precariedade das suas condições. Outros se instalaram na colônia para aumentar seu prestígio e suas posses.

Trataremos também das sociabilidades que os colonos brasileiros estabeleceram entre si e com os estrangeiros, bem como as relações entre eles e poder público provincial.

3.1 Origens da população “nacional” de Assungui

Os documentos que consultamos para essa pesquisa não permitem caracterizar a colônia ao longo do tempo. Um dos relatórios do diretor, elaborado em 1876, entretanto, fornece detalhes de como se organizava a colônia nesse ano. Havia, então, no núcleo três escolas, sendo uma para o sexo masculino, uma para o feminino e uma mista. Nelas estavam matriculadas 94 crianças no total, sendo 53 meninos e 41 meninas, mas a frequência média registrada era de apenas 24 meninos e 10 meninas. Dessas escolas, duas eram públicas e uma particular. Havia 11 casas de negócios, oito olarias, dois fornos de cal, empregando de duas a cinco pessoas cada um. O valor atingido pelos gêneros produzido no ano de 1875 havia sido de 35:000\$000. Na agricultura, a produção estava voltada especialmente para os gêneros milho, feijão, cana, café, fumo, arroz, uva, algodão, batata e mandioca. A produção do ano de 1875 foi de 1.800 litros de arroz, 15 mil litros de batatas, 256 quilos de café, 35.638 litros de aguardente, 32.600 litros de feijão, 896 quilos de fumo, 200 quilos de algodão e 439.600 litros de milho. Para auxiliar na produção existiam 78 monjolos, três rodas d'água, quatro arados, um engenho de serra, cinco debulhadores de milho e seis rodas de solar mandioca.

Além da agricultura, os colonos também estavam engajados em outras profissões, havendo na colônia 21 carpinteiros, 14 pedreiros, quatro pintores, 13 oleiros, 26 serradores, dois serralheiros, dois alfaiates, um seleiro, seis sapateiros, dois tanoeiros, seis ferreiros, quatro marceneiros, quatro carnicheiros, dois ourives, três barbeiros, oito charuteiros e um relojoeiro. Quanto ao transporte de mercadorias, eram utilizados cargueiros, totalizando doze carros, sendo dez de duas rodas e dois de quatro rodas. Eram utilizados de 200 a 300 animais nesse transporte. Os mercados mais próximos à colônia eram Curitiba, Viela do Apiaí, Jaguariaíva e Castro.³⁰⁵ Nos dias atuais essas localidades distam respectivamente de Cerro Azul (designação que Assungui recebeu após a emancipação), aproximadamente: 100 km, 54,83 km, 80,39 km e 75,8 km, em linha reta.³⁰⁶ É difícil sabermos as distâncias a serem cumpridas na época, mas, como vimos, o deslocamento não era fácil, pois foram constantes as referências às dificuldades de locomoção em razão da inexistência ou má qualidade das estradas.

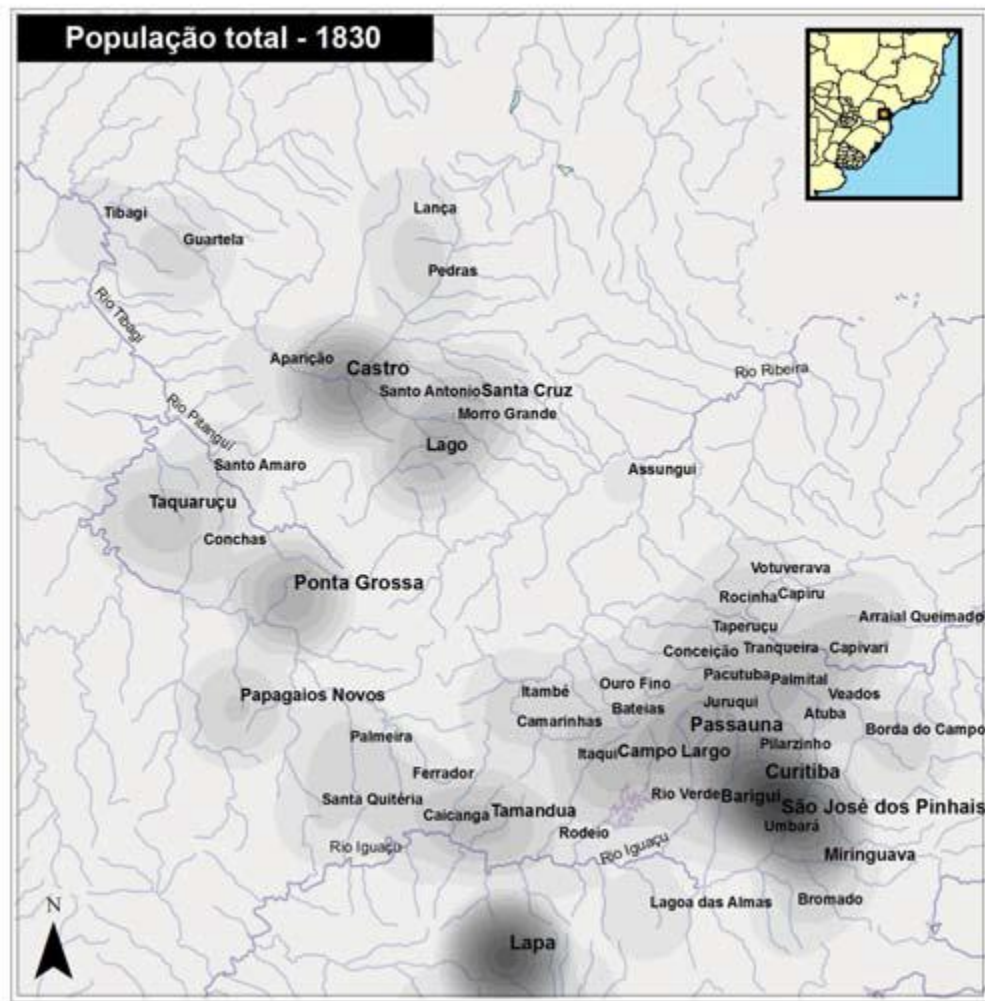
Havia uma diversidade de atividades que eram realizadas no núcleo, por colonos estrangeiros e brasileiros. A respeito desses últimos, a documentação consultada para realização desse trabalho não permitiu identificar com precisão a sua origem, por isso, formulamos algumas conjecturas, a partir das fontes coevas e de estudos já realizados sobre a região. Um desses estudos foi feito por Leonardo Brandão Barleta,³⁰⁷ que reconstituiu a distribuição populacional no Paraná no período de 1765 a 1830, antes da chegada dos imigrantes. Tal estudo mostra que o chamado sertão do Assungui era povoado por um pequeno número de habitantes, sendo uma das regiões com ocupação menos densa.

³⁰⁵ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Relatório do diretor M. T. ao Presidente Lamenha Lins.** Colônia Assungui, 1876. Vol. 25, AP. 506. pp. 78-177.

³⁰⁶ As distâncias aqui apresentadas se referem aos dias atuais, em linha reta. <<http://br.distanciadades.com/>>. Acesso em: 15 jun, 2016.

³⁰⁷ BARLETA, L. B. Cartografando indivíduos do passado colonial: O uso do Historical GIS na reconstituição da distribuição populacional no Paraná Tradicional (1765 1830). Revista Vernáculo, n. 23 e 24, 2009.

Mapa 2 – Mapa demonstrando a distribuição da população da *região de Curitiba* em 1830



Fonte: BARLETA, Leonardo Brandão. **Cartografando indivíduos do passado colonial: O uso do Historical GIS na reconstituição da distribuição populacional no Paraná Tradicional (1765 1830).** Revista Vernáculo, n. 23 e 24, 2009.

A partir do estudo de Barleta, podemos inferir que ao menos parte dos brasileiros que se tornaram colonos em Assungui fossem indivíduos que já habitavam na região, em áreas próximas ao núcleo que se formou. Outro indício que temos de que alguns daqueles brasileiros que vieram a se tornar colonos já poderiam ser habitantes da área onde foi construído o núcleo de Assungui é a menção feita pelo presidente Francisco Liberato de Mattos, em 1858, sobre a demarcação dos territórios que viriam a formar a colônia. Ao justificar a escolha dos limites do segundo território do núcleo, ele afirmou que o fez porque o terreno do rio para baixo era de melhor qualidade e tinha abundância de água, ao contrário de outras áreas próximas, que eram chamadas pelas

“as pessoas do lugar de terra caíva”.³⁰⁸ Essa população local, que de alguma forma auxiliou na escolha dos territórios da colônia por conhecerem a qualidade das terras, foi também observada por Lamenha Lins, em 1876. Segundo o presidente da província, na época em que estavam sendo feitas as demarcações, ou seja, antes que a colônia se constituísse, o local estava em grande parte povoado por brasileiros. O diretor que então coordenava o processo de medição havia registrado que alguns deles já haviam solicitado e obtido a posse do terreno, tendo então domínio legítimo sobre ele. Outros, porém, apenas se apossaram como “intrusos” e “usufruíam ilegalmente” das áreas que cultivavam, fato que analisaremos adiante.³⁰⁹ Ou seja, é possível inferir que alguns dos colonos brasileiros de Assungui eram sujeitos que já habitavam nas redondezas ou no próprio território onde se formou a colônia.

Segundo informou o diretor de Assungui em 1877, outros brasileiros migravam para o núcleo em busca de terras mais férteis do que as que dispunham em sua região de origem:

o sertão do Assungui, dentro em poucos anos, estará tomado e beneficiado pelas centenas de famílias paisanas de outros bairros, possuidores de terras cansadas, que já hoje vêm tirarem [sic] em terras novas e fecundas, resultado melhor de seus trabalhos.³¹⁰

Esses agricultores estavam habituados ao sistema de rotação de terras, cuja fertilidade se esgotava rapidamente pela maneira intensiva com que eram cultivadas. O sistema agrícola que utilizavam era baseado na queima da mata, no cultivo da clareira durante alguns anos, para depois deixá-la em descanso, transformando-a em vegetação secundária, enquanto se faziam novas derrubadas em outras matas, reiniciando o ciclo. Esses ciclos se repetiam até que o solo não produzisse mais satisfatoriamente³¹¹ e os agricultores percebessem que eram “possuidores de terras cansadas”. De acordo com Oliveira Viana, os moradores do domínio rural, desligados dos grandes latifúndios,

³⁰⁸ PARANÁ, **Relatório do Presidente de Província do Paraná**, Presidente Francisco Liberato de Mattos, na Assembléia provincial em 07 de Janeiro de 1858. Typ. Paranaense, Curitiba, 1858. O termo “caíva” não foi localizado nos dicionários do XVIII e XIX - Bluteau, Silva Pinto e Moraes Silva. De acordo com o dicionário Houaiss da Língua Portuguesa o termo “caíva” significa “terreno carrascoso, impróprio para cultura”. HOUAISS, Antonio. VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Editora: Objetiva, 1ª edição. 2009.

³⁰⁹ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Relatório do diretor M. T. ao Presidente Lamenha Lins**. Colônia Assungui, 1876. Vol. 25, AP. 506. pp. 78-177.

³¹⁰ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Relatório do diretor interino Maurílio Moreira de Magalhães Sampaio ao Presidente Joaquim Bento d'Oliveira Júnior**. Colônia Assungui. 31 dez, 1877. Vol. 8, AP 528. pp. 04/44

³¹¹ MARTINS, W. op. cit. p. 45.

eram “mal fixos à terra e instáveis”, tendo a “infixidez” como sua principal condição econômica, o que os impulsionava a emigrar em busca de situação melhor.³¹² Além disso, conforme apontou Saint-Hilaire, havia também uma tendência de os habitantes dos sertões se fixarem nos arredores das terras de algum fazendeiro ou agricultor mais poderoso, garantindo assim maior segurança, já que temiam possíveis ataques de indígenas.³¹³ Dessa forma, a colônia como um todo significaria também proteção ao caboclo, que estaria, enquanto colono, amparado pelo governo provincial.

Os brasileiros que se inseriram no núcleo poderiam, ainda, ter se deslocado de outras províncias. De maneira geral, sabemos que brasileiros de qualquer lugar do império eram aceitos na colônia. As autoridades afirmavam que qualquer colono, “vindo espontaneamente do estrangeiro ou de qualquer parte do Império”, deveria receber os mesmos favores dados àqueles que assinaram previamente contrato com o governo.³¹⁴ Em 1877, diante da dificuldade de adaptação dos imigrantes europeus e da sua consequente evasão do núcleo, o diretor Maurílio Moreira de Magalhães Sampaio acreditava ser necessário colocar em prática aquilo que considerou como sendo uma sábia e patriótica medida tomada pelo Ministro da Agricultura, que foi a de mandar favorecer e admitir como colonos os brasileiros “morigerados e trabalhadores” que quisessem ali se estabelecer. Para ele, uma das soluções para os problemas da colônia estaria, juntamente com a construção de estradas, na convocação de brasileiros de outras partes do império para se tornarem colonos em Assungui. Referindo-se certamente à condição difícil enfrentada pela província do Ceará, acometida por uma seca de grandes proporções que provocou a emigração de um grande número de pessoas,³¹⁵ o diretor considerou:

convide-se a nossos irmãos que hoje no Norte morrem à fome, desse-lhes terras e todos os favores concedidos aos colonos europeus, que o governo não se arrependerá e em breve veremos esta abençoada [ileg] atingir o fim desejado.³¹⁶

³¹² VIANNA, O. op. cit. p. 70.

³¹³ SAINT-HILAIRE, A. de. op. cit. p. 60.

³¹⁴ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Ofício do inspetor Sebastião José Cavalcante ao Presidente Lamenha Lins**. Curitiba, 17 jun, 1875. Ap 466, Vol. 11. p. 177.

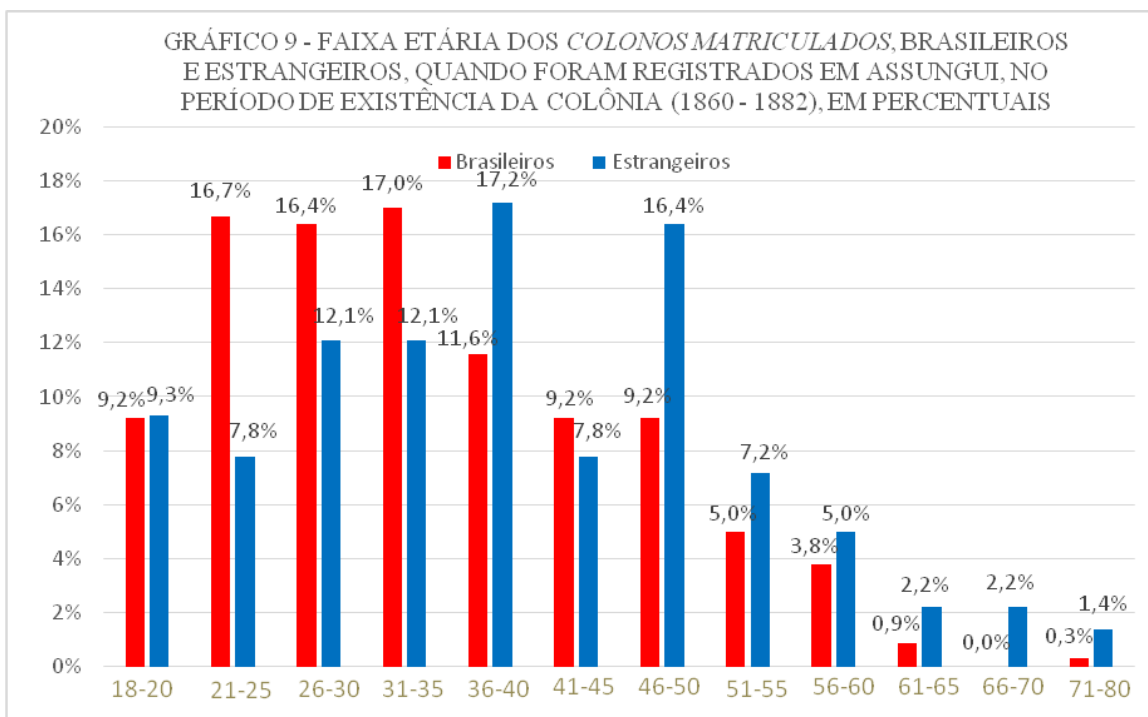
³¹⁵ MAIA, J. C. **Exilados da fome: seca e migração no Ceará Oitocentista**. Dissertação (Mestrado pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro). Seropédica, 2015.

³¹⁶ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Relatório do diretor interino Maurílio Moreira de Magalhães Sampaio ao Presidente Joaquim Bento d'Oliveira Júnior**. Colônia Assungui. 31 dez, 1877. AP. 528, Vol. 18, pp. 4-44.

Apesar de as fontes não informarem com exatidão a origem dos brasileiros que se tornavam colonos de Assungui, elas apresentaram indícios de que esses sujeitos eram possivelmente pessoas que já habitavam o território no qual foi fundada a colônia, que vinham de localidades próximas ao núcleo ou de outras localidades da província. Sabemos também que aqueles brasileiros de outras partes do império que quisessem se estabelecer como colonos em Assungui eram recebidos e dispunham das mesmas condições que eram facultadas aos brasileiros paranaenses e os estrangeiros. Esses brasileiros, moradores de localidades próximas, vindos de variados lugares da província e do império, começaram a se inserir na colônia de Assungui desde as medições dos terrenos para a fundação do núcleo oficial, sendo posteriormente aceitos como colonos, com sua situação totalmente legalizada.

3.2 Brasileiros em Assungui: algumas características

Para a caracterização dessa população de brasileiros que integrou o núcleo colonial de Assungui, utilizamos livros de matrículas realizadas pelos diretores da colônia. A imagem abaixo ilustra como era esse documento, que se manteve da mesma forma ao longo de toda a existência da colônia.



Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Livros de Matrículas dos colonos de Assungui.

Um aspecto interessante que o gráfico demonstra é que os chefes de família e indivíduos solteiros brasileiros,³¹⁷ quando deram entrada na colônia, estavam em faixa etária de grande capacidade produtiva: 70,9% deles tinham entre 18 e 40 anos. Entre os estrangeiros, uma porcentagem menor (58,5%) ocupava essa faixa etária quando ingressaram no núcleo. Quando se considera os que tinham idade mais avançada, essa relação se inverte: entre os estrangeiros, 42,2% tinham mais de 40 anos, enquanto 28,4% dos brasileiros estavam nessa faixa etária ao entrarem no núcleo. Assim, pode-se considerar que a maioria dos chefes de família e dos solteiros, tanto brasileiros como estrangeiros, fora matriculada na colônia quando tinha, do ponto de vista etário, grande capacidade produtiva havendo, entretanto, uma vantagem dos brasileiros nesse sentido.

Dentre os *colonos matriculados* brasileiros que de 1860 a 1882 entraram na colônia, 23,2% deles eram solteiros, com idade predominantemente entre 18 e 25 anos, tendo, portanto, grande capacidade produtiva. Mas a maior parte dos *colonos matriculados* brasileiros, quando foram registrados em Assungui, era composta por indivíduos casados – 67,5%. Os imigrantes casados também eram maioria quando foram matriculados na colônia: 65,2%, enquanto 20,6% eram solteiros. Entraram

³¹⁷ Ao quantificar essa categoria que estamos chamando de “chefes de família”, inserimos também mulheres solteiras e viúvas, sobre as quais falaremos adiante, embora às vezes o termo esteja referido no masculino, tomado aqui, como elemento neutro.

também em Assungui colonos viúvos e colonas viúvas; 6% dos brasileiros que entraram eram viúvos ou viúvas e 6,1% dos estrangeiros que entraram tinham esse estado civil. A tabela a seguir expressa o estado civil dos colonos quando eles foram matriculados em Assungui, considerando sua origem:

TABELA 2 – ESTADO CIVIL QUE TINHAM OS <i>COLONOS MATRICULADOS</i> BRASILEIROS E OS ESTRANGEIROS QUANDO FORAM REGISTRADOS EM ASSUNGUI (1860 – 1882)			
Nacionalidade	Estado civil	Números absolutos	Números percentuais
Brasileiros	Casados	314	67,5% %
	Solteiros	108*	23,2%
	Viúvos	28**	6%
	Sem informação	15	3,2%
	TOTAL	465	100%
Estrangeiros	Casados	139	65,2%
	Solteiros	44***	20,6%
	Viúvos	13****	6,1%
	Sem informação	17	8%
	TOTAL	213	100%

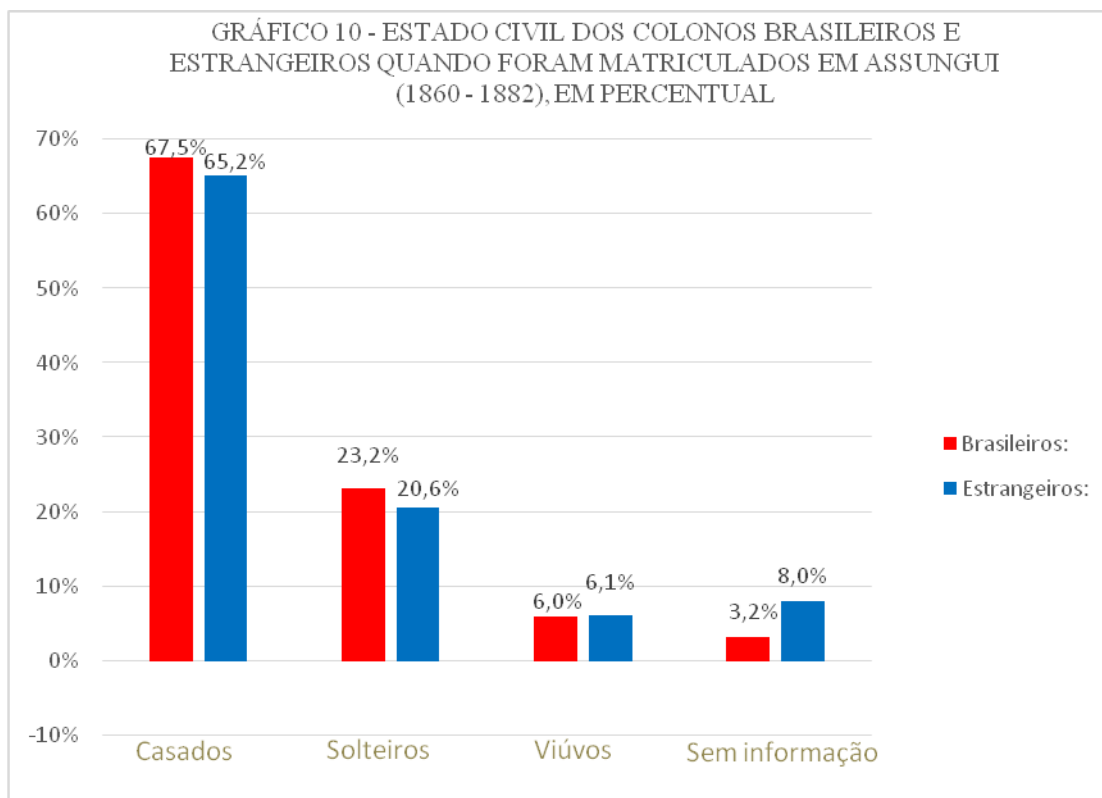
* - Entre esses, nove são mulheres.

** - Entre esses, quatorze são mulheres.

*** - Entre esses, uma é mulher.

**** - Entre esses, sete são mulheres.

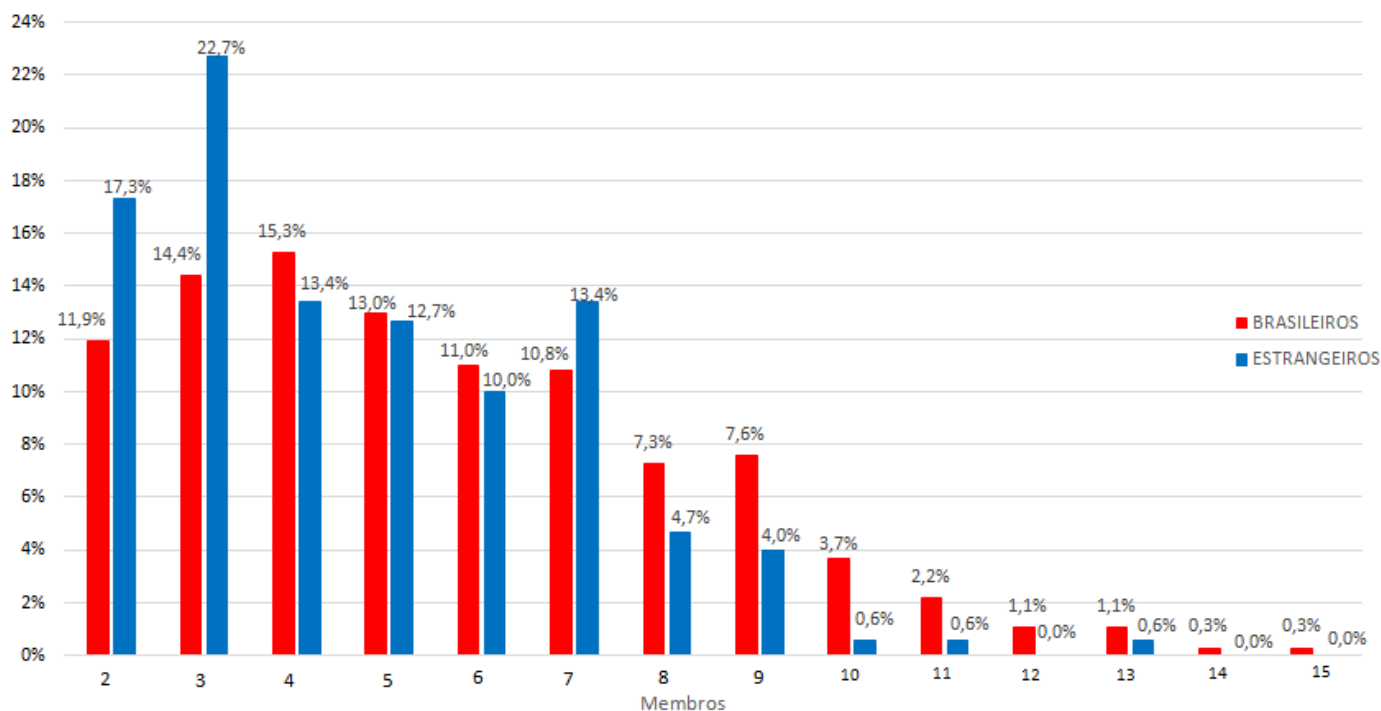
Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Livros de Matrículas dos colonos de Assungui.



Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Livros de Matrículas dos colonos de Assungui.

A tabela e, ainda mais o gráfico, evidenciam que, no que diz respeito ao estado civil, o grupo de *colonos matriculados* “nacionais” se assemelha bastante ao estrangeiro, sendo a maioria casados, com famílias constituídas. O gráfico abaixo procura caracterizar o tamanho dessas famílias, no momento em que foram matriculadas na colônia:

GRÁFICO 11 - Número de membros das famílias de estrangeiros e de brasileiros quando foram matriculados na colônia Assungui (1860-1888)



Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Livros de Matrículas dos colonos de Assungui.

O gráfico evidencia que 73,6% das famílias brasileiras, quando foram registradas em Assungui, tinham quatro membros ou mais. Dentre as estrangeiras, 60% das famílias estavam nessa faixa de configuração quando foram registradas na colônia. Assim, pode-se considerar que as famílias mais numerosas foram um pouco mais frequentes entre as brasileiras que se matricularam na colônia no período de sua existência. É difícil fazer uma interpretação desses dados em relação à capacidade produtiva da família quando deu entrada na colônia, sem considerar a idade de seus membros, pois, dependendo da idade da prole ou do número de idosos, a capacidade de trabalho e o índice de consumo se alterariam significativamente.

As famílias de dois membros matriculadas em Assungui eram formadas, na grande maioria (aproximadamente 85%), por casais. Outras dessas famílias de dois membros eram formadas, por exemplo, por mãe e filho, como as dos brasileiros Agostinho de Almeida³¹⁸ - solteiro, de 26 anos de idade - e de Graciano Ortiz³¹⁹ -

³¹⁸ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Livro de matrículas da colônia Assungui. Códice 385 - PB 001 DCO 059.383. Registro/página: nº 255.

³¹⁹ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Livro de matrículas da colônia Assungui. Códice 385 - PB 001 DCO 66.385. Registro/página: nº 53.

solteiro, de 30 anos de idade, que chegaram à colônia acompanhados apenas por suas mães. A família do francês Jacob Josier,³²⁰ solteiro, de 50 anos, por exemplo, era formada por ele e seu afilhado de 20 anos. A do brasileiro José Claudino de Brito³²¹ era composta por ele e sua cunhada Margarida. Em raros casos (apenas oito, de um total de 73), a relação parental não era discriminada na matrícula, mas para efeito de quantificação, consideramos que formavam um núcleo familiar.

Mais comum, entretanto, foram as matrículas de famílias com filhos. Essas, juntamente com as compostas apenas por casal ou grupo formado por outra relação parental, formavam aquilo que Peter Laslett³²² classificou como sendo “domicílios simples”, em oposição aos conceitos de família extensa e domicílio múltiplo.

Apesar do predomínio dos domicílios simples, também havia na colônia algumas famílias que se encaixam nos conceitos de família extensa. Este se refere a famílias conjugais, às quais se juntavam outros parentes, além dos filhos do casal. São lares bastante semelhantes aos domicílios simples, mas abrigam mais indivíduos. Na colônia, encontravam-se famílias nucleares que acolhiam pais e mães, irmãos e sobrinhos em suas casas. Assim era a família chefiada pelo brasileiro Francisco de Paula Guimarães Alves,³²³ que, além da esposa Maria e de seu filho, abrigava mais sete membros: seus sogros, dois cunhados, duas cunhadas e um escravo de 45 anos.

As famílias podiam também contar com agregados. A agregação foi uma ocorrência constante em toda a América Portuguesa. Oliveira Viana observou, em relação aos agregados, que “não sendo operário do latifúndio, nem podendo ser também proprietário, o colono livre, de condição plebeia, não t[inha] outra situação senão a de foreiro ou arrendatário.”³²⁴ Existem diferentes definições para o conceito de agregado. Franco Neto considerou que poderiam ser moradores da terra de outrem, vivendo por sua própria conta, com esquemas particulares de dependência em relação ao proprietário.³²⁵ Poderia também ser um amigo ou parente sem condições financeiras de sustento ou até mesmo um escravo alforriado; enfim, uma de suas principais

³²⁰ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Livro de matrículas da colônia Assungui**. Códice 385 - PB 001 DCO 66.385. Registro/página: nº 23.

³²¹ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Livro de matrículas da colônia Assungui**. Códice 385 - PB 001 DCO 66.385. Registro/página: nº 02.

³²² LASLETT, P. **Household and family in past time**. Cambridge, Cambridge University Press, 1972.

³²³ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Livro de matrículas da colônia Assungui**. Códice 385 - PB 001 DCO 66.385. Registro/página: nº 52.

³²⁴ VIANNA, Oliveira. op. cit. p. 67.

³²⁵ NETTO, Fernando Franco. **População em área de fronteira**: Guarapuava – Século XIX. XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, em Caxambú – MG. 2006

características era a de não ter a posse de nenhuma pequena porção de terra ou moradia, usufruindo da permissão do proprietário para morar e lavrar a terra sem qualquer pagamento, salvo no caso de algum acordo para prestação de serviços.³²⁶ Muitas vezes eram sujeitos que se incorporavam a domicílios já constituídos, passando a manter com o chefe da família principal um relacionamento de caráter pessoal, que poderia assumir diferentes formas.³²⁷ Além dessas diversas definições, parece que existiam diferentes tipos de sujeitos que foram considerados pertencentes a esta categoria em Assungui, variando desde crianças de pouca idade a famílias inteiras. E de acordo com Carlos Bacellar, era justamente essa variedade que caracterizava a categoria do agregado: poderiam ser indivíduos solitários e extremamente pobres e desenraizados; mas, conforme verificamos em Assungui, poderiam ser chefes de família que tinham, inclusive, um ou dois escravos. Como também verificado em Assungui, o *status* do agregado no interior de um domicílio ou de uma propriedade também variava: ele poderia ser um idoso, um inválido ou uma mulher sozinha com filhos pequenos; poderia ser um filho recém-casado, um irmão ou o pai do chefe do domicílio ou, ainda, um imigrante recém-chegado à espera de oportunidade de ascensão social.³²⁸ O agregado se caracteriza também por ser altamente móvel, instável, e em geral pobre, mesmo possuindo escravos.³²⁹ Dessa forma, a agregação se dava principalmente quando os sujeitos não encontravam condições de se estabelecer autonomamente, buscando trocar trabalho por teto e comida, ou instalar-se “de favor” em terras de outrem.³³⁰

Na colônia Assungui, 43 famílias, quando se matricularam, possuíam agregados. Trinta e três delas eram famílias brasileiras e 10 eram estrangeiras. Esses agregados podiam ser crianças. Matriculara-se, por exemplo, em 1876, a família de Pedro dos Santos Dias,³³¹ que, além de sua esposa Bárbara e dos seus três filhos, tinha como agregado Rufino, um menino de 10 anos. É também o caso do brasileiro Francisco das

³²⁶ GUTIÉRREZ, H. **A estrutura fundiária do Paraná antes da imigração**. In: Estudos de História, Franca, Vol. 08, n. 2, pp. 209-231, 2001. p. 225.

³²⁷ COSTA, I. D. N. **Por uma definição abrangente da categoria Agregado**. Boletim de História Demográfica, São Paulo, FEA-USP, 1 (1), 1994.

³²⁸ BACELLAR, C. **Agregados em casa, agregados na roça: uma discussão** In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org). *Sexualidade, família e religião na colonização do Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001, p. 187-199.

³²⁹ GUTIÉRREZ, H. op. cit. p. 225.

³³⁰ BACELLAR, C. op. cit. pp. 187-199.

³³¹ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Livro de matrículas da colônia Assungui**. Códice 385 - PB 001 DCO 069.1021. Registro/página: nº 28.

Chagas Mattos,³³² de 30 anos de idade, em cuja família – formada por sua esposa Francisca e mais um filho do casal – fora matriculado também, como agregada, Francisca Balbina, de 12 anos de idade. A família do alemão Fernandes Von Restorff,³³³ ao matricular-se, também abrigava uma menina de apenas três anos, também alemã.

Consta também nas matrículas uma família de brasileiros, sob a chefia de João Roldão Ortiz,³³⁴ que tinha como agregados pessoas de diferentes idades, sobre as quais não é possível saber se tinham entre si algum laço de parentesco: eram três mulheres, Quitéria Maria Martin, Durcia e Maria, de 70, 45 e 22 anos de idade respectivamente e um homem, Joaquim, de 30 anos. Mulheres adultas, solteiras ou viúvas, também eram registradas nas matrículas como agregadas, sem que o parentesco com os chefes de família fosse explicitado. É o caso, por exemplo, de Balduina Maria do Espírito Santo, viúva de 40 anos, que foi matriculada como agregada à família do brasileiro Candido Francisco Ribeiro;³³⁵ também é o caso de Francisca, solteira de 40 anos, que era agregada de Manoel Dias da Paz,³³⁶ brasileiro. Algumas vezes, indivíduos com algum grau de parentesco com os *colonos matriculados* foram registrados como agregados, como ocorreu com a irmã do brasileiro Salvador José de Brito,³³⁷ de 28 anos, considerada agregada do irmão, juntamente com seus dois filhos, de dez e seis anos de idade.

Além desses sujeitos que se abrigavam sozinhos como agregados em algum domicílio, havia famílias inteiras que se uniam a outras famílias, formando o que Laslett definiu como domicílio múltiplo.³³⁸ Era o que acontecia no domicílio de Thomas de Maris Navarros,³³⁹ brasileiro, solteiro, pai de “vários filhos” - segundo a matrícula - de 47 anos, que morava com várias outras pessoas, todas agregadas e brasileiras. Diz o registro da matrícula de Thomas, sobre as famílias dos agregados:

³³² ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Livro de matrículas da colônia Assungui.** Códice 385 - PB 001 DCO 66.385. Registro/página: nº 67.

³³³ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Livro de matrículas da colônia Assungui.** Códice 385 - PB 001 DCO 059.383. Registro/página: nº 274.

³³⁴ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Livro de matrículas da colônia Assungui.** Códice 385 - PB 001 DCO 66.385. Registro/página: nº 42.

³³⁵ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Livro de matrículas da colônia Assungui.** Códice 385 - PB 001 DCO 66.385. Registro/página: nº 152.

³³⁶ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Livro de matrículas da colônia Assungui.** Códice 385 - PB 001 DCO 069.1021. Registro/página: nº 35.

³³⁷ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Livro de matrículas da colônia Assungui.** Códice 385 - PB 001 DCO 66.385. Registro/página: nº 28.

³³⁸ LASLETT, P. op. cit.

³³⁹ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Livro de matrículas da colônia Assungui.** Códice 385 - PB 001 DCO 66.385. Registro/página: nº 48.

Tem mais a família de Manoel Lustosa: Gertrudes de 3 anos de idade, Escholastica de 2 anos. Mais: Philippe Santiago de Jesus (agregado) casado, de 32 anos de idade. Anitta, mulher com 22 anos de idade. Afro, 8 anos, solteiro. Bemvinda, 2 anos. João com seis meses de idade. Adelaide casou-se com Benedicto Guilherme de Chass.³⁴⁰

Essa não era a única família numerosa com agregados. Podemos citar também o exemplo do chefe de família brasileiro Salvador Marianno Lopez,³⁴¹ que tinha 24 anos de idade, era casado com Rosa e pai de um filho, e que ao ser matriculado na colônia, abrigava em seu lar uma família de agregados que era mais numerosa que a sua própria: José Domingues de Mello, de 34 anos, era o chefe da família agregada a Salvador; sua esposa era Jacintha Maria, de 28 anos de idade, e seus filhos eram Agnelio (9), Joanna (7), Maria (5), Polydorio (3) e Hermelino (1). A maioria dos proprietários e agregados era da mesma nacionalidade, mas havia também casos em que o chefe da família principal era estrangeiro e os agregados eram brasileiros. Era o caso do alemão Edmundo Straubess,³⁴² solteiro, que vivia com seu irmão e um agregado brasileiro de 46 anos. Além desse exemplo, outro chama a atenção: a família do italiano José Pozzi,³⁴³ que, além da esposa Constantina Rosa, quando se matriculou na colônia era formada também por cinco enteados (como estavam classificados no documento), e uma família brasileira de cinco membros.

Embora famílias pudessem agregar indivíduos de origens étnicas diferentes, não foi comum em Assungui a matrícula de casais cujos membros fossem de origens étnicas distintas. Foram apenas nove, e em quatro deles um dos cônjuges era brasileiro. Contando-se apenas os registros que nos oferecem as informações necessárias a respeito de ambos os cônjuges, os casais mistos do ponto de vista da origem étnica representam apenas 2,1% da totalidade dos casais que se matricularam na colônia. Como para os demais dados quantitativos registrados anteriormente, isso não significa que essa conformação não tenha se alterado ao longo da existência da colônia. Os indivíduos que chegaram em Assungui solteiros e que ali permaneceram podem ter se casado com pessoas de nacionalidade distinta da sua. As próprias autoridades incentivavam o casamento interétnico. O presidente Antonio Barbosa Gomes Nogueira, por exemplo,

³⁴⁰ Ibidem.

³⁴¹ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Livros de matrículas da colônia Assungui.** Códice 385 - PB 001 DCO 66.385. Registro/página: nº 112.

³⁴² ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Livros de matrículas da colônia Assungui.** Códice 385 - PB 001 DCO 069.1021. Registro/página: nº 14.

³⁴³ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Livros de matrículas da colônia Assungui.** Códice 385 - PB 001 DCO 66.385. Registro/página: nº 57.

dois anos após a fundação de Assungui, obteve permissão do vigário de São Paulo para que fossem celebrados na colônia casamentos entre noivos protestantes e católicos, e considerou que isso era positivo, já que poderia incentivar e facilitar as uniões entre alemães e brasileiros, “como tanto convém ao desenvolvimento do núcleo.”³⁴⁴

Outra característica importante em relação à colônia Assungui é a matrícula que registra domicílios chefiados por mulheres. Tal ocorrência é bastante intrigante pelo fato de que o projeto de colonização paranaense estava bastante ligado à formação da pequena propriedade pelas mãos do imigrante, tendo o grupo familiar como unidade básica de trabalho.³⁴⁵ Via-se na presença do europeu o exemplo de trabalho livre e familiar capaz de contribuir com o desenvolvimento da agricultura na província.³⁴⁶ Ou seja, podemos inferir que o projeto de colonização previa a formação de unidades produtivas chefiadas por homens em idade produtiva acompanhados de suas famílias, que, quanto mais numerosas mais poderiam contribuir com os objetivos previstos, que incluíam o povoamento do território.³⁴⁷

Conforme já afirmou a historiadora Dora Isabel Paiva da Costa, este fenômeno – mulheres na chefia de domicílios – não é exclusivamente coevo, mas sim algo que já ocorria desde o período colonial, de norte a sul da América Portuguesa.³⁴⁸ A autora, analisando a região de Campinas, concluiu que no ano de 1829 ocorreu um aumento do número de mulheres como chefes de famílias, representando 23% do total dos domicílios:

A partir do ano de 1829, o número de mulheres chefiando unidades domiciliares na região atingiu quase um quarto do total de domicílios, sendo que em 1779 apenas 10,4% destes eram chefiadas por elas. Em 1798 e em 1808 esta ocorrência ficou em torno dos 11%. A partir do ano de 1818 este índice subiu para 12,7%, e em 1829 duplicou para 23%.³⁴⁹

³⁴⁴ PARANÁ. **Relatório do Presidente da Província do Paraná**. Presidente Antonio Barbosa Gomes Nogueira na Assembleia provincial em 15 de Fevereiro de 1862. Typ. Parananense, Curitiba. 1862.

³⁴⁵ BALHANA, A. P. MACHADO, B. P. WESTPHALEN, C. M. op. cit. 365

³⁴⁶ Ibidem, p. 386

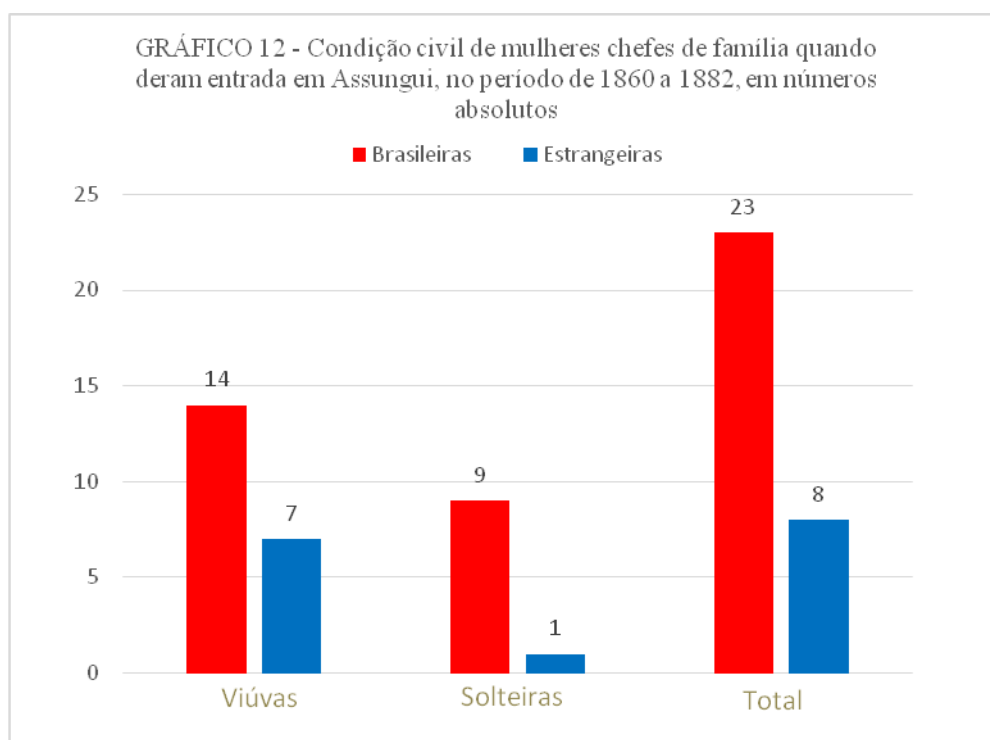
³⁴⁷ ANDREAZZA, M. L. NADALIN, S. O. op. cit. pp. 64-66.

³⁴⁸ COSTA, D. I. P. da. **As outras faces da família brasileira**. R. bras. Est. Pop., Campinas, v. 21, n. 2, jul./dez. 2004. pp. 349-351. Disponível em: <http://www.rebep.org.br/index.php/revista/article/viewFile/277/pdf_258> Acesso em: 02 de Setembro de 2015.

³⁴⁹ Idem. **As mulheres chefes de domicílios e a formação das famílias monoparentais**: Brasil, Século XIX. Em: Revista Brasileira de Estudos de População, v.17, n.1/2, jan./dez. 2000. p. 50.

Como observou Costa, nessa região e período, as mulheres se tornavam chefes de seus fogos principalmente quando seus maridos faleciam.³⁵⁰ Magnus Pereira destaca que no Paraná do século XIX, muitas mulheres se tornavam chefes de seus domicílios porque seus maridos estavam ligados ao comércio de gado e por isso se ausentavam por longos períodos.³⁵¹

As mulheres que chefiavam famílias em Assungui eram viúvas ou solteiras, sendo que as primeiras prevaleciam sobre as segundas: 21 viúvas e 10 solteiras. Ou seja, o fato constado por Paiva da Costa em Campinas, de que as mulheres se tornavam chefes de suas famílias principalmente na ocasião de morte dos cônjuges, também se evidencia pelas matrículas de mulheres chefes de família em Assungui. As brasileiras chefes de família eram maioria quando comparadas às estrangeiras, conforme demonstra o gráfico:



Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Livros de Matrículas dos colonos de Assungui.

É importante destacar que o gráfico representa aquelas mulheres que declararam sua condição de chefe de família ao serem admitidas na colônia, não informando sobre

³⁵⁰ ALVEZ, R. O. **A constituição da família no Brasil**: um debate historiográfico na perspectiva da demográfica histórica. Em *Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia: historiografia brasileira e modernidade*. p. 5

³⁵¹ PEREIRA, M. R. de M. op. cit. p. 64.

aquelas que eram casadas quando deram entrada no núcleo e enviuvaram ou tiveram maridos que se ausentaram posteriormente, tornando-se chefes de suas famílias só então. As mulheres solteiras, viúvas, ou com maridos ausentes lutavam pela sobrevivência e chefiavam suas famílias, indo em busca dos direitos que tinham, como é o caso da inglesa Madame Chalard, que após o falecimento de seu marido se dirigiu até o diretor para que este solicitasse ao presidente da província o pagamento pelos trabalhos efetuados pelo esposo na colônia, antes de seu falecimento.³⁵² Então, Madame Chalard é um exemplo das mulheres que assumiam o papel de chefe do lar após o falecimento ou ausência do marido. Mas também foram registradas no núcleo como *colonas matriculadas*, trazendo consigo outros membros de suas famílias, como mães, irmãos e sobrinhos. São os casos de Maria José, Iria Taborda da Costa, Maria do Carmo Bento e Rita de Moura e Costa Christo, todas brasileiras. Maria José³⁵³ era solteira, tinha 56 anos e foi matriculada na colônia em 1867, acompanhada por uma jovem de 34 anos - sobre a qual não é possível saber se mantinha relação de parentesco com Maria José - e um agregado de 51 anos. Iria³⁵⁴ também era solteira, e foi matriculada no ano de 1877. Apesar de haver menção a seu pai na matrícula, ela assumiu nesta o papel de *colona matriculada*; tinha também em sua companhia um rapaz de 15 anos, cujo parentesco não é explicitado. Maria do Carmo,³⁵⁵ por sua vez, foi matriculada em 1875, era viúva, tinha 38 anos e estava acompanhada por outra mulher viúva, de 58 anos e mais dois jovens de 20 e 12 anos. Rita³⁵⁶ tinha apenas 18 anos, era viúva e sua matrícula na colônia foi feita em 1878. Ela chegou com mais quatro mulheres, a mais velha tendo 21 anos e a mais nova apenas um ano e meio. Elas estavam acompanhadas por um rapaz solteiro de 20 anos. Como ocorria com os chefes de família homens, o número de brasileiras chefiando famílias superava o de estrangeiras.

Então, a constatação de que havia um número considerável de lares chefiados por mulheres em um contexto onde se privilegiava a formação de unidades produtivas chefiadas por homens jovens acompanhados de suas famílias, pode ser bastante

³⁵² ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Requerimento da viúva Madame Chalard para o Presidente da Província.** Colônia Assungui. 02 jan, 1875. AP 455, Vol. 5, pp. 141/142.

³⁵³ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Livros de matrículas da colônia Assungui.** Códice 385 - PB 001 DCO 059.383. Registro/página: nº 201.

³⁵⁴ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Livros de matrículas da colônia Assungui.** Códice 385 - PB 001 DCO 059.383. Registro/página: nº 98.

³⁵⁵ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Livros de matrículas da colônia Assungui.** Códice 385 - PB 001 DCO 059.383. Registro/página: nº 81.

³⁵⁶ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Livros de matrículas da colônia Assungui.** Códice 385 - PB 001 DCO 059.383. Registro/página: nº 165.

significativa quando levamos em conta que, por muito tempo, as mulheres foram excluídas da história, que “dependente de fontes primárias e escritas majoritariamente por homens, privilegiou os acontecimentos públicos: a política, a guerra, a economia – esfera masculina.”³⁵⁷ Em relação à história da imigração Paraná, Gillies já destacou que tende a ser composta por relatos quase sempre sem rosto, descarnados; quando há nomes, são predominantemente masculinos³⁵⁸.

Dessa forma, há na história da imigração no Paraná a reprodução de um discurso que não diferencia a figura feminina e seus papéis específicos no contexto imigratório, ficando a experiência das mulheres reservada ao ambiente privado.³⁵⁹ O fato de haver na colônia Assungui chefes de família mulheres, viúvas e solteiras, e que lutavam por seus direitos pode ser um indicativo de que, como já constatou Gillies, “as mulheres de todas as classes transitaram entre o público e o privado, não tendo sido possível restringir sua presença em uma única esfera.”³⁶⁰

Embora não seja objetivo central desse trabalho tratar desses aspectos relacionados à inserção das mulheres na colônia, é fundamental indicar sua importância, como ocorrência e como objeto de investigação, que possa motivar outras pesquisas.

3.3 Condições econômicas dos brasileiros em Assungui

Os documentos que consultamos não expressam de forma explícita a condição econômica dos brasileiros que se inseriam na colônia de Assungui. Algumas ocorrências, entretanto, permitem observar alguns aspectos nesse sentido. Apesar de o Regulamento das Colônias do Estado proibir a utilização de trabalho escravo nos núcleos coloniais,³⁶¹ em ofício enviado ao Presidente da Província em 1872, Caetano José de Medina, por exemplo, pediu isenção da multa de cem a duzentos mil réis que devia pagar por não ter matriculado seu escravo no prazo estabelecido pela lei de 28 de

³⁵⁷ GILLIES, A. M. R. **O diário de uma imigrante britânica no Paraná (1860 – 1890)**: Memórias, trabalho e sociabilidades. Coleção Teses do Museu Paranaense, Vol. 07. Curitiba, 2014. p. 75.

³⁵⁸ Idem. **Caroline Tamplin, uma imigrante britânica no Paraná Província (1868-1888)**. Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e práticas científicas. Rio de Janeiro, 2014. p. 02.

³⁵⁹ Ibidem.

³⁶⁰ GILLIES. op. cit. p. 77.

³⁶¹ BRASIL. **Regulamento para as colônias do Estado. 1867** op. cit. Art. 40. “Nas colônias fundadas daqui em diante, a residência de escravos, sob qualquer pretexto, é expressamente proibida. E da mesma forma, nas existentes, nenhuma pessoa deve ter permissão para instalar-se se trouxer escravos em sua companhia.”

setembro de 1871, que obrigou os senhores a matricularem seus escravos.³⁶² Caso não conseguisse a isenção, o colono alegava, estaria sujeito a uma dívida que não poderia pagar, por ser “absolutamente pobre [...]precisa[ndo] privar-se por dois meses e meio de subsistência.”³⁶³ É certo que alegar pobreza era um argumento comum a quem quisesse livrar-se de pagar multas. Mas as alegações de Caetano deveriam ser ao menos verossímeis e, ainda que pudesse não ser tão “absolutamente pobre”, como argumentava, não devia ter uma condição financeira tão favorável, mesmo tendo um escravo com quem pudesse contar para sobreviver.

Para alguns brasileiros, o lote de terra na colônia para produzir o necessário podia representar uma possibilidade de prover a sobrevivência. Foi isso que alegou José Joaquim de Christo, que pediu para ser admitido como colono, nos termos do Regulamento para as colônias do Estado, por não ter outro terreno para cultivar e por ver na sua admissão a oportunidade de “plantar o necessário para alimentar sua numerosa família.”³⁶⁴ De fato, José Joaquim tinha uma família numerosa, composta por sua esposa Maria e seis filhos.³⁶⁵ O diretor da colônia considerou que o “suplicante esta[va] no caso de merecer os favores prescritos pelo Regulamento, visto ser chefe de família”.³⁶⁶ Como Caetano José de Medina e José Joaquim de Christo, muitos outros colonos brasileiros e também europeus conseguiam produzir apenas para a sua subsistência, vivendo em condições muito simples, situação que gerava “desanimo no seio dos habitantes”.³⁶⁷

Havia, em contraste, colonos que, desde quando deram entrada na colônia, gozavam de condições econômicas bastante favoráveis e que chegaram a ter uma considerável influência no núcleo, desde a sua criação. É o caso do “Senhor Miró”.

O brasileiro José Miró de Freitas era um negociante de Morretes e desde a medição dos terrenos que viriam a formar a colônia, em 1859, já havia demonstrado interesse em adquirir lotes no segundo território. Segundo o vice presidente da

³⁶² BRASIL. **Lei nº 2.040 de Setembro de 1871.** Regulamento para a matrícula especial dos escravos e dos filhos livres de mulher escrava. Art. 33. 01 dez, 1871.

³⁶³ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Ofício para Presidente Adolpho Lamenha Lins com nome do remetente ilegível.** Votuverava. 28 dez, 1872. AP 398. Vol. 5. p. 92.

³⁶⁴ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Solicitação de lote para colono brasileiro se estabelecer na colônia.** Colônia Assungui. 08 fev, 1877. AP. 529, Vol. 19. p. 140.

³⁶⁵ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Livros de matrículas da colônia Assungui.** Códice 385 - PB 001 DCO 069.1021. Registro/página: nº 25.

³⁶⁶ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Solicitação de lote para colono brasileiro se estabelecer na colônia.** Colônia Assungui. 08 fev, 1877. AP. 529, Vol. 19. p. 140.

³⁶⁷ PARANÁ. **Relatório do Presidente da Província.** Presidente Venancio José de Oliveira Lisboa na Assembleia provincial em 15 de Fevereiro de 1873. Typ. Paranaense, Curitiba. 1873.

Província, Luís Francisco da Câmara Leal, o Sr. Miró, após fazer uma visita aos terrenos que poderiam lhe interessar, decidiu comprar oito lotes e conseguiu autorização do governo imperial para que os vendesse a particulares, tornando-se uma espécie de intermediário nos negócios de terra da colônia. A autoridade considerou a medida imperial acertada, afinal, acreditava que poderia ser útil aos demais colonos

a existência de um proprietário com mais recursos bem próximo a eles, pois que poderá prestar-lhes esses auxílios diários e de momento que soem fornecer os abastados aos menos favorecidos pelas fortunas.³⁶⁸

Além disso, acreditava que o “Senhor Miró” teria também o interesse em auxiliar o governo “na completa execução de tudo o que é mister para que se leve a efeito o estabelecimento da colônia.”³⁶⁹ A importância e influência desse brasileiro foi reiterada pelo próprio Cônsul Lennon Hunt, em sua visita em 1874. O cônsul inglês revelou surpresa ao chegar ao núcleo e perceber que “nenhum dos colonos teve permissão para instalar-se próximo ao núcleo colonial; todas essas terras, que são notavelmente boas, foram cedidas a pessoas influentes da colônia.”³⁷⁰ Ele relatou que as melhores terras, as mais próximas ao centro colonial, pertenciam a essas pessoas e que elas muitas vezes nem as cultivavam. Esse favorecimento teria resultado no assentamento dos colonos imigrantes em distâncias relativamente grandes do núcleo da colônia. Então, o que o cônsul dizia, é que o Sr. Miró podia estar especulando com os terrenos que adquiriu, prejudicando os demais colonos com sua atitude. Essa interpretação foi dada também pelo colono inglês George Boddy, que se queixou ao Cônsul que “toda a melhor terra da colônia está nas mãos do Senhor Miró e outros e ainda está inculta.” Afirmou ainda que considerava que “uma grande injustiça foi feita aos colonos, e um grande prejuízo à colônia, colocando-os [esses intermediários] em terras mais próximas ao centro.”³⁷¹ O Cônsul inglês nomeou outros brasileiros com influência na colônia, além de Miró: o “Senhor Rocha” e “Senhor Severo Correa”.³⁷²

O Tenente Coronel Joaquim Severo Correa – cuja matrícula não foi localizada nas fontes consultadas - era comerciante, responsável pelo abastecimento de diversos produtos que lhes eram pagos pelo governo provincial e pela Tesouraria da Fazenda.

³⁶⁸ PARANÁ. **Relatório do Presidente da Província do Paraná**. Vice – Presidente Luís Francisco da Câmara Leal na Assembleia provincial em 02 de Maio de 1859. Typ. Paranaense, Curitiba. 1859.

³⁶⁹ Ibidem.

³⁷⁰ PEREIRA, M. (Org.). 1998. op. cit. p. 24.

³⁷¹ Ibidem. p. 46.

³⁷² Ibidem. p. 24.

Em 1875, por exemplo, ele forneceu à colônia “dietas e enfermaria [...] na importância de cento e setenta e quatro réis”, e o diretor solicitou por meio de ofício ao presidente que fosse feito a ele o pagamento de tal quantia.³⁷³ Nesse mesmo ano, Severo Correa ainda prestou auxílio a colonos recém-chegados com o fornecimento de utensílios de cozinha, ferramentas e alimentos, sendo que foi mais uma vez o governo provincial o responsável por ressarcir-lo por esses gastos.

Outro brasileiro influente na colônia era João de Sant'Anna Costa Rosa, matriculado em Assungui em 1874,³⁷⁴ que chegou a receber o pronome de tratamento “ilustríssimo” ao ser referenciado pelo engenheiro da colônia, em 1875.³⁷⁵ Esse colono era quem plantava e fornecia milho para os animais do Estado existentes no núcleo³⁷⁶. Além disso, quando da chegada de estrangeiros na colônia, ele os abrigou em sua própria casa pelo período de dois meses, recebendo em troca a quitação da dívida que ainda tinha com o governo, referente ao seu lote de terra.³⁷⁷

Assim, podemos considerar que havia em Assungui brasileiros com poucos recursos que ali se estabeleceram em busca de sobrevivência, vendo tal inserção como oportunidade de ter um pedaço de chão para cultivar. Mas havia também brasileiros para os quais as atividades exercidas na colônia eram uma oportunidade de enriquecimento, que detinham certa autoridade e influência, mantendo relações de negócios diretamente com o governo. Esses sujeitos não se dedicavam – ao menos não exclusivamente – à agricultura, realizando atividades como o comércio, por exemplo, muito provavelmente em resposta às demandas dos próprios colonos, visando atender as necessidades do grupo, participando da complexidade da vida econômica na colônia.³⁷⁸ Podiam, inclusive, como parecia ser o caso do Sr. Miró, tornarem-se empreendedores da atividade especulativa, comprando terrenos que não destinariam à agricultura, mas à venda.

³⁷³ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Ofício do Diretor Gabriel Saturnino Martins ao Presidente Frederico José Cardoso de Araújo Abranches**. Colônia Assungui, 03 fev, 1875. AP 458, Vol. 3.

³⁷⁴ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Livros de matrículas da colônia Assungui**. Códice 385 - PB 001 DCO 059.383. Registro/página: nº 159.

³⁷⁵ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Ofício do engenheiro da Colônia Assungui, Raymundo de [ileg] Alvez S. B., ao Presidente Frederico José Cardoso de Araújo Abranches**. Colônia Assungui, 28 fev. 1875. AP 459, Vol. 4. p. 74.

³⁷⁶ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Colono brasileiro vendendo produtos para a diretoria**. 24 de Nov 1877. AP. 529, Vol. 19, pg. 159. Assungui.

³⁷⁷ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Ofício do engenheiro da Colônia Assungui, Raymundo de [ileg] Alvez S. B., ao Presidente Frederico José Cardoso de Araújo Abranches**. Colônia Assungui, 28 fev. 1875. AP 459, Vol. 4. p. 74.

³⁷⁸ PETRONE, M. T. S. op. cit. pp. 64-67.

Assim, é possível considerar que o grupo de brasileiros da colônia Assungui, no que diz respeito às suas condições financeiras, era heterogêneo. Podemos afirmar com alguma certeza que, entretanto, predominavam aqueles com poucos recursos. Os de maior prestígio, aqueles cujos nomes são reiterados em outras fontes além das matrículas, são poucos, em proporção aos tantos que se mantiveram quase anônimos no núcleo.

Muitos desses ocuparam terrenos na colônia sem ainda ter autorização dos diretores para tal. Isso foi o que informou o diretor da colônia em 1876, quando registrou que, antes mesmo de estar à frente da direção do núcleo, havia ali cerca de “cento e tantos colonos brasileiros [...] apossando-se muitos de terrenos ali sem autorização desta diretoria”.³⁷⁹

Essa ocupação, porém, não era vista como um problema por ele, que pedia que a posse desses lotes fosse legalizada, “não só para poder ser convenientemente regularizado o serviço, como também para evitar dúvidas futuras que possam suscitar entre os moradores vizinhos que povoam o Primeiro Território”.³⁸⁰ Nota-se, assim, que esses colonos brasileiros que se inseriram na colônia como “intrusos” puderam contar com o apoio das autoridades, que defendiam a necessidade de legalização das ocupações. Nesse trecho destaca-se ainda o fato de os brasileiros serem denominados e, portanto, considerados de fato colonos. Analisando a questão dos brasileiros “intrusos” através dos relatórios do diretor Franklin do Rego Rangel, entre 1878 e 1879, Lamb percebeu que Rangel tentou por em prática ações que pudessem resolver os embaraços resultantes do grande número de ocupação de terrenos: “os ‘intrusos’, em número talvez superior a 200 brasileiros, ocupavam lotes de boa qualidade, de propriedade do Estado, e Rangel demonstrava interesse em transferi-los a colonos regularmente matriculados.”³⁸¹ Esse diretor considerava como sendo intrusos muitos dos beneficiários informais de administrações anteriores, ou seja, aqueles que diziam ter a posse de seus terrenos autorizada apenas verbalmente por membros da Comissão de Medições e de Diretorias anteriores, não sendo possuidores dos títulos de terras. O autor chegou à conclusão de que essa atitude serviu apenas para irritar brasileiros e imigrantes, tendo em vista que as direções anteriores trabalhavam para legalizar a situação desses colonos, como ocorreu com o colono José Martins Vieira. Ele demonstrou a pretensão de

³⁷⁹ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Ofício do Diretor da Colônia Assungui para o Presidente Adolpho Lamenha Lins**. Colônia Assungui, 15 nov. 1876. AP 503. Vol. 24, p. 252.

³⁸⁰ Ibidem.

³⁸¹ LAMB, R. E. op. cit. p. 49.

adquirir um lote na colônia, e o inspetor Sebastião José Cavalcante relatou ao presidente Lamenha Lins que tal pretensão deveria ser atendida “porque a colônia do Assungui é colônia mista, em que, por conseguinte, podem se estabelecer estrangeiros e brasileiros.”³⁸² Dessa forma, tudo leva a crer que a inserção dos brasileiros na colônia, no que diz respeito ao acesso à terra, foi equiparada à dos imigrantes, sendo totalmente legalizada e tendo o apoio das autoridades, como demonstrou o caso de Generoso Antonio de Christo, protagonista de uma falha no momento de concessão de lotes de terra. Generoso recebeu seu título definitivo em 1869, porém, foi concedido posteriormente a outro colono uma porção de terras que ficava compreendida no terreno cedido a Generoso. Diante desse equívoco, o inspetor relatou ao presidente Abranches que o suplicante, no caso Generoso, estava requerendo que “lhe [fosse] indenizada a importância das benfeitorias que existem naquele terreno ou consideradas como propriedade do suplicante as terras em questão”.³⁸³ Ou seja, nesse caso o colono brasileiro não apenas obteve seu título definitivo, como mais tarde pode reclamar seus direitos sobre a terra, tendo o apoio do Inspetor da Tesouraria da Fazenda, que considerou válida sua petição, levando-a ao presidente da província.

Outro exemplo é o do brasileiro Bento Manoel dos Santos, que, em 1875 requereu ao diretor um lote de terra. Constando-se que o terreno pretendido já estava ocupado, o requerente contou com o apoio do diretor, que cedeu a ele outro lote, referindo-se a ele como colono, conforme relatou ao presidente Lamenha Lins:

Tenho a honra de informar a V. Ex^a que o terreno por ele pedido já foi concedido a outros colonos; e que havendo me requerido o dito Bento Manoel dos Santos, já o considerei colono, e se acha estabelecido na sessão D do lote nº 111 do 2º território.³⁸⁴

Assim, a posse dos terrenos por colonos brasileiros era não somente aceita, como era legalizada. O brasileiro Salvador Gonçalves de Oliveira requereu um lote urbano, ou seja, no centro da colônia, em 1877, e teve seu pedido concedido pela

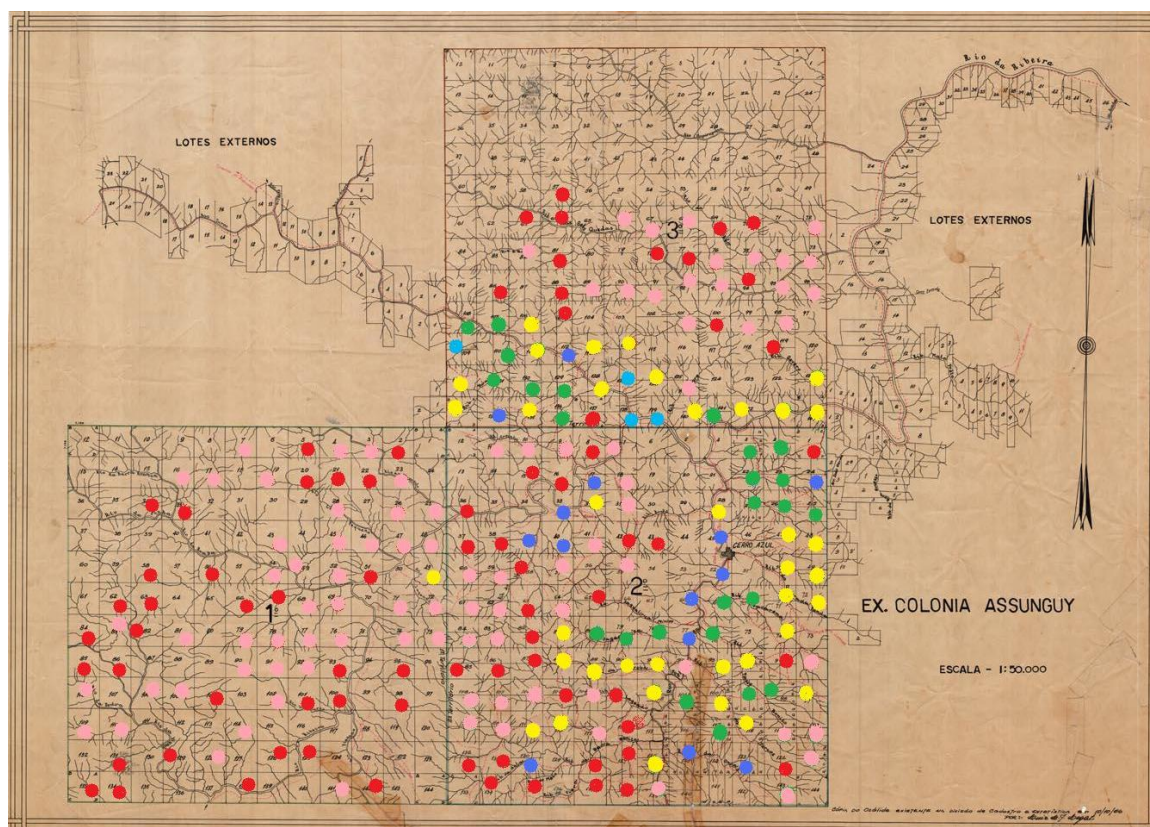
³⁸² ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Ofício do Inspetor Sebastião José Cavalcante ao Presidente Adolpho Lamenha Lins**. Curitiba, 10 out. 1875. AP 472, Vol. 17, p. 208.

³⁸³ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Ofício do Inspetor da Tesouraria da Fazenda ao Presidente Frederico José de Araújo Abranches**. Colônia Assungui, 04 mar. 1872. AP 394, Vol. 1. p. 137.

³⁸⁴ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Ofício do Diretor Pedro d’Alcântara Buarque, da Colônia Assungui, ao Presidente Adolpho Lamenha Lins**. Colônia Assungui, 11 out. 1875. AP 472, Vol. 17, pg. 159.

diretoria.³⁸⁵ Nos livros de matrículas também existe o registro de outros colonos brasileiros proprietários de lotes urbanos, como era o caso de Manoel José de Sousa,³⁸⁶ Fidelis Andrade de Oliveira³⁸⁷ e José Nicolão Martins.³⁸⁸ Através de tais livros, pudemos identificar a localização dos lotes dos colonos, brasileiros e estrangeiros, no momento de sua matrícula:

Mapa 3: Mapa referente à posição dos lotes dos brasileiros e estrangeiros em Assungui no momento de sua matrícula na colônia



Legenda: Lotes dos brasileiros● Lotes dos estrangeiros● Lotes compartilhados entre brasileiros e estrangeiros.● Lotes compartilhados entre brasileiros.● Lotes compartilhados entre estrangeiros.●

Fonte: A planta foi extraída de: <http://estradoassungui.blogspot.com.br/2011/11/itcg.html>. As marcações foram feitas a partir dos dados dos Livros de matrículas da colônia Assungui (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ).

³⁸⁵ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Documento de cidadão brasileiro sobre lote urbano devoluto cedido a ele**. Colônia Assungui, 04 out. 1877. AP. 529, Vol. 19, pg. 153.

³⁸⁶ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Livros de matrículas da colônia Assungui**. Códice 385 - PB 001 DCO 069.1021. Registro/página: nº 08.

³⁸⁷ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Livros de matrículas da colônia Assungui**. Códice 385 - PB 001 DCO 069.1021. Registro/página: nº 36.

³⁸⁸ Ibidem.

A imagem mostra que havia um território ocupado exclusivamente por brasileiros (talvez devido ao grande contingente desses na colônia) e que nos outros dois, brasileiros e estrangeiros compartilhavam o território e até mesmo os lotes. Há casos em que os registros de matrículas não identificavam o território no qual o lote se localizava, apresentando apenas o nome da rua em que se encontrava, não podendo ser localizado no mapa. Mas mesmo assim foi possível perceber a proximidade dos terrenos concedidos a brasileiros e estrangeiros. É o caso, por exemplo, das ruas Galvão e do Turvo: na primeira, um alemão possuía o lote nº 30, um brasileiro possuía os lotes 31 e 33, um italiano habitava o lote 35 e um inglês estava nos lotes 36 e 38; na segunda, alemães e brasileiros se avizinhavam, com um alemão sendo proprietário dos lotes nº 8 e 10, um brasileiro possuindo o lote 9, outro brasileiro sendo proprietário dos lotes 12, 14 e 16, um alemão possuindo os lotes 15 e 18, um brasileiro possuindo o lote 19 e um quarto brasileiro possuindo os lotes 23, 25 e 27.³⁸⁹

A localização dos lotes pertencentes aos colonos permitiu não apenas confirmar que brasileiros e estrangeiros eram vizinhos, como também evidencia que havia vários brasileiros que eram proprietários de uma extensão maior de terra, já que possuíam um grande número de lotes. Era o caso do colono Cesário João Antonio,³⁹⁰ mencionado acima, proprietário dos de números 23, 25 e 27 da Rua do Turvo. Antonio José da Costa³⁹¹ e Bento Jose Antonio de Camargo³⁹² também eram proprietários de três lotes cada um, no primeiro e segundo territórios. O brasileiro Thomas de Maris Navarros³⁹³ era proprietário de quatro lotes no primeiro território. O número de brasileiros proprietários de apenas um ou dois lotes é bastante semelhante entre si, sendo superior ao número de proprietários de três ou mais lotes. Esta é mais uma evidência de que o grupo de colonos “nacionais” era heterogêneo quando observadas suas condições financeiras. Havia ainda brasileiros que possuíam lotes em diferentes territórios, como

³⁸⁹ Livros de Matrícula dos colonos de Assungui, disponíveis para consulta no Arquivo Público do Paraná, sob as referências: BR PRAPPR PB001 DCO69.1021 / BR PRAPPR PB0001 DC 059.383 / BR PRAPPR PB 001 DCO 66.385.

³⁹⁰ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Livros de matrículas da colônia Assungui.** Códice 385 - PB 001 DCO 069.1021. Registro/página: nº 12.

³⁹¹ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Livros de matrículas da colônia Assungui.** Códice 385 - PB 001 DCO 059.383. Registro/página: nº 262.

³⁹² ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Livros de matrículas da colônia Assungui.** Códice 385 - PB 001 DCO 66.385. Registro/página: nº 50.

³⁹³ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Livros de matrículas da colônia Assungui.** Códice 385 - PB 001 DCO 66.385. Registro/página: nº 48.

era o caso de Gaspar Lenz,³⁹⁴ que era proprietário do de número 48 do primeiro território e do lote 37 do segundo território. Da mesma forma, Joaquim Leal de Jesus³⁹⁵ também possuía um lote no segundo território e outro no terceiro. Quando observadas essas mesmas características no grupo estrangeiro, número de lotes e localização em diferentes territórios, não existe nenhuma discrepância em relação ao grupo brasileiro: havia imigrantes com três lotes (não há registro de proprietários com quatro lotes, como no caso do brasileiro), assim como havia aqueles com dois ou apenas um lote, em quantidade bastante semelhante.³⁹⁶

Essas características da inserção dos brasileiros em Assungui, que se deu de forma muito semelhante à dos imigrantes, contando inclusive com o respaldo das autoridades, tornam-se ainda mais interessantes quando comparadas com o verificado em outro importante núcleo de colonização, que foi a Colônia Blumenau em Santa Catarina. De acordo com Emílio Willems, naquele núcleo, o “caipira lavrador” era, em grande parte, visto como um intruso. Na maioria das vezes se mostrava arredio, afastando-se da aproximação de colonos europeus. Consequentemente, de acordo com o autor, o grau em que os “caboclos” participaram da vida econômica foi pouco elevado nesse núcleo, diferentemente do que as fontes mostraram em relação a Assungui, onde habitavam brasileiros, alguns até mesmo com consideráveis recursos financeiros, como visto anteriormente.³⁹⁷ Na verdade, Willems afirma que na formação das colônias e na chegadas dos seus colonos, a tendência sempre foi a de que cada nacionalidade ocupasse determinadas picadas, quando não havia domínio de alguma nacionalidade, desalojando outras. Para o autor, “sempre pode-se verificar o velho adágio ‘semelhanças atraem-se’.”³⁹⁸ Apesar de ele afirmar que essa observação é válida para todas as colônias existentes há algum tempo, vimos em Assungui uma interessante particularidade, pois o que se ali se notou foi, no que diz respeito aos lotes que os colonos recebiam no momento da sua matrícula, uma proximidade entre europeus e brasileiros, principalmente no segundo território, o que ocasionava em uma convivência

³⁹⁴ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Livros de matrículas da colônia Assungui.** Códice 385 - PB 001 DCO 059.383. Registro/página: nº 279.

³⁹⁵ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Livros de matrículas da colônia Assungui.** Códice 385 - PB 001 DCO 059.383. Registro/página: nº 161.

³⁹⁶ Livros de Matrícula dos colonos de Assungui, disponíveis para consulta no Arquivo Público do Paraná, sob as referências: BR PRAPPR PB001 DC069.1021 / BR PRAPPR PB0001 DC 059.383 / BR PRAPPR PB 001 DCO 66.385.

³⁹⁷ WILLEMS, E. op. cit. p. 116.

³⁹⁸ Ibidem. p. 126.

diária, afinal, em várias ocasiões, chegavam a dividir seções de um mesmo lote. Alguns aspectos dessa convivência serão analisados a seguir.

3.4 Sociabilidades entre brasileiros e imigrantes na colônia Assungui

Horácio Gutierrez, analisando o que ocorria na colônia Terra Nova, também no Paraná, afirma existirem ali formas de parcerias influenciadas por aquela ocorrida em São Paulo: os imigrantes que não tinham muito poder aquisitivo, constituíam com os “caboclos” uma parceria, como assim chamavam, na qual estes roçavam e cultivavam as terras fornecidas pelos colonos imigrantes, que também providenciavam as sementes para o cultivo. Segundo o autor, em regra, a melhor porção de terra era exigida pelo “caboclo”, não havendo acordo se fosse de outro modo. Havia “caboclos” que cultivavam de 18 a 20 alqueires em parceria, sendo sempre a melhor terra explorada por eles. Gutierrez afirma que essa forma de simbiose é até então desconhecida em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, mas que foi observada em algumas zonas do Paraná.³⁹⁹ As fontes com que trabalhamos não permitem saber se existiu esse tipo de arranjo em Assungui, mas as informações sobre a colônia Terra Nova sugerem que ali também poderia haver arranjos desse tipo, embora não possamos verificar, a partir das fontes.

Em relação à convivência entre brasileiros e imigrantes no núcleo de Assungui, é interessante recuperarmos os relatos de Albert Tigar, nascido na colônia, de pais ingleses, em 1874. Ele era neto da imigrante britânica Caroline Tamplin, personagem cujo diário escrito entre 1880 e 1882 foi utilizado como principal fonte de pesquisa por Ana Maria Rufino Gillies.⁴⁰⁰ De acordo com a historiadora, as memórias Albert foram escritas supostamente em 1950, dessa forma

As memórias que ele cultivou sobre o cotidiano no Assungui são pautadas, por um lado, pela memória afetiva orientada pelo olhar ingênuo de uma criança estrangeira, para quem tudo era uma aventura, havia fartura, as sociabilidades eram amenas e seus familiares ocupavam uma posição hierarquicamente superior aos brasileiros [...] por outro lado, pela memória construída e reconstruída, adicionada de outras memórias, no interior de um

³⁹⁹ GUTIÉRREZ, H. op. cit. p. 118.

⁴⁰⁰ GILLIES, A. M. R. **O diário de uma imigrante britânica no Paraná (1860 – 1890):** Memórias, trabalho e sociabilidades. Coleção Teses do Museu Paranaense, Vol. 07. Curitiba, 2014.

grupo social específico, ao longo da vida de um indivíduo que amadurece, mas continua estrangeiro.⁴⁰¹

Pela análise feita por Gillies das narrativas de Albert, percebemos que os colonos imigrantes contratavam os brasileiros para realizarem serviços de limpeza de seus terrenos, e também para plantio e posterior colheita. Os europeus também contratavam brasileiros para afastar de seus terrenos animais selvagens que os pudessem ameaçar. As relações de vizinhança, além dos contratos para a realização de serviços, foram descritas por ele como sendo “surpreendentemente harmônicas para um local onde havia tanta diferença de origem, línguas, valores e tradições”.⁴⁰² O que contribuía para a existência de “espírito de harmonia” na colônia, de acordo com Albert, era o fato de que

felizmente, para as pessoas de origem europeia, a mão de obra era barata e os brasileiros bons trabalhadores, que entendiam profundamente suas tarefas e, assim, os colonos podiam ter um bom começo, ter suas casas construídas e seus terrenos limpos, uma vez que naquele clima tropical, pessoas brancas não conseguem fazer o trabalho que os nativos conseguem.⁴⁰³

Dos relatos de Albert, Gillies ainda destaca que, nas descrições sobre a natureza da colônia e os métodos utilizados pelos brasileiros que seu pai contratava para preparar seu terreno para plantio e colheita, encontrava-se fartura, algo muito diferente do que encontramos nos relatos feitos pelos imigrantes ao cônsul britânico em 1874, que, como vimos, queixaram-se da falta ou má qualidade dos alimentos e de como muitas pessoas haviam morrido de fome. Gillies acredita haver exageros tanto num extremo quanto noutro: “quem narra introduz nos fatos os acréscimos que julga necessários para mais impressionar leitores e ouvintes.”⁴⁰⁴ Independentemente dos filtros que se introduzem nos relatos constituídos a partir das memórias de um personagem, os relatos de Albert Tigar apresentados por Gillies evidenciam que colonos “nacionais” e estrangeiros podiam estabelecer relações de cooperação entre si, que essa relação se devia ao fato de os brasileiros conhecerem melhor a terra e que poderiam conviver – ainda que certamente nem sempre – de forma amistosa.

Nas fontes pesquisadas por nós, também encontramos algumas informações que nos ajudam a compreender como brasileiros e imigrantes se relacionavam. Por exemplo,

⁴⁰¹ Ibidem. p. 130.

⁴⁰² Ibidem. p. 152.

⁴⁰³ Ibidem.

⁴⁰⁴ Ibidem, 151.

um abaixo-assinado no qual os colonos requereram ao Presidente da Província uma linha de correios para a localidade evidencia que, pelo menos em determinadas situações, em que interesses comuns estavam em pauta, brasileiros e imigrantes podiam se aliar.⁴⁰⁵ Comparando os nomes constantes no documento com os registros de matrículas, vemos que tanto europeus quanto brasileiros assinaram a petição. O mesmo ocorre no abaixo-assinado em que os colonos pediram o retorno de uma professora à escola da colônia: no documento constam diversos nomes de estrangeiros e brasileiros, inclusive mulheres.⁴⁰⁶ Ainda, no ano de 1876, colonos brasileiros e europeus também se aliaram em torno de um interesse em comum e solicitaram conjuntamente a construção de estradas e melhoramentos de caminhos para que pudessem transportar com maior facilidade seus produtos da lavoura.⁴⁰⁷ Outro abaixo-assinado evidencia, de forma ainda mais clara, essa convivência, quando os colonos pediram melhorias em uma ponte construída:

Nós abaixo-assinados colonos ingleses e brasileiros, estabelecidos no 2º território do Assungui [...] não tendo franca comunicação com o centro da colônia por falta da conclusão do caminho geral de Jaguatirica, de alguns caminhos vicinais e uma ponte sob o rio da Ponta Grossa, qual rio na ocasião de enchentes, não dá passagem, venhamos respeitosamente pedir a V. Exª se digne ordenar: [entre outros] Abertura de alguns caminhos vicinais, picadões para os terrenos dos suplicantes nacionais.⁴⁰⁸

Percebemos que, além de melhorias gerais, brasileiros e imigrantes, ao assinarem o documento, pediram por melhorias específicas para os primeiros. Essa união de imigrantes e brasileiros em torno de objetivos em comum foi também verificada quando Franklin do Rego Rangel exerceu o cargo de diretor interino do núcleo. A maneira como Rangel administrava Assungui fez com que se retirassem da colônia “muitos bons colonos [...] que ajudavam com suas presenças e trabalho a influir o [sic] engrandecimento deste estabelecimento”.⁴⁰⁹ Diante dessa insatisfação, 125 colonos imigrantes e brasileiros se reuniram e dirigiram um abaixo-assinado ao presidente da província pedindo o afastamento e substituição de Rangel. Analisando essa situação conflituosa, Lamb acredita que ela pode ter sido um indicativo de uma

⁴⁰⁵ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Colônia Assungui, 11 out. 1870. AP 348, Vol. 3, p. 34.

⁴⁰⁶ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Abaixo assinado de moradores da Colônia Assungui.** Colônia Assungui: Sem data. AP 397, Vol. 4, p. 138.

⁴⁰⁷ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Abaixo assinado de moradores de Assungui.** Colônia Assungui, 19 dez. 1876. AP 506, Vol. 25, p. 179.

⁴⁰⁸ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Colônia Assungui, 11 de Janeiro de 1876. AP: 483, Vol. 2, pp. 182-187.

⁴⁰⁹ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Ofícios. 1402/1879.** Curitiba, 1879. AP. 564. Vol. 3. pp. 18-20.

disposição popular de lutar em defesa daquilo que consideravam serem seus direitos.⁴¹⁰ As administrações anteriores da colônia garantiam o atendimento a muitos anseios dos colonos de Assungui. De acordo com Lamb, tudo indica que as diretorias que precederam Rangel não se empenhavam muito na cobrança de dívidas surgidas de tais concessões e, quando esse diretor passou a demonstrar um empenho na contenção de gastos, acabou ferindo costumes que já estavam arraigados na vida colonial.⁴¹¹ Concluindo a análise dessa situação, Lamb chama atenção para o fato de que a organização grupal registrada no episódio contemplou imigrantes e brasileiros, logo, não foi definida por identificações étnicas que poderiam existir no núcleo. Na verdade, o autor indica que essa ação teve seu sustento em um amplo consenso comunitário, com a participação de indivíduos das mais variadas origens étnicas,⁴¹² como também verificamos nas situações anteriores, nas quais imigrantes e brasileiros se uniram em torno de interesses em comum, defendendo suas posições através de abaixo-assinados. Para as elites provinciais, essas aglomerações de colonos estrangeiros e brasileiros não eram bem vistas, pois poderiam significar um risco à manutenção da ordem pública, preocupação esta demonstrada pelo correspondente do jornal Dezenove de Dezembro em Assungui, em 1873:

A aglomeração de indivíduos de diversas nacionalidades aconselha quanto a criação de um destacamento para manter a ordem pública e secundar a autoridade no exercício de suas funções. Só com semelhante medida é que se poderá manter a ordem e o respeito indispensável à marcha regular deste núcleo colonial.⁴¹³

O correspondente destacava ainda a “necessidade urgente” de criação de uma prisão, e sabe-se ainda que na década de 1870 foram enviados para a colônia um cabo e seis guardas, visando a “manutenção da ordem”. Na análise de Lamb, essas medidas preventivas evidenciam as inquietações que a aglomeração de colonos (brasileiros ou estrangeiros) trazia às autoridades da Província,⁴¹⁴ que justificavam a necessidade de aumento da força policial porque os colonos estavam praticando atos de

⁴¹⁰ LAMB, R. E. op. cit. p. 71.

⁴¹¹ LAMB, R. E. op. cit. p. 72.

⁴¹² Ibidem.

⁴¹³ **Dezenove de Dezembro**. Relatório do Correspondente do Jornal Dezenove de Dezembro. Curitiba, 08 out. 1873. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=416398&pasta=ano%20187&pesq=>>. Acesso em: out. 2015.

⁴¹⁴ LAMB, R. E. op. cit. p. 79.

"insubordinação e desrespeito à propriedade".⁴¹⁵ Por esse e outros motivos, como vimos anteriormente, "já não se manifestava mais apenas euforia pela presença dos imigrantes europeus",⁴¹⁶ como claramente demonstrou o Vice Presidente Agostinho Ermelino de Leão ao relatar sobre o estado pouco próspero da colônia:

As dissensões dos colonos entre si e com os diretores constituem a causa principal de seu atraso. O que acabo de expender deve ser atribuído à diversidade de nacionalidades que ali se observa, e à existência de maus colonos imigrados de diferentes lugares, principalmente da colônia Dona Francisca, donde como tais são expelidos [...] entendo que tal estado de coisas continuará enquanto existirem as mesmas causas, e sobretudo enquanto a colônia for composta de brasileiros e alemães.⁴¹⁷

Ao contrário do que vimos tanto pelo relato de Albert Tigar, no qual percebemos uma colônia em que brasileiros e estrangeiros podiam estabelecer relações harmoniosas quanto pelas situações de mobilização através de abaixo-assinados em defesa de interesses em comum, percebemos que a heterogeneidade da população aparece aqui como um problema. Ou seja, havia também momentos de tensão, que geravam uma grande dificuldade de convívio entre brasileiros e alemães.⁴¹⁸ Então, nesses momentos, a "questão da nacionalidade" poderia aflorar, gerando essa crítica aos "maus colonos" emigrados de diferentes lugares, em especial da Colônia D. Francisca, em Santa Catarina. Especificamente em relação aos alemães, Willems destacou o fato de que entre os imigrantes de origem germânica existiam correntes contrárias à colonização mista, levando-os a condenar aquilo que convencionaram chamar de *Mischmaschkolonien*, que podemos traduzir como *colônia mista*, tal qual era Assungui.⁴¹⁹ Essa postura mais revoltosa de alguns imigrantes é explicada por Willems pelo grande contraste entre expectativa e realidade vivenciado por esses sujeitos, afinal, como vimos, havia uma propaganda que exagerava na exaltação das qualidades que seriam encontradas na América, sendo que a situação que os imigrantes encontraram foi completamente diferente do prometido, gerando esse sentimento de revolta.⁴²⁰ Mas, em seu relatório de 1876, o diretor Pedro de Alcântara Buarque afirmou que reinava "sempre a maior harmonia entre os colonos de todas as nacionalidades", sendo os

⁴¹⁵ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Ofícios**. Curitiba, 1873. AP. 423. Vol. 25. p. 94.

⁴¹⁶ LAMB, R. E. op. cit. p. 79.

⁴¹⁷ PARANÁ. **Relatório do Presidente da Província**. Vice Presidente Agostinho Ermelino de Leão na Assembléia provincial em 05 de Novembro de 1866. Typ. Paranaense, Curitiba, 1866.

⁴¹⁸ LAMB, R. E. op. cit. p. 43.

⁴¹⁹ WILLEMS, E. op. cit. p. 125.

⁴²⁰ WILLEMS, E. op. cit. p. 163.

colonos em sua grande maioria de índole “dócil e pacífica”.⁴²¹ Lamb problematiza tal situação afirmando que o relatório do diretor talvez fosse tendencioso pelo fato de que, diante de críticas ao estado pouco lisonjeiro da colônia, ele sentisse necessidade de apresentar “argumentos consistentes ‘pró-Assungui’.”⁴²² Tal problematização é bastante válida, porém, é preciso também levar em conta que em diversos momentos, como pudemos constatar pelas fontes e pelo relato de Albert Tigar, havia a união dos diferentes grupos nacionais da colônia.

Outra forma de relação cooperativa que os imigrantes e brasileiros podiam estabelecer eram os mutirões. Sabe-se que, de acordo com análise de Antonio Cândido, eles eram atividades comuns da vida cultural rural, surgidas da necessidade de suprir as limitações da atividade individual ou familiar na lavoura. O mutirão consiste basicamente na reunião de vizinhos, a pedido de um deles, com o intuito de ajudá-lo a realizar determinado trabalho, como: derrubadas, roçadas, plantio, limpeza de terrenos, colheita, construção de moradia, etc.⁴²³ A esse respeito, o diretor de Assungui em 1866, Emílio Nunes Corrêa de Menezes, apresentou um relato muito significativo sobre as relações sociais entre imigrantes e brasileiros. Disse ele:

A um colono alemão que estava sem roça este ano, e que tem numerosa família, deu-se, por meio de um *muchirum*, uma derrubada de 5.000 braças quadradas; todos os trabalhadores foram brasileiros, porque nem um dos patrícios anuiu ao convite, que se fez para acudir ao companheiro infeliz.⁴²⁴

Temos aqui o relato da organização de um mutirão com o intuito de prestar auxílio a um colono alemão, no qual apenas brasileiros aceitaram o convite. Como vimos, os mutirões faziam parte da cultura caipira e cabocla brasileira, e em Assungui os imigrantes acabaram adotando também esse costume, pela necessidade de realizar trabalhos que não poderiam realizar por si só. Essas reuniões vicinais, de acordo com Antonio Cândido, muitas vezes acabavam se tornando uma ocasião festiva, com o fornecimento de alimentos por parte do beneficiário àqueles que estavam ali dispostos a o ajudar. O autor também afirma que esse chamado não falhava, porque ele gerava uma obrigação moral de que iria se servir o lavrador que, só podendo contar com a mão de

⁴²¹ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Relatório Anual da Diretoria da Colônia Assungui**. Colônia Assungui, 24 nov. 1876.

⁴²² LAMB, R. E. op. cit. p. 80.

⁴²³ CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida. 11ª edição. Ed. Ouro sobre azul. Rio de Janeiro, 2010. pp. 81-82.

⁴²⁴ PARANÁ. **Relatório do Diretor da Colônia Assungui, Emílio Nunes Corrêa de Menezes, ao Presidente Pádua Fleury, em 17 de Janeiro de 1866**. In. MARTINS, W. op. cit. p. 47.

obra doméstica, precisava da ajuda do vizinho para dar conta do ano agrícola⁴²⁵ A obrigação moral por parte do beneficiário de corresponder aos pedidos de seus vizinhos era importante também porque

se tal colono estrangeiro não tem filhos, que garantam maior número de braços trabalhadores, esse não contará nunca com o auxílio do outro que os tenha, porque não pode retribuir por igual; e assim sucede também àquele que é doentio ou fraco em sua compleição, ou no manusear do machado e da foice.⁴²⁶

Então, além do caráter festivo que o mutirão poderia adquirir, ela tinha também um aspecto de obrigação moral, através da reciprocidade, o que em Assungui, pode ter significado o aumento da rede de sociabilidade entre imigrantes e brasileiros.

Cândido relata que o compromisso de moralidade que envolvia a atividade dos mutirões poderia conter também, e principalmente, uma obrigação para com Deus, por amor a quem se propõe a ajudar o próximo. Na verdade, Cândido conclui que a vida lúdico-religiosa também constituía um elemento de definição das sociabilidades vicinais que existiam no cotidiano rural, tendo a religião um importante papel na preservação das mesmas.⁴²⁷ De fato, em Assungui os espaços de exercício da religiosidade eram também de convivência entre os colonos de várias origens, o que requeria dos párocos esforços extras de comunicação, como o do Vigário Eduardo [ileg], que em 1873 relatou para o Presidente Venâncio José de Oliveira Lisboa, que

a missa foi muito concorrida, à segunda assistiram cerca de trezentas pessoas. Preguei em alemão depois da missa, e sucessivamente pregarei nos domingos subsequentes em inglês, francês e português. Espero que influirá tudo isso para o bom desenvolvimento da colônia e futura prosperidade.⁴²⁸

Além de buscarem assegurar que os brasileiros, tanto quanto os estrangeiros, pudessem exercer sua religiosidade na colônia, as autoridades viam a religião como uma maneira de assegurar a boa convivência entre colonos de tão diferentes origens.

⁴²⁵ CANDIDO, A. op. cit. pp. 81-82.

⁴²⁶ PARANÁ. **Relatório do Diretor da Colônia Assungui, Emílio Nunes Corrêa de Menezes, ao Presidente Pádua Fleury, em 17 de Janeiro de 1866.** In. MARTINS, W. op. cit. p. 47.

⁴²⁷ CANDIDO, A. op. cit. pp. 81-82.

⁴²⁸ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Ofício do Vigário da Colônia Assungui, Eduardo [ileg], para o Presidente Venâncio José de Oliveira Lisboa.** Colônia Assungui, 12 jan. 1873. AP 399, Vol. 1. p. 156.

Acreditavam que “só por esse vínculo sagrado, podem fazer brotar entre si o verdadeiro amor, d'onde resulta a paz, a harmonia e a resignação nos lidares dessa vida.”⁴²⁹

Lamb analisou a questão do exercício da religiosidade e o que ele significava para brasileiros, imigrantes e autoridades provinciais. Para estas últimas, os Domingos e dias santos traziam preocupações, afinal, elas geravam aglomerações que ameaçavam a ordem pública. Para os colonos, esses dias significavam a oportunidade de compartilhar a companhia de seus companheiros. Eram momentos de festa, nos quais bebiam e às vezes brigavam, deixando de lado o respeito às normas e às cobranças das autoridades. Lamb conclui que esses encontros motivados pela religiosidade poderiam se tornar uma oportunidade para manifestação de um conflito cultural, colocando “em lados opostos, a elite provincial e os trabalhadores nacionais e estrangeiros”.⁴³⁰ A religião em Assungui era predominantemente católica, sendo a única seguida pelos brasileiros. Apenas alguns colonos alemães e ingleses eram da religião protestante.⁴³¹

Apesar de haver essas evidências de que colonos brasileiros e imigrantes poderiam se auxiliar e estabelecer laços de solidariedade, principalmente em situações de defesa de interesses que pudessem beneficiar ao grupo de maneira geral, os casamentos entre eles não eram comuns, como constatamos anteriormente. Porém, quando aconteciam, eram bem vistos pelas autoridades. O diretor da colônia, Pedro de Assunção Buarque, demonstrou o quanto aprovava a união de estrangeiros e brasileiros, quando registrou em seu relatório ao presidente Abranches que o colono inglês Luis Renaudin Rouville solicitava a concessão de determinados lotes de terras, considerando

que não há inconvenientes em lhe passar o título, mas sim vantagens, visto que vai casar-se com uma brasileira, Sra. Marcelina Rodrigues de Mattos, a qual é filha de um bom lavrador desse distrito.⁴³²

De fato, todos os colonos com sobrenome “Rodrigues de Mattos” eram registrados como brasileiros nas matrículas. Enfatizando que o pai da moça era “bom lavrador”, o diretor da colônia certamente considerava que o casamento facilitaria a fixação do inglês na colônia, o que era uma vantagem do ponto de vista da autoridade,

⁴²⁹ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Relatório do Diretor interino Maurílio Moreira de Magalhães Sampaio ao Presidente Joaquim Bento d'Oliveira Júnior**. Colônia Assungui, 31 dez. 1877. AP 528, Vol. 18. pp. 4-44.

⁴³⁰ LAMB, R. E. op. cit. p. 178.

⁴³¹ Livros de Matrícula dos colonos de Assungui, disponíveis para consulta no Arquivo Público do Paraná, sob as referências: BR PRAPPR PB001 DC069.1021 / BR PRAPPR PB0001 DC 059.383 / BR PRAPPR PB 001 DCO 66.385

⁴³² ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Colônia Assungui, mar. 1875. AP 460, Vol. 5, p. 169.

dado o grande número de deserções que ocorriam. As autoridades esperavam que a convivência entre brasileiros e estrangeiros, fosse através de casamentos interétnicos ou relações vicinais, poderia resultar em uma troca entre eles. Consideravam que o colono brasileiro

incontestavelmente ter[ia] mais amor à terra que regar com seu suor para dela arrancar os meios de engrandecimento de seu país [...] Do mesmo modo, somos os primeiros a reconhecer que o trabalho do colono europeu é mais inteligente que o do nacional.⁴³³

Assim sendo,

dois resultados notáveis se alcançariam com o estabelecimento do colono nacional em Assungui: este apresentaria àquele quais os produtos que esta natureza propícia a todos, aquele os adotaria e os aperfeiçoaria.⁴³⁴

Considerando, então, que a presença de brasileiros era conveniente para o desenvolvimento da colônia, as autoridades tentavam garantir que tais colonos recebessem os mesmos benefícios dados aos imigrantes, não só em relação ao acesso aos lotes, mas também em aspectos relacionados à saúde, por exemplo, como evidencia a correspondência expedida pela administração colonial:

Conformando-me com o parecer do médico desta colônia [...] faço nesta data seguir para a capital os doentes alienados de nomes Luiz Marcelinno - brasileiro - e Jacome Jacomer, italiano - para o fim de V. Ex^a ordenar o que melhor entender, e julgar mais conveniente, os doentes seguem socorridos pelo hospital por quatro dias de viagem.⁴³⁵

Também em relação ao ensino formal, a presença do grande número de colonos brasileiros impunha a necessidade de organização específica. Assim, em 1870, o vice – presidente Ermelino de Leão afirmou que seria conveniente:

criar-se [em Assungui] duas escolas de instrução primária: uma para meninos e outra para meninas e aumentar o ordenado do atual professor da escola para meninos [...] A população é de nacionais e estrangeiros, o atual professor é um alemão e se desempenha seus deveres, sendo bom mestre para os filhos

⁴³³ **A Província.** Publicação assinada pelo Engenheiro Lamoeiro. Curitiba, 13 set. 1876. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=704768&PagFis=146&Pesq=ASSUNGUY>>. Acesso em: mar. 2014.

⁴³⁴ Ibidem.

⁴³⁵ **ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Ofício do ajudante do Diretor Gabriel Saturnino Martins ao Presidente Frederico José Cardoso de Araújo Abranches.** Colônia Assungui, 03 fev, 1875. AP 458, Vol. 3.

dos colonos alemães, não é todavia próprio para ensinar a língua e a gramática portuguesa, ler e escrever aos filhos dos nacionais [...]⁴³⁶

O que o vice-presidente expressava era a necessidade de contemplar as demandas dos colonos brasileiros em relação à educação de seus filhos.

Todos esses elementos referentes ao cotidiano dos colonos “nacionais” nos ajudam a compreender como se deu a sua inserção no núcleo. Vários deles eram sujeitos pobres que se inseriram em Assungui para ter acesso à terra e nela produzir e para receber benefícios providos pelo poder público. Outros eram indivíduos com posses e ali procuravam adquirir mais prosperidade. Em geral, deviam ser pessoas que já residiam no território de Assungui ou em áreas próximas ou que vinham de diferentes partes da província e do Império. Ao que tudo indica, tiveram suas entradas e posses de terra garantidas pelas autoridades, se tornando colonos de maneira legalizada. Quando apresentavam interesses em comum, poderiam formar alianças de trabalho com os colonos europeus, unindo-se também em ações conjuntas para atingir seus objetivos, inclusive indo contra as autoridades. Além disso, foram incorporados à colônia de tal maneira que precisaram ser levadas em consideração suas demandas por tratamento médico, exercício de prática religiosa, oficialização de casamentos perante a igreja e educação escolar para seus filhos. Como veremos a seguir, a presença dos brasileiros em Assungui continuou sendo relevante até após a emancipação do núcleo

3.5 Emancipação da colônia Assungui e a permanência dos brasileiros

Assungui deixou de ter o estatuto de colônia em 1882, quando foi emancipada, sendo elevada à condição de freguesia e recebendo a denominação de Serro Azul. Contava na época com uma população de aproximadamente três mil habitantes, dos quais dois terços eram brasileiros, estando os demais divididos entre 290 alemães, 250 ingleses, 200 franceses, e ainda suíços, italianos e espanhóis em menor número.⁴³⁷ Cinco anos após a sua emancipação, quando não contava mais com a tutela do governo, Assungui, de acordo com relatório do presidente Faria Sobrinho, figurou entre as ex-

⁴³⁶ PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná**, Vice – Presidente Agostinho Ermelino de Leão na Assembléia provincial em 24 de Dezembro de 1870. Typ. Paranaense, Curitiba, 1870.

⁴³⁷ BRASIL. **Guia do Imigrante para o Império do Brasil pelo Inspetor Geral das terras e colonização**. F. de B. e Accioli de Vasconcellos – Tenente Coronel honorário do Exército. Rio de Janeiro, 1884.

colônias do Estado que maior produção apresentaram, sendo considerada uma localidade próspera.⁴³⁸ Diante dessa afirmação, a opinião emitida pelo presidente da província Rodrigo Octavio de Oliveira Menezes, em 1879, torna-se bastante significativa: ao visitar o núcleo, pôde conferir uma exposição de seus produtos, e disse-se maravilhado com a riqueza e variedade da produção colonial. Então, acaba concluindo que se a colônia “tivesse tido, desde que foi fundada, uma direção mais ou menos honesta, seria hoje a primeira comarca da província.”⁴³⁹ Mesmo considerando o evidente exagero presente na expressão do administrador, tal consideração pode demonstrar que os colonos brasileiros puderam continuar a produzir com algum sucesso após a emancipação.

A experiência dos brasileiros na colônia de Assungui parece ter redefinido a percepção das autoridades em relação à sua presença nas demais colônias que contavam com a tutela do Estado. Quando, em 1882, o presidente Carlos Augusto de Carvalho declarou estar suspenso todo o serviço de colonização,⁴⁴⁰ os potenciais “colonos nacionais” ganharam ainda mais espaço nos debates oficiais da província e do império, e foram chamados a tomar posse dos lotes abandonados pelos colonos estrangeiros de diferentes núcleos. Em relação à concessão dos lotes já preparados e disponíveis que existiam nas colônias, o presidente da província, em comunicado ao Ministro da Agricultura, em 1882, relatou que

não sendo pequeno o número de nacionais a pretender terras nas colônias já emancipadas, parece-me conveniente animar a colonização nacional facilitando o mais possível a formação da pequena propriedade agrícola, com títulos hábeis [...] Suponho que se manifestará a procura das terras da colônia Assungui.⁴⁴¹

O presidente, ao referir-se às colônias abandonadas na região de Ponta Grossa, afirmou ainda que acreditava ser

necessário povoar essas terras, colocando nelas metodicamente e *de preferência* os nacionais, sem dúvida mais aptos para as atuais culturas, de modo a transformá-los em forças ativas e permanentes, a eles que hoje, por

⁴³⁸ PARANÁ. **Relatório do Presidente da Província do Paraná**. Presidente Joaquim d’Almeida Faria Sobrinho na Assembleia provincial em 17 de Fevereiro de 1887. Typ. Paranaense, Curitiba. 1887.

⁴³⁹ PARANÁ. **Relatório do Presidente da Província do Paraná**. Presidente Rodrigo Octavio de Oliveira Menezes na Assembleia provincial em 31 de Março de 1879. Typ. Paranaense, Curitiba. 1879.

⁴⁴⁰ PARANÁ. **Relatório do Presidente da Província do Paraná**. Presidente Carlos Augusto de Carvalho na Assembleia provincial em 01 de Outubro de 1882. Typ. Paranaense, Curitiba. 1882.

⁴⁴¹ Ibidem.

falta de propriedade territorial titulada e tranquila, são apenas forças latentes ou em atividade intermitente.⁴⁴² (grifo no original)

Essa valorização dos brasileiros no processo de colonização, expresso pelo presidente, contava com o respaldo da Tesouraria da Agricultura que, através de uma circular, autorizou a venda de lotes abandonados por colonos imigrantes nas colônias do Estado já emancipadas “a nacionais chefes de família moralizados e laboriosos”,⁴⁴³ o que permitiu que vários lotes fossem distribuídos.⁴⁴⁴ Essa medida fez com que os brasileiros ganhassem destaque em mais lugares do cenário de colonização, configurando a percepção de que eram sujeitos que não queriam “ficar à retaguarda dos estrangeiros”.⁴⁴⁵ O presidente da província, Alfredo D’escragnolle Taunay, em 1886, apresentou em seu relatório o ofício enviado a ele pelo presidente da Sociedade de Imigração de Morretes, Gabriel Pinto da Silva, que afirmou que os brasileiros garantiam que bastaria dar a eles a terra e algum auxílio, “que, como os estrangeiros, sabemos trabalhar, e cultivar as plantas próprias do nosso país”.⁴⁴⁶ Silva expressou sua surpresa ao comprovar que tal afirmação era verdadeira quando esteve em visita ao núcleo Sesmaria, que havia sido abandonado pelos estrangeiros e posteriormente ocupado por “nacionais intrusos”. Antes da introdução dos brasileiros, observou o presidente da Sociedade de Imigração, o núcleo era coberto de mato, que chegava a bloquear as estradas. Porém, após os brasileiros terem

seus títulos distribuídos por ordem de V^a Ex. [o presidente da província], promessas de ali ficarem, e estímulo e esperança, transformaram tudo: a estrada já é franca, podendo até transitar carros. Nada menos de 23 pontilhões, alguns deles com seis a oito vigas grandes, foram feitos pelos próprios moradores, pedindo unicamente o auxílio do Governo para a ponte sobre o Sapitanduva, cujo dispêndio, já relativamente elevado, suas forças não comportavam.⁴⁴⁷

Podemos considerar, portanto, que Assungui não foi o único local em que brasileiros se firmaram como agentes de colonização, apesar da preferência que a princípio foi dada aos estrangeiros. Eles conquistaram para si os mesmos direitos dados

⁴⁴² Ibidem.

⁴⁴³ Ibidem.

⁴⁴⁴ PARANÁ. **Relatório do Presidente da Província do Paraná**. Presidente Sancho de Barros Pimentel na Assembleia provincial em 26 de janeiro de 1882. Typ. Paranaense, Curitiba. 1882.

⁴⁴⁵ PARANÁ, **Relatório do Presidente da Província do Paraná**. Presidente Alfredo D’escragnolle Taunay na Assembleia provincial em 03 de Maio de 1886. Typ. Paranaense, Curitiba. 1886.

⁴⁴⁶ Ibidem.

⁴⁴⁷ Ibidem.

aos imigrantes, sendo considerados efetivamente colonos, às vezes, até, mais adequados que os imigrantes.

CONCLUSÃO

Apesar de os brasileiros terem efetivamente se inserido nos núcleos coloniais e terem feito parte dos projetos de colonização na Província do Paraná, a percepção de imigração e colonização como sendo fenômenos muito similares, quase sinônimos preponderou, e, de certa forma, foi incorporada pela historiografia que estuda o Paraná, que também estabeleceu esta relação, privilegiando os estudos sobre a inserção de imigrantes nos núcleos coloniais e sua assimilação ao novo território.⁴⁴⁸

Isso ocorre não sem motivo, pois certamente os europeus tiveram um papel importante no contexto de colonização da província, principalmente no final do século XIX, quando milhares deles chegaram às terras paranaenses, instalando-se principalmente em colônias no rocio da capital.⁴⁴⁹ Tal é a influência do imigrante na História do Paraná, que a historiografia credita a esses sujeitos o manejo de transformações estruturais características da urbanização da capital nesse período, como a proliferação de edifícios com finalidades comerciais e industriais, mudanças no estilo arquitetônico, nas tradições religiosas e até mesmo na dieta alimentar da população.⁴⁵⁰

Entretanto, como vimos, os imigrantes não foram os únicos responsáveis pelo desenvolvimento do projeto de colonização da província paranaense. Dados quantitativos e ações político-administrativas apontaram a presença significativa de brasileiros nesse contexto, bem como sua efetiva participação dentro do núcleo de Assungui, sendo até mesmo considerados os únicos capazes de tirar a colônia do atraso em que se encontrava, tendo em vista a grande evasão dos imigrantes que para ela foram direcionados.

Procuramos mostrar, ao longo dessa dissertação, a importância e as características dessa inserção de brasileiros na colônia de Assungui. O primeiro capítulo nos permitiu concluir que o processo de colonização do território paranaense, ao contrário de ter iniciado apenas com a vinda dos imigrantes, teve diferentes facetas, englobando em seus projetos indígenas e brasileiros.

Nos segundo capítulo, pudemos compreender como e quando se deu a inserção tanto de imigrantes quanto de brasileiros na colônia Assungui. Percebemos também, que por diversos motivos, os imigrantes tenderam a se evadir do núcleo, enquanto que o

⁴⁴⁸ BALHANA, A. P. MACHADO, B. P. WESTPHALEN, C. M. op. cit. p. 237.

⁴⁴⁹ LAMB, R. E. op. cit. p. 78.

⁴⁵⁰ BALHANA, A. P. MACHADO, B. P. WESTPHALEN, C. M. op. cit. p. 404.

número de brasileiros que se matriculavam na colônia aumentava. E diante desse aumento, vimos que muitas autoridades demonstraram apoio imediato aos brasileiros, considerando Assungui como sendo uma colônia mista.

No capítulo 3, a análise das matrículas de colonos admitidos em Assungui, juntamente com outros documentos, permitiu uma caracterização do grupo de brasileiros que deram entrada no núcleo. Esses sujeitos eram, em sua maioria, casados, predominando os da faixa etária entre 21 e 35 anos, que formavam principalmente aquilo que se chamou de domicílios simples, compostos pelo pai, pela mãe e pelos filhos. A agregação também ocorria entre as famílias brasileiras, que poderiam abrigar outros parentes, além do núcleo familiar, e até mesmo sujeitos ou famílias inteiras, que, aparentemente, não possuíam laços de parentesco com o *colono matriculado*. Eram, em sua totalidade, católicos. Vimos também que havia mulheres que se matriculavam na colônia, solteiras ou viúvas, sendo elas as chefes de suas famílias. Vale reiterar que esses dados fornecidos pelos livros de matrículas, que nos permitiram construir essa caracterização do grupo de colonos brasileiros, dizem respeito ao momento em que esses homens e mulheres foram matriculados no núcleo, não permitindo que saibamos maiores informações posteriores a esse momento e que possam ter modificado esse quadro por nós construído.

Ainda no terceiro capítulo, no que diz respeito às condições financeiras dos colonos brasileiros de Assungui, pudemos concluir que formavam um grupo heterogêneo, já que existiam colonos que se declaravam como sendo “absolutamente pobres” e colonos que detinham alguma influência no núcleo, sendo comerciantes que negociavam diretamente com o governo provincial e até mesmo possíveis empreendedores da atividade especulativa, que compravam lotes não para cultivar, mas para revender posteriormente. Entretanto, acreditamos que predominavam os colonos com poucos recursos, afinal, foram raros os casos em que encontramos nomes referenciados em outras fontes além dos livros de matrícula, como foi o caso do “Sr. Miró”, do “Ilustríssimo Sr.” Costa Rosa e do Tenente Coronel Joaquim Severo Correia. Essas informações nos permitiram concluir que, ao que tudo indica, os brasileiros da colônia viram na mudança econômica e social vivenciada pelo Brasil no XIX, que no Paraná foi bastante baseada no processo de colonização, uma oportunidade de se tornarem proprietários de terras, para os mais humildes, ou então de aumentar seu prestígio e suas posses, tendo em vista que nem todos os brasileiros ali entrados eram pobres.

Por certo, várias questões pertinentes não foram respondidas por esse trabalho, pela natureza das fontes elencadas e pelo próprio limite de tempo que é dado para a realização de um trabalho de mestrado. Teria sido interessante, por exemplo, termos investigado o fato de haver brasileiros habitando próximos ou até mesmo no espaço colonial, sem serem considerados colonos, talvez por escolha própria. O viajante Bigg-Wither, ao emitir sua opinião sobre quais seriam as causas que estavam impedindo o êxito da colônia, referiu-se ao alto preço cobrado aos colonos pelos lotes, sendo a “melhor prova de que este preço [era] elevado é que os colonos brasileiros não [eram] excluídos de se estabelecerem nas terras cedidas pelo Governo e não o faz[iam]”. De fato, encontramos referências a brasileiros que já habitavam na colônia, mas que só depois de algum tempo quiseram se tornar colonos, para então receberem as vantagens do governo. Foi o caso de Joaquim de Christo e Pedro Arlindo Segostris, que de acordo com o diretor do núcleo em 1876, Pedro Alcântara Buarque, residiam há muito tempo na colônia,

onde tinham obtido lotes urbanos para a edificação. Querendo, depois, estabelecerem-se como colonos, requereram lotes rústicos e favores que o governo lhe mandara dar [...] Apesar de me parecer que o fato de já estarem morando na sede da colônia (sem contudo serem considerados colonos) não os inibia de gozarem as vantagens a eles concedidas desde que entrassem naquela categoria para acautelar os interesses da Fazenda Pública, fi-los [sic] entrar para os cofres da Diretoria com a importância dos lotes urbanos que já possuíam. [...] O fato de residir na colônia um homem, por qualquer tempo que seja, o impedirá de posteriormente estabelecer-se como colono requerendo para si os favores que o governo lhe dispensa? Chega um indivíduo qualquer à colônia e ali se estabelece com lote urbano, onde edifica sua casa. Passado tempo, assinado pelos favores que o governo lhe manda conceder, procura estabelecer-se como colono requerendo os favores citados. Não deverá o diretor atender a esse pedido?⁴⁵¹

O fato de haver brasileiros habitando no território da colônia sem, entretanto, serem oficialmente colonos, e ainda assim receberem o apoio do diretor quanto a sua permanência é bastante intrigante e certamente levantaria novas questões que colaborariam ainda mais para o entendimento de como se deu a inserção de brasileiros nos projetos colonizatórios do Paraná. Além disso, como já mencionamos anteriormente, a existência de matrículas de mulheres chefes de família em Assungui é um problema de pesquisa bastante interessante que poderia colaborar com os estudos referentes a ações das mulheres em espaços que antes eram exclusivamente masculinos.

⁴⁵¹ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. *Ofício do diretor da colônia Assungui, Pedro Alcântara Buarque, ao Presidente Adolpho Lamenha Lins, em 1876*. Vol. 19. Ap. 529. p. 184.

Ainda, pela natureza oficial das fontes que utilizamos, pouco podemos entender sobre o cotidiano e os costumes dos brasileiros de Assungui, sendo este também um estudo que muito colaboraria para a compreensão de quem era essa população. Portanto, não tendo esgotado as possibilidades de estudo nessa perspectiva de problematização, esperamos que esse trabalho possa estimular novas pesquisas, que contribuam para a inserção definitiva dos brasileiros em um contexto no qual, até então, eles haviam sido negligenciados. E, como vimos, sem razão de ser, já que sua presença não foi característica exclusiva da colônia por nós estudada, mas sim uma tendência registrada em outros núcleos paranaenses. Acreditamos que o estudo mais central dessas e de outras localizadas nas províncias do sul, como dois importantes núcleos de Santa Catarina (colônia Dona Francisca e colônia Blumenau), por exemplo, poderiam oferecer informações a respeito dos “nacionais” naqueles contextos, contribuindo ainda mais para o entendimento de quem eram esses sujeitos e de que forma se inseriram em um projeto que até então foi considerado como estando voltado quase exclusivamente para o seu oposto, o europeu.

As colônias mistas, tal qual foi Assungui, são às vezes interpretadas como não tendo “dado qualquer resultado satisfatório”.⁴⁵² Mas aqui fazemos o seguinte questionamento: resultado insatisfatório do ponto de vista de quem? Talvez do imigrante ou de algumas autoridades que depositaram nelas grandes expectativas. Mas para o “nacional” o significado foi outro. Assungui certamente representou uma oportunidade para vários brasileiros se tornarem proprietários, com algum apoio do poder público. É inegável, como sabemos, que o núcleo foi fundado pelas autoridades provinciais e imperiais com a clara intenção de ser um local povoado por imigrantes europeus, sujeitos considerados os detentores da moral e da morigeração necessárias para desenvolvimento e progresso da província paranaense. Nos planos iniciais de fundação e desenvolvimento da colônia, os brasileiros não figuravam nos discursos de seus instituidores. Porém, como vimos, esses sujeitos se mostraram bastante ativos, contrariando toda aquela ideia de inércia ligada ao caráter do povo brasileiro. Eles se impuseram em um local que fora previamente reservado para a fixação de imigrantes europeus. A combinação dessa imposição com a deserção dos estrangeiros, em decorrência de diversos fatores, fez de Assungui mais que uma colônia mista, podendo-se ousar chamá-la de uma colônia de brasileiros. Esses sujeitos se inseriram no núcleo

⁴⁵² MARTINS, W. p. 117.

almejando se tornarem proprietários de terras, passando a preparar esses terrenos e a cultivá-los. Ou seja, em Assungui o que se via era um brasileiro que aspirava se tornar colono e que em certo ponto, enquanto o plano de colonização com imigrantes se mostrava falho naquele núcleo, foi realmente considerado um potencial colono, superando até mesmo o europeu na realização dessa tarefa. Acreditamos que o avanço em pesquisas que se proponham a estudar a colonização na perspectiva por nós adotada nessa dissertação pode colaborar com a construção de novas concepções e até mesmo de uma revisão na história do Paraná, e quem sabe, do sul como um todo, mostrando que, talvez, ele não seja um Brasil tão diferente.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1 Fontes

1.1 ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ.

Abaixo assinado de moradores da Colônia Assungui. Colônia Assungui: Sem data. AP 397, Vol. 4, pg. 138.

Abaixo assinado de moradores de Assungui. Colônia Assungui, 19 dez. 1876. AP 506, Vol. 25, pg. 179.

Carta do Diretor Joaquim Correa ao Delegado de Terras. Colônia Assungui, 1861. PB 001 DCO 52.72.

Colônia Assungui, 11 de Janeiro de 1876. AP: 483, Vol. 2, pp. 182-187.

Colônia Assungui, 11 out. 1870. AP 348, Vol. 3, pg. 34.

Colônia Assungui, mar. 1875. AP 460, Vol. 5, pg. 169.

Colono brasileiro vendendo produtos para a Diretoria. Colônia Assungui, 24 nov. 1877. AP. 529, Vol. 19, pg. 159.

Correspondência de colono de Assungui, com nome ilegível, alegando ter matriculado seu escravo para evitar multa, para o Presidente Adolpho Lamenna Lins. Votuverava, 28 dez. 1872. AP 398. Vol. 5.

Correspondência do colono inglês John Welsh para o Presidente Adolpho Lamenna Lins. AP 508. Curitiba, 01 abr. 1876. Vol. 18. pg. 18.

Documento de cidadão brasileiro sobre lote urbano devoluto cedido a ele. Colônia Assungui, 04 out. 1877. AP. 529, Vol. 19, pg. 153.

Livros de Matrícula dos colonos da Colônia Assungui. Disponíveis para consulta no Arquivo Público do Paraná (Curitiba) sob as referências: BR PRAPPR PB001 DC069.1021 / BR PRAPPR PB0001 DC 059.383 / BR PRAPPR PB 001 DCO 66.385.

Ofício do ajudante do Diretor da Colônia, Gabriel Saturnino Martinz para o Presidente Adolpho Lamenna Lins. Colônia Assungui, 18 nov. 1876. AP 502, Vol. 21, pg. 198.

Ofício do ajudante do Diretor Gabriel Saturnino Martins ao Presidente Frederico José Cardoso de Araújo Abranches. Colônia Assungui, 03 fev, 1875. AP 458, Vol. 3.

Ofício do Delegado de Polícia ao Presidente Frederico José Cardoso de Araújo Abranches. Colônia Assungui, 31 dez. 1874. AP 450, Vol. 22.

Ofício do Diretor da Colônia Assungui para o Presidente Adolpho Lamenha Lins. Colônia Assungui, 15 nov. 1876. AP 503. Vol. 24, pg. 252.

Ofício do Diretor da Colônia Assungui Pedro d'Alcântara Buarque ao Presidente Lamenha Lins. Colônia Assungui, 04 nov. 1875. AP 474, Vol. 19.

Ofício do diretor da colônia Assungui, Pedro Alcântara Buarque, ao presidente Adolpho Lamenha Lins, em 1876. Vol. 19. Ap. 529.

Ofício do Diretor Pedro d'Alcântara Buarque, da Colônia Assungui, ao Presidente Adolpho Lamenha Lins. Colônia Assungui, 11 out. 1875. AP 472, Vol. 17, pg. 159.

Ofício do engenheiro da Colônia Assungui, Raymundo de [ileg] Alvez S. B., ao Presidente Frederico José Cardoso de Araújo Abranches. Colônia Assungui, 28 fev. 1875. AP 459, Vol. 4.

Ofício do engenheiro Raymundo de [ileg] Alvez S. B., da Colônia Assungui, ao Presidente Frederico José Cardoso de Araújo Abranches. Colônia Assungui, 10 set. 1874. AP 450, Vol. 22.

Ofício do Inspetor da Tesouraria da Fazenda ao Presidente Frederico José de Araújo Abranches. Colônia Assungui, 04 mar. 1872. AP 394, Vol. 1. pg 137.

Ofício do Inspetor Sebastião José Cavalcante ao Presidente Adolpho Lamenha Lins. Curitiba, 21 jul. 1875. AP 468, Vol. 13.

Ofício do Inspetor Sebastião José Cavalcante ao Presidente Adolpho Lamenha Lins. Curitiba, 17 jun. 1875. Ap 466, Vol. 11.

Ofício do Inspetor Sebastião José Cavalcante ao Presidente Adolpho Lamenha Lins. Curitiba, 10 out. 1875. AP 472, Vol. 17.

Ofício do Ministério dos negócios da agricultura, comércio e obras públicas. Curitiba, 09 ago. 1875. AP 342, Vol. 19.

Ofício do Ministério dos negócios da agricultura, comércio e obras públicas. Rio de Janeiro, 08 mai. 1873. AP 409, Vol. 11. pp. 90 – 91.

Ofício do Ministério dos negócios da agricultura, comércio e obras públicas. Rio de Janeiro, 09 ago. 1875. AP 469, Vol. 14. pp. 90 – 91.

Ofício do Ministro dos negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas para o Diretor da Colônia Thomas José Coelho de Almeida. Colônia Assungui, 30 dez. 1876. AP. 529, Vol. 19.

Ofício do Padre Mariano Gizianski ao Presidente Adolpho Lamenha Lins. Colônia Abranches, 11 de Setembro de 1875. AP 470, Vol. 15.

Ofício do Vigário da Colônia Assungui, Eduardo [ileg], para o Presidente Venâncio José de Oliveira Lisboa. Colônia Assungui, 12 jan. 1873. AP 399, Vol. 1. pg 156.

Ofícios. 1402/1879. Curitiba, 1879. AP. 564. Vol. 3. pp. 18-20.

Ofícios. Curitiba, 1873. AP. 423. Vol. 25. pg. 94.

Relatório Anual da Diretoria da Colônia Assungui. Colônia Assungui, 24 nov. 1876.

Relatório do Diretor da Colônia ao Presidente Adolpho Lamenha Lins. Colônia Assungui, 1876. AP. 506. Vol. 25.

Relatório do Diretor da Colônia Assungui ao Presidente Adolpho Lamenha Lins. Colônia Assungui, 1876. AP 506, Vol. 25. pp. 78-177.

Relatório do Diretor interino Maurílio Moreira de Magalhães Sampaio ao presidente Joaquim Bento d'Oliveira Júnior. Colônia Assungui, 31 dez. 1877. AP 528, Vol. 18. pp. 4-44.

Requerimento da viúva Madame Chalard para o Presidente da Província do Paraná. Colônia Assungui, 02 jan. 1875. AP 455, Vol. 5.

Resposta do Cônsul ao telegrama do Ministro da Agricultura José Fernando da Costa Pereira Junior. Curitiba, 27 jan. 1874. AP 450, Vol. 22.

Solicitação de lote para colono brasileiro se estabelecer na Colônia. Colônia Assungui, 08 fev. 1877. AP. 529, Vol. 19.

Telegrama do Ministro da Agricultura José Fernando da Costa Pereira Junior ao Cônsul inglês. Rio de Janeiro, 14 jan. 1874. AP 450, Vol. 22.

1.2 Relatórios dos Presidentes da Província do Paraná

PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná,** Presidente Zacarias de Góes e Vasconcelos na Assembléia provincial em 15 de Junho de 1854. Typ. Paranaense, Curitiba, 1854.

PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná,** Presidente Zacarias de Góes e Vasconcelos na Assembléia provincial em 08 de Fevereiro de 1855. Typ. Paranaense, Curitiba, 1855.

PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná,** Presidente Vicente Pires da Motta na Assembléia provincial em 23 de Setembro de 1856. Typ. Paranaense, Curitiba, 1856.

PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná,** Presidente Vice presidente Beaurepaire Rohan na Assembléia provincial em 01 de Março de 1856. Typ. Paranaense, Curitiba, 1856.

PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná**, Vice - Presidente José Antonio Vaz de Carvalhaes na Assembléia provincial S/D. Typ. Paranaense, Curitiba, 1857.

PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná**, Presidente Francisco Liberato de Mattos na Assembléia provincial em 07 de Janeiro de 1858. Typ. Paranaense, Curitiba, 1858.

PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná**, Presidente Francisco Liberato de Mattos na Assembléia provincial em 07 de Janeiro de 1859. Typ. Paranaense, Curitiba, 1859.

PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná**, Vice Presidente Luís Francisco da Câmara Leal na Assembléia provincial em 02 de Maio 1859. Typ. Paranaense, Curitiba, 1859.

PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná**, Presidente Antonio Barbosa Gomes Nogueira na Assembléia provincial em 15 de Fevereiro de 1862. Typ. Paranaense, Curitiba, 1860.

PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná**, Presidente José Francisco Cardoso na Assembléia provincial em 01 de Março de 1860. Typ. Paranaense, Curitiba, 1860.

PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná**, Presidente Antonio Barbosa Gomes Nogueira na Assembléia provincial em 15 de Fevereiro de 1862. Typ. Paranaense, Curitiba, 1862.

PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná**, Presidente Antonio Barbosa Gomes Nogueira na Assembléia provincial em 15 de Fevereiro de 1863. Typ. Paranaense, Curitiba, 1863.

PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná**, Presidente Sebastião Gonçalves da Silva na Assembléia provincial em 21 de Fevereiro de 1864. Typ. Paranaense, Curitiba, 1864.

PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná**, Presidente José Joaquim do Carmo na Assembléia provincial em 18 de Novembro de 1864. Typ. Paranaense, Curitiba, 1864.

PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná**, Vice Presidente Agostinho Ermelino de Leão na Assembléia provincial em 05 de Novembro de 1866. Typ. Paranaense, Curitiba, 1866.

PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná**, Presidente Polidoro Cezar Burlamaque na Assembléia provincial em 15 de Março de 1867. Typ. Paranaense, Curitiba, 1867.

PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná**, Presidente Bacharel José Feliciano Horta de Araújo na Assembléia provincial em 15 de Fevereiro de 1868. Typ. Paranaense, Curitiba, 1868.

PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná**, Presidente Antonio Luiz Affonso de Carvalho na Assembléia provincial em 15 de Fevereiro de 1870. Typ. Paranaense, Curitiba, 1870.

PARANÁ. **Relatório do Presidente da Província do Paraná**, Vice Presidente Agostinho Ermelino de Leão na Assembléia provincial em 24 de Dezembro de 1870. Typ. Paranaense, Curitiba, 1870.

PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná**, Presidente Frederico José Cardoso de Araujo Abranches na Assembléia provincial em 15 de Fevereiro de 1874. Typ. Paranaense, Curitiba, 1874.

PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná**, Presidente Frederico José Cardoso de Araújo Abranches na Assembléia provincial em 15 de Fevereiro de 1875. Typ. Paranaense, Curitiba, 1875.

PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná**, Presidente Adolpho Lamenha Lins na Assembléia provincial em 15 de Fevereiro de 1876. Typ. Paranaense, Curitiba, 1876.

PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná**, Presidente Adolpho Lamenha Lins na Assembléia provincial em 15 de Fevereiro de 1877. Typ. Paranaense, Curitiba, 1877.

PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná**, Presidente Joaquim Bento de Oliveira Junior na Assembléia provincial em 07 de Fevereiro de 1878. Typ. Paranaense, Curitiba, 1878.

PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná**, Presidente Rodrigo Octavio de Oliveira Menezes na Assembléia provincial em 31 de Março de 1879. Typ. Paranaense, Curitiba, 1879.

PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná**, Presidente Carlos Augusto de Carvalho na Assembléia provincial em 01 de Outubro de 1882. Typ. Paranaense, Curitiba, 1882.

PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná**, Presidente Sancho de Barros Pimentel na Assembléia provincial em 26 de janeiro de 1882. Typ. Paranaense, Curitiba, 1882.

PARANÁ. **Relatório do Presidente da Província do Paraná**, Presidente Alfredo D'escragnolle Taunay na Assembléia provincial em 03 de Maio de 1886. Typ. Paranaense, Curitiba, 1886.

PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná**, Presidente Joaquim d'Almeida Faria Sobrinho na Assembléia provincial em 17 de Fevereiro de 1887. Typ. Paranaense, Curitiba, 1887.

1.3 Legislação

BRASIL. **Coleções das Leis, Decretos, Regulamentos e Deliberações do Governo da Província do Paraná**. Tomo 5º. Tipografia Nacional. Rio de Janeiro: 1858.

BRASIL. **Guia do Imigrante para o Império do Brazil pelo Inspetor Geral das terras e colonização**. F. de B. e Accioli de Vasconcellos – Tenente Coronel honorário do Exército. Rio de Janeiro, 1884.

BRASIL. **Regulamento para Colônias do Estado**. Decreto nº 3.784, de 19 de Janeiro de 1867. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3784-19-janeiro-1867-553854-publicacaooriginal-72121-pe.html>>. Acesso em: 31 ago. 2015.

1.4 Imprensa

A Província. Curitiba, 09 jan. 1876. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=704768&PagFis=146&Pesq=ASSUNGUY>>. Acesso em: 12 mar. 2015.

A Província. Publicação assinada pelo Engenheiro Lamoeiro. Curitiba, 13 set. 1876. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=704768&PagFis=146&Pesq=ASSUNGUY>>. Acesso em: mar. 2014.

Dezenove de Dezembro. Relatório do Correspondente do Jornal Dezenove de Dezembro. Curitiba, 08 out. 1873. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=416398&pasta=ano%20187&pesq=>>>. Acesso em: out. 2015.

1.5 Publicações

SAINT-HILAIRE, A. de. **Viagem à Comarca de Curitiba**: 1820. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.

BIGG-WITHER, T. P. **Novo caminho no Brasil meridional**: a Província do Paraná (3 anos em suas florestas e campos). Coleção Brasil Diferente. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1974.

2 Referências Bibliográficas

ALVEZ, R. O. **A constituição da família no Brasil**: um debate historiográfico na perspectiva da demográfica histórica. Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia: historiografia brasileira e modernidade. Ouro Preto, 2007.

ANDREAZZA, M. L. **O Paraíso das Delícias**: um estudo da imigração ucraniana – 1895-1995. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.

ANDREAZZA, M. L. NADALIN, S. O. **O cenário da colonização no Brasil Meridional e a família imigrante**. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol11_n1_1994/vol11_n1_1994_artigo_61_87.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2014.

BACELLAR, C. Agregados em casa, agregados na roça: uma discussão In: SILVA, M. B. N. da (org). **Sexualidade, família e religião na colonização do Brasil**. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

BALHANA, A. P. MACHADO, B. P. WESTPHALEN, C. M. **Alguns aspectos relativos aos estudos de imigração e colonização**. In *Anais do IV Simpósio Nacional dos professores universitários de História*. São Paulo, 1969. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/?p=16489>>. Acesso em: 13 dez. 2012.

BALHANA, A. P., PINHEIRO MACHADO, B., WESTPHALEN, C. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969.

BARLETA, L. B. Cartografando indivíduos do passado colonial: O uso do Historical GIS na reconstituição da distribuição populacional no Paraná Tradicional (1765 - 1830). In. **Revista Vernáculo**, n. 23 e 24, 2009.

BELLOTTTO, H. L. **Autoridade e conflito no Brasil Colonial**: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765 – 1775). Ed. Alameda, 2ª edição. São Paulo, 2007.

BOSI, A. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida. 11ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Ouro Sobre Azul, 2010.

CERUTTI, S. **A construção das categorias sociais**. In BOUTIER, Jean. JULIA, Dominique (orgs). *Passados recompostos: Campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/FGV, 1998.

COSTA, D. I. P. da. **As mulheres chefes de domicílios e a formação das famílias monoparentais**: Brasil, Século XIX. Revista Brasileira de Estudos de População, v.17, n.1/2, jan./dez. 2000.

COSTA, D. I. P. da. **As outras faces da família brasileira**. Revista Brasileira de Estudos de População, Campinas, v. 21, n. 2, p. 349-351, jul./dez. 2004. Disponível em: <http://www.rebep.org.br/index.php/revista/article/viewFile/277/pdf_258>. Acesso em: 02 set. 2015.

COSTA, I. D. N. **Por uma definição abrangente da categoria Agregado**. Boletim de História Demográfica. São Paulo: FEA-USP, 1994.

DOUSTDAR, N. M. **Imigração Polonesa**: Origens de um preconceito. Dissertação (Mestrado em História - UFPR). Curitiba, 1990.

DYSARZ, C. M. **Superagui**: uma colônia do Paraná Provincial que deitou raízes na experiência da lavoura paulista. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, jul. 2011.

GILLIES, A. M. R. **Caroline Tamplin, uma imigrante britânica no Paraná Província (1868-1888)**. Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e práticas científicas. Rio de Janeiro, 2014.

GILLIES, A. M. R. **O diário de uma imigrante britânica no Paraná (1860 – 1890)**: Memórias, trabalho e sociabilidades. Coleção Teses do Museu Paranaense, vol. 07. Curitiba, 2014.

GUTIÉRREZ, H. **A estrutura fundiária do Paraná antes da imigração**. In. Estudos de História, Franca, vol. 08, n. 2, 2001.

HOUAISS, Antonio. VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Editora: Objetiva, 1ª edição. 2009

IOTTI, L. H. **Imigração e colonização**. 13, jan. 2003. Disponível em: <https://www.tjrs.jus.br/export/poder_judiciario/historia/memorial_do_poder_judiciario/memorial_judiciario_gaucho/revista_justica_e_historia/issn_1676-5834/v3n5/doc/07-Luiza_Iotti.pdf>. Acesso em: mar. 2014.

KURY, L. **Auguste de Saint-Hilaire**: um viajante exemplar. Disponível em: <<http://www.intellectus.uerj.br/Textos/Ano2n1/Texto%20de%20%20Lorelai%20Kury.pdf>>. Acesso em: jan. 2016.

LAMB, R. E. **Uma jornada civilizadora**: Imigração, Conflito Social e Segurança Pública na Província do Paraná – 1867 a 1882. Curitiba, 1994.

LASLETT, P. **Household and family in past time**. Cambridge: Cambridge University Press, 1972.

MACHADO, P. P. **A política de colonização do Império**. Porto Alegre : Editora da Universidade/UFRGS, 1999.

MARTINS, W. **Um Brasil diferente**: Ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná. 2ª Edição. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1989.

MENDONÇA, J. M. N. Revisitando a história da imigração e da colonização no Paraná Provincial. In: **Revista Antíteses**, vol. 8. Londrina, 2015.

NADALIN, S. O. **Memórias de Gustav Hermann Strobel**: Relatos de um pioneiro na imigração alemã no Brasil. Posfácio de Cacilda da Silva Machado e Sergio Odilon Nadalin – Memória Individual e Discurso Social (Curitiba na Passagem do século XIX para o século XX). Curitiba: Instituto Memória, 2014.

NAXARA, M. R. C. **Estrangeiros em sua própria terra**: Representações do trabalhador nacional. Dissertação (Mestrado no Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas). Unicamp: São Paulo, 1991.

NETTO, F. F. **População em área de fronteira**: Guarapuava – Século XIX. XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP: Caxambú, set. 2006.

NISHIKAWA, R. B. **Terras e imigrantes na colônia Assunguy**: Paraná, 1854 – 1874. Dissertação (Mestrado na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo). São Paulo, 2007.

PEREIRA, M. R. de M. (org). **Imigração para o Brasil**: Relatório sobre a colônia de Assunguy apresentada a ambas as Casas do Parlamento por ordem de Sua Majestade [a Rainha Vitória] em 1875. Monumenta. Instituto Memória, vol.1. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

PEREIRA, M. R. de M. **Semeando iras rumo ao progresso**. Curitiba: Editora UFPR, 1996.

PEREIRA, M. R. de M. **Tess não veio a Curitiba**. Monumenta; Imigração para o Brasil. Ponta Grossa: Aos Quatro Ventos, 1998.

PETRONE, M. T. S. **O Imigrante e a pequena propriedade**. Coleção Tudo é História. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

PINTO, D. de O. FOOHS, M. da G. PORTES, M. U. **175 anos da Imigração alemã para Rio Negro**. Rio Negro: Associação Brasileira Alemã Trier, 2007.

SANTOS, A. C. de A. **Para viverem juntos em povoações bem estabelecidas**: Um estudo sobre a política urbanística pombalina. Tese (Doutorado no Departamento de História da UFPR). Curitiba, 1999.

SANTOS, C. R. A. dos. **Vida material, vida econômica**. Curitiba: SEED, 2001.

STOLCKE, V. HALL, M. M. **Introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo**. In: Revista Brasileira de História, n. 6. São Paulo: Editora Marco Zero, set. 1983.

VIANNA, O. **Populações Meridionais do Brasil**: Populações rurais do Centro-Sul. 7ª edição. Rio de Janeiro: EDUFF, 1987.

WILLENS, E. **Aculturação dos alemães no Brasil**: Estudo Antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil. São Paulo: Editora Nacional (Brasília: INL), 1980.

WITTMANN, L. T. **O Vapor e o Botoque**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007.

APÊNDICES

APÊNDICE 1

APÊNDICE 1 – NÚMERO ABSOLUTO DE MEMBROS DAS FAMÍLIAS DE BRASILEIROS E ESTRANGEIROS QUANDO FORAM MATRICULADOS NA COLÔNIA ASSUNGUI (1860-1882)		
Número de membros	Famílias brasileiras	Famílias estrangeiras
02	42	26
03	51	34
04	54	20
05	46	19
06	39	15
07	38	20
08	26	7
09	27	6
10	13	1
11	08	1
12	04	0
13	04	1
14	01	0
15	01	0
TOTAL	354*	150**

* - Não contém informações sobre as famílias de quatro colonos.

** - Não contém informações sobre as famílias de treze colonos.

Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Livros de Matrículas dos colonos de Assungui.

APÊNDICE 2

APÊNDICE 2 – FAIXA ETÁRIA DOS <i>COLONOS MATRICULADOS</i> BRASILEIROS E ESTRANGEIROS QUANDO FORAM REGISTRADOS NA COLÔNIA ASSUNGUI (1860-1882), EM NÚMEROS ABSOLUTOS		
Idade	Brasileiros	Estrangeiros
18 – 20	31	13
21 – 25	56	11
26 – 30	55	17
31 – 35	57	17
36 – 40	39	24
41 – 45	31	11
46 – 50	31	23
51 – 55	17	10
56 – 60	13	7
61 – 65	03	3
66 – 70	00	3
70 – 80	01	1
TOTAL	334*	140*

* - Alguns registros não traziam a idade do *colono matriculado*.

Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Livros de Matrículas dos colonos de Assungui.